



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Departamento de Ciências Agrárias e Departamento de Ciências da Educação

Mestrado em Educação Ambiental

Associativismo, Participação
e
Consciência Ambiental

Teófilo José Soares de Braga

Orientadores:

Professora Doutora Ana Cristina Pires Palos

Professor Doutor Paulo Alexandre Vieira Borges

Ponta Delgada

2010

Associativismo, Participação e Consciência Ambiental

Dissertação apresentada na Universidade dos Açores para a obtenção do grau de
Mestre em Educação Ambiental

Teófilo José Soares de Braga

Orientadores:

Professora Doutora Ana Cristina Pires Palos

Professor Doutor Paulo Alexandre Vieira Borges

Ponta Delgada

2010

“ Os argumentos científicos debatem-se cientificamente. As posições políticas dos cientistas confrontam-se politicamente. Só conhecendo bem a realidade (e aí a grande ajuda vem da ciência) poderemos procurar transformá-la de modo a ela poder ser, ou aproximar-se, daquilo que pretendemos que ela seja.”

Onésimo Teotónio Almeida, 2009

RESUMO

Este trabalho tem por objectivo principal tentar compreender melhor a participação social e política, as atitudes e os comportamentos ambientais de dois grupos de açorianos, os que pertencem e os que não são membros de uma OEA- Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de Animais e do Património.

Para a sua concretização, foi elaborado um inquérito por questionário constituído por três partes: na primeira, procurou-se conhecer melhor a participação política e social, na segunda, as atitudes e práticas ambientais e, na terceira, as características sócio-demográficas e os posicionamentos sociais. O questionário foi respondido por 113 membros de uma OEA e 117 não membros.

Em geral, verificou-se que a pertença ou não a uma OEA é um factor diferenciador da participação cívica, das atitudes e dos comportamentos dos cidadãos, isto é, a pertença a uma OEA está relacionada com uma maior participação e com atitudes e comportamentos pro-ambientais.

Para ambos os grupos, membros e não membros de uma OEA, as razões para a não participação política e social dos portugueses foram as mesmas: em primeiro lugar está a “ausência de cultura cívica”, em segundo “debilidades do sistema político”, em terceiro “ausência de formação/informação” e em último lugar a categoria “disponibilidade pessoal”.

No que diz respeito ao voluntariado ambiental a principal razão apontada para ser voluntário foi a auto-realização, a segunda, o impacto social, a terceira a solidariedade e em último lugar as experiências grupais.

Sempre que há relações estatisticamente significativas entre as atitudes e as práticas ambientais e as variáveis sócio-demográficas, de uma maneira geral, os respondentes que têm idade igual ou superior a 30 anos, os homens, os casados ou que vivem em união de facto, os que têm como grau de escolaridade o ensino superior, os que exercem a profissão a tempo inteiro e os que trabalham 45 e mais horas, os que têm uma profissão ligada ao ensino, os posicionados do centro esquerda à extrema-esquerda e os que não seguem nenhuma religião são os que mais participam na vida social e política e os que mais apresentam atitudes e comportamentos pro-ambientais.

ABSTRACT

The main objective of the work presented in this document is to try to understand better the social and political participation, the attitudes and the environmental behaviours of two Azorian groups: those who are and those who are not members of an EEO - Environmental Ecologist Organization, or an Association for the Protection of Animals and Heritage.

For its completion, an inquiry was elaborated with a questionnaire consisting of three parts: in the first one the goal was to get to know more about the social and political participation, the second was to inquire on environmental behaviours and the third was to establish social and demographic characteristics as well as social positioning. The questionnaire was answered by 113 members of an EEO and 117 by non members.

In general, the results showed that there is a differentiator factor in the civic participation of both groups, e.g., being part of an EEO is related to a bigger participation and to attitudes and behaviors which are more eco-friendly.

For both groups, the reasons for the non-social and political participation of the Portuguese were the same ones: the first one was the “absence of civic culture”, the second was the “fragilities of the political system”, the third reason was the “deficiency in eco-awareness/ information” and the last reason was “personal availability”.

In what regards environmental voluntary collaboration, the main reason mentioned was “self –fulfillment”, the second reason was “social impact”, the third one was “solidarity” and the last one was “group experiences”.

In general, whenever there are statistically significant relations between the environmental attitudes and practices, and the social and demographic variables, the inquired, -who are 30 years of age or older, the men, those who are married or living in a common-law marriage, the ones that have a College degree, those who have educational professions, those who are politically positioned in the center – left or far-left wing ranks, and those who do not follow any religion, - are the ones

that participate more in social and political life and who illustrate attitudes and behaviors which are more environmentally friendly.

AGRADECIMENTOS

Ao Veríssimo Borges

Ao concluir este trabalho, quero agradecer, a todas as pessoas que o tornaram possível.

Assim, deixo os mais sinceros agradecimentos:

- A todo (a)s o (a)s que se disponibilizaram para responder ao questionário, já que sem as suas respostas não seria possível a realização deste estudo;

- À Prof. Doutora Rosalina Gabriel pelas, entre outras ajudas e incentivos, sugestões apresentadas para a melhoria do questionário;

- Aos Amigos dos Açores - Associação Ecológica, pela divulgação do questionário junto dos seus membros e pelas facilidades concedidas na consulta dos seus arquivos;

- À Eulália Brum e à Catarina Furtado, pela colaboração prestada na distribuição e recolha do questionário;

- Ao Jorge Cardoso, pela ajuda no tratamento informático dos dados;

- À Eva Lima e ao Diogo Caetano, pela leitura do texto e pelas sugestões apresentadas;

- À Gilda Pontes e ao David Santos, pela ajuda nas traduções;

- À Cláudia Tavares e à Helena Primo, pela caminhada feita em conjunto e pelo encorajamento nos momentos mais difíceis;

- Aos meus orientadores, Professora Doutora Ana Cristina Pires Palos e Professor Doutor Paulo Alexandre Vieira Borges, pela orientação deste trabalho e pela disponibilidade e estímulo, sem os quais teria ficado pelo caminho;

- À minha mulher, Lúcia, pelo incentivo e pela paciência com que suportou a minha “ausência”.

ABREVIATURAS

ADA	Associação de Defesa do Ambiente
AT-APE	Amigos da Terra - Associação Portuguesa de Ecologistas
CJN	Centro de Jovens Naturalistas
DRA	Direcção Regional do Ambiente
EU	União Europeia
GEOTA	Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
INAMB	Instituto Nacional do Ambiente
IPAMB	Instituto de Promoção Ambiental
LPN	Liga para a Protecção da Natureza
MEP	Movimento Ecológico Português
NEP	Novo Paradigma Ecológico
NOEA	Não membros de uma OEA
NPEPVS-DA	Núcleo Português de Estudos e Protecção da Vida Selvagem
OEA	Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de Animais e do Património
ONG	Organização Não- Governamental
ONGA	Organização Não- Governamental de Ambiente
PSD	Paradigma Social Dominante
SPEA	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Participação pública nos Açores, por intervenientes	46
Figura 2	Formas de participação, em percentagem, na vida política e social, praticadas nos últimos cinco anos	78
Figura 3	Tipos de associação, em percentagem, a que as pessoas aderem	84
Figura 4	Número de associações em que um indivíduo está envolvido (comparação entre os valores apresentados por Viegas (2004) e os obtidos na presente dissertação	86
Figura 5	Formas de envolvimento, em percentagem, nas associações ...	91
Figura 6	Formas de participação, em percentagem, nas questões ambientais nos últimos cinco anos	95
Figura 7	1ª Razão para a não participação, em percentagem	99
Figura 8	2ª Razão para a não participação, em percentagem	99
Figura 9	3ª Razão para a não participação, em percentagem	100
Figura 10	Distribuição dos voluntários, em percentagem, por idades	101
Figura 11	Distribuição dos voluntários, em percentagem, por sexo	102
Figura 12	Distribuição dos voluntários, em percentagem, por estado civil	102
Figura 13	Distribuição dos voluntários, em percentagem, pelo grau de escolaridade	103
Figura 14	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com a sua condição perante o trabalho	103
Figura 15	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com as horas de trabalho semanais	104
Figura 16	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com a categoria profissional	105
Figura 17	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com o posicionamento político	106
Figura 18	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com a religião actual	106
Figura 19	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com a posição face à religião actual	107
Figura 20	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com os anos dedicados ao voluntariado	107
Figura 21	Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com as horas dedicadas ao voluntariado	108
Figura 22	Razões para o voluntariado, em percentagem	110
Figura 23	Grau de satisfação com os incentivos, em percentagem	111
Figura 24	Atitudes face à ciência e à fé, em percentagem (membros de uma OEA)	113

Figura 25	Atitudes face à ciência e à fé, em percentagem (NOEA)	114
Figura 26	Respostas dos membros de uma OEA, em percentagem, à escala do novo paradigma ecológico	117
Figura 27	Respostas dos NOEA, em percentagem, à escala do novo paradigma ecológico	118
Figura 28	Comparação dos valores das modas para cada uma das quinze afirmações da escala NEP obtidos por Silva e Gabriel (2007) e obtidos no decurso do presente trabalho de investigação	120
Figura 29	Opinião dos membros de uma OEA, em percentagem, face a diferentes ameaças ambientais	123
Figura 30	Opinião dos NOEA, em percentagem, face a diferentes ameaças ambientais	124
Figura 31	Confiança, em percentagem, nas fontes de informação para os membros de uma OEA	128
Figura 32	Confiança, em percentagem, nas fontes de informação para os NOEA	129
Figura 33	Melhores acções, em percentagem, para a resolução dos problemas ambientais	132
Figura 34	As intenções, em percentagem, para os membros de uma OEA	135
Figura 35	As intenções, em percentagem, para os NOEA	136
Figura 36	Frequência, em percentagem, de algumas práticas dos membros de uma OEA, nos últimos 12 meses	139
Figura 37	Frequência, em percentagem, de algumas práticas dos NOEA, nos últimos 12 meses	140

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Tipologia dos Movimentos Ambientalistas	27
Quadro 2	Fases do Movimento Ambientalista nos Açores	29
Quadro 3	Associações dos Açores no Registo Nacional das ONGA ...	42
Quadro 4	Visões contemporâneas da democracia	49
Quadro 5	Operacionalização dos Objectivos	64
Quadro 6	Caracterização da amostra	72
Quadro 7	Média das Posições dos membros de uma OEA e dos NOEA, na Escala NEP	119

ÍNDICE

Resumo	5
Abstract	6
Agradecimentos	9
Abreviaturas	11
Índice de figuras	13
Índice de quadros	15
Índice	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I- ASSOCIATIVISMO AMBIENTAL NOS AÇORES	23
1. Associativismo ambiental: origem e algumas características	23
2. O Movimento ambientalista nos Açores: origens, ligações com o nacional e fases da sua evolução	27
3. O Relacionamento e as tentativas de coordenação das ONGA dos Açores	35
4. Enquadramento legislativo do associativismo ambiental	40
CAPÍTULO II- DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO, ATITUDES E COMPORTAMENTOS AMBIENTAIS	45
1. Participação e democracia	45
2. Participação e voluntariado	49
3. Atitudes e comportamentos ambientais	54
CAPÍTULO III- PERCURSO METODOLÓGICO	59
1. Caracterização metodológica	59
2. Produção de dados	61
3. Análise de Dados	65
3.1. Tratamento das questões abertas	68
4. Caracterização da Amostra	71
CAPÍTULO IV- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	75
1. Participação e associativismo	75
1.1. Formas de participação na vida social e política dos Açores	76
1.2. Tipos de associações	83
1.3. Envolvimento nas Associações	90

1.4. Formas de Participação nas Questões Ambientais	93
1.5. Razões para a não participação	98
1.6. Voluntariado ambiental	101
1.6.1. Quem são os voluntários ambientais?	101
1.6.2. Que razões levam ao voluntariado ambiental?	109
1.6.3. Incentivos recebidos e satisfação	110
2. Atitudes ambientais	112
2.1. Atitudes face à ciência e à fé	112
2.2. Atitudes e valores ambientais (Escala NEP)	116
2.3. Ameaças Ambientais	122
2.4. Confiança nas Fontes de Informação	127
2.5. Responsabilização de diferentes instâncias pela resolução de problemas ambientais	130
3. Proteger o ambiente: das intenções às acções	134
3.1. As intenções	134
3.2. Os comportamentos individuais	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
ANEXO Questionário	177

INTRODUÇÃO

A crise que, hoje, ameaça a Terra, intimamente associada à delapidação dos recursos do Planeta e à subjugação da humanidade aos interesses de muito poucos, é uma crise com características bem diferentes de todas as anteriores.

De acordo com a Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1987), não estamos perante várias crises separadas, a do ambiente, a do desenvolvimento e a da energia, pelo contrário, todas elas são uma só. Ainda sobre este assunto, Almeida (2007) diz-nos que vivemos uma crise que pelas suas características é mais grave do que todas as que a antecederam, já que “a ameaça da extinção da própria espécie humana deixou de pertencer ao domínio da ficção” (p.15).

Não estando no âmbito desta dissertação enumerar as causas responsáveis pela crise multidimensional que assola o mundo, nem as várias propostas para a ultrapassar, menciona-se apenas o facto de existir uma panóplia de vertentes dentro do denominado ambientalismo que, segundo Castells (2003), é praticamente impossível considerá-las como um só movimento, cada uma delas propondo soluções ou preocupando-se apenas com parte dos problemas ambientais. A título de exemplo, refere-se a corrente conservacionista, que tem como preocupação central a protecção das espécies e dos sistemas naturais (Sorrentino, 2005) ou a ecologia social, de carácter libertário, que propõe um novo modelo social e uma nova forma de relacionamento com a natureza (Bookchin, 1984).

Hoje, sabe-se que os problemas ambientais são problemas sociais e que para a sua resolução são necessárias alterações no comportamento tanto em grande escala como individual (Zelezny & Schultz, 2000, cit. in Pato, 2004). Também, se consideram pertinentes e se subscrevem as afirmações de Castells (2003) quando afirma que a maioria dos problemas ambientais mais elementares ainda não foi resolvida porque o “seu tratamento requer uma mudança nos meios de produção e de consumo bem como da nossa organização social e das nossas vidas pessoais” (p.138).

Silva e Gabriel (2007), depois de afirmarem que “as atitudes ambientais da população influenciam o seu comportamento” (p.5), referem o facto de nos Açores predominarem “atitudes favoráveis face ao ambiente” (p. 191).

Com a investigação que se pretende levar a cabo, em primeiro lugar, procura-se encontrar respostas para a seguinte questão: *“Será que os activistas ambientais participam mais na vida política e social dos Açores do que os não activistas e evidenciam maior consciência ambiental? ”*

Neste contexto, para além da resposta à questão mencionada, procurou-se saber, no âmbito da dimensão “participação e associativismo”, que formas de participar na vida social e política dos Açores eram as mais praticadas, a que tipologia de associação mais aderem os açorianos, que tipo de envolvimento há nas associações a que pertencem, quais as principais formas de participação nas questões ambientais, quais as principais razões que justificam a fraca participação cívica dos açorianos e por último, para o caso dos membros de uma OEA- Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de Animais e do Património, as razões que levam ao voluntariado e o grau de satisfação com os incentivos recebidos por parte da organização onde prestam trabalho voluntário.

No âmbito da dimensão “atitudes ambientais” procurou-se conhecer as atitudes face à ciência e à fé, as preocupações e valores ambientais, o grau de perigosidade atribuído a ameaças ambientais, a confiança em diferentes fontes de informação e a responsabilização de diferentes instâncias pela resolução dos problemas ambientais.

Por último, no âmbito da dimensão “práticas ambientais”, foi-se conhecer as intenções e alguns comportamentos individuais dos açorianos.

Para cada um dos itens referidos, em cada uma das dimensões, pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, para além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, faz-se uma breve referência ao associativismo ambiental nos Açores. Neste, depois de uma caracterização do associativismo ambiental, apresentam-se as origens do movimento ambientalista nos Açores, associando-o ao nacional, e faz-se o seu enquadramento em diversas fases da sua evolução. Por último, depois de se abordar o relacionamento e tentativas de coordenação das ONGA dos Açores, faz-se o seu enquadramento legislativo.

No segundo capítulo, apresenta-se uma revisão da bibliografia que pareceu relevante para o enquadramento global do tema. Nesse sentido, primeiro aborda-se o conceito de participação, depois o de atitudes ambientais e por último a problemática das práticas ambientais.

No terceiro capítulo, dá-se conta do trabalho empírico realizado, faz-se referência ao questionário usado e apresentam-se as características da amostra.

No quarto capítulo, apresentam-se e analisam-se os dados obtidos

Por último, apresentam-se algumas considerações finais, incluindo as limitações deste estudo e sugestões para futuras investigações.

CAPÍTULO I- ASSOCIATIVISMO AMBIENTAL NOS AÇORES

1- Associativismo ambiental: origem e algumas características

O movimento ambientalista tem as suas raízes nos movimentos naturalistas surgidos no século XIX. Das primeiras associações, destaca-se o Sierra Club, fundado em 1892, a “primeira organização militante de conservação da natureza”, que terá lançado “as bases que viriam a ser adoptadas em todo o mundo pelas ONG” (Melo e Pimenta, 1993, p. 144). De acordo com Lima (2002), aqueles movimentos apresentavam características distintas das actuais organizações, isto é, “eram movimentos integrados por membros de elites intelectuais, que se preocupavam com o crescimento da civilização e queriam preservar intacta a natureza selvagem, na tradição dos ideais oriundos da Inglaterra” (p.11).

O movimento ambientalista actual, “com preocupações mais alargadas do que a conservação da natureza” (Lima, 2002, p.11) terá surgido com o Maio de 1968, em França. Com efeito, foram os militantes do Maio de 68 que formularam “as primeiras críticas políticas da ecologia, pondo em causa as finalidades da sociedade industrial” e foi aquele acontecimento a “alavanca eficaz de numerosas iniciativas e proposições ecológicas ulteriores” (Simonet, 1979, pp. 61-62). Idêntica opinião é expressa por Cruz (1985, p.60) que menciona o facto de, com o Maio de 68, muitos activistas políticos e sindicais terem abandonado as suas organizações e criado grupos autónomos que “tinham a virtude de afrontar problemas reais em lugar de dedicar-se à recuperação do sistema ou ao estéril debate grupuscular” e que ao se aproximarem dos movimentos ecológicos contribuíram para evitar “a sua absorção pelo sistema”.

A data referida para o “nascimento” do movimento ambientalista, meados da década de sessenta, coincide com a apontada para o surgimento de novos movimentos sociais que questionavam o “paradigma tradicional marxista, bem como os esquemas baseados na lógica racional e estratégica dos actores” (Duarte, 2004, p.1).

Hoje, embora as diversas associações tenham características comuns, há autores que, por considerarem que as diferenças são tão grandes, acham que se deveria falar numa nebulosa ecológica (Rocha, 2006). Castells (2003, p. 139), corrobora a afirmação anterior, afirmando que por serem tão diversas “as acções colectivas, políticas e discursos agrupados sobre a égide do ambientalismo”, é “praticamente impossível considerá-los um único movimento”.

Mas, que características ou aspectos comuns apresentam as diversas associações ou movimentos pertencentes ao denominado por Castells (2003) “caleidoscópio ambientalista” (p.140)?

A resposta a esta questão é dada por Soromenho-Marques (1998, pp. 115-118) que considera a existência de quatro aspectos, que distinguem os novos (onde se inclui o movimento de defesa do ambiente) dos antigos movimentos sociais, a saber:

- 1- Enquanto os antigos movimentos sociais acreditavam na “bondade incondicional do progresso científico e técnico”, o movimento ambientalista questiona a “religião” do progresso técnico-científico”;
- 2- Os antigos movimentos acreditavam na bondade do estado, daí que a sua meta era a “conquista do poder de Estado”, o movimento ambientalista desconfia não tanto da bondade do Estado mas sobretudo do seu poder efectivo;
- 3- Os antigos movimentos eram “movimentos escatológicos, do fim da história”, tinham “como programa uma bandeira ideológica desfraldada pelo vento das utopias”, como, por exemplo, o fim da exploração do homem pelo homem, como resultado da emancipação da classe operária. O movimento ambientalista recusa as “utopias do fim da história”;
- 4- Para os antigos movimentos a luta política inseria-se na dicotomia amigo - inimigo, sendo este bem identificado: o capitalista, o vermelho, etc. Para os ecologistas, sobretudo das sociedades industrializadas do Norte, o inimigo é o “nosso presente e insustentável modo de vida”.

Mas, como se viu, se há alguns traços comuns, existem, também, fortes diferenças entre as diversas organizações. Para uma melhor compreensão das várias

organizações integrantes do movimento ambientalista, vários autores têm sugerido diversas tipologias que, por descreverem tipos ideais, apresentam sempre limitações já que quer ao longo do tempo, quer no mesmo instante pode existir numa mesma organização uma combinação de diferentes características. Apesar disso, concordamos com Sauvé (2005) que, embora se referindo às diferentes correntes de educação ambiental, escreveu que a sistematização das “correntes ambientalistas” pretende ser tão são um instrumento de análise e “não um grilh o que obriga a classificar tudo em categorias rígidas, com o risco de deformar a realidade” (pp. 17-18).

De entre as diversas classificações possíveis, apresentam-se, neste trabalho três tipologias: a de Ramos, de 1996, a de Viola, de 1992, e a de Castells (2003).

A tipologia de Ramos, apresentada por Rocha (2006, pp. 68-69) considera as seguintes três correntes:

Corrente naturalista - considera a natureza “como um santuário ou como objecto de deleite est tico” que precisa de ser preservado. Primitivamente foi marcada por atitudes anti-sociais características do ambientalismo de recusa. De acordo, com Rocha (2006, p. 57) este conceito foi usado para caracterizar uma corrente que não acreditava ser possível viver ecologicamente (sem o individualismo e o produtivismo) na sociedade industrial, optando os seus adeptos por viverem isolados em comunidades alternativas;

Corrente institucional – pretende ajustar o ambientalismo ao actual modo de produ   o, sendo um movimento marcadamente técnico;

Corrente política - considera que a natureza não está isolada da sociedade e que a lógica produtivista da sociedade actual afecta o ambiente. Opõe-se aos pretensos movimentos apolíticos ou que desejam acomodar-se   lógica produtivista da sociedade actual.

A proposta de Viola, apresentada por Rocha (2006) e Alexandre (s/d), agrupa o movimento ambientalista em três correntes: grupo de pressão ou interesse, movimento social ou movimento histórico. As principais características de cada uma delas são:

Grupo de pressão - integrado no sistema político, sem preocupações contestatárias e voltado para a solução de problemas específicos bem definidos;

Movimento social - propõe o ambientalismo como alternativa à ordem vigente. Na Europa Ocidental, as vertentes mais radicais desta corrente estão próximas ou ligadas aos partidos verdes;

Movimento histórico – entende que o padrão civilizacional vigente é insustentável a médio e longo prazo, por razões diversas, entre as quais, o sistema de valores que induz a expansão do consumo.

Por último, a tipologia de Castells (2003), cuja síntese é exposta no quadro 1, que apresenta cinco correntes:

Preservação da natureza – tem como ponto comum “a defesa pragmática das causas relacionadas com a preservação da natureza perante o sistema institucional” (p.141);

Defesa do próprio espaço – o denominador comum é a mobilização das populações de uma dada localidade em defesa do seu espaço, nomeadamente “contra a introdução de utilizações indesejáveis do meio ambiente”(p.143);

Contracultura, ecologia profunda – coloca “o respeito à natureza acima de qualquer instituição criada pelo homem” (p.144);

Salvar o planeta – com uma visão internacionalista a mobilização faz-se “em torno do princípio da sustentabilidade ambiental” (p.148) à qual tudo (políticas e actividades) se deve submeter.

Política verde - é a “entrada no universo da política em prol do ambientalismo” (p. 148).

Quadro 1: Tipologia dos Movimentos Ambientalistas

Tipo	Exemplos	Identidade	Adversário	Objectivo
Preservação da Natureza	-Sierra Club -Audubon Society -National Parks and Conservation Association	Amantes da Natureza	Desenvolvimento não controlado	Vida selvagem natural
Defesa do próprio espaço	-Não no meu quintal	Comunidade local	Agentes poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contracultura, ecologia profunda	- Earth first - Ecofeminismo	O Self “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	“Ecotopia”
Salvar o planeta	- Greenpeace	Guerreiros ecológicos internacionalistas	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
Política Verde	-Os Verdes Alemães	Cidadãos preocupados com a protecção do ambiente	Aparelho político	Oposição ao poder

Fonte: Adaptado de Castells (2003, p. 140)

2- O Movimento Ambientalista nos Açores: origens, ligações com o nacional e fases da sua evolução¹

Partindo de um faseamento da evolução do (s) movimento (s) ambientalista (s) em Portugal, elaborado por Rodrigues (1995), nesta secção, apresenta-se a evolução ocorrida nos Açores, procurando, sempre que possível, relacionar as organizações criadas na região com as nacionais.

¹ Parte das informações contidas nesta secção foram obtidas a partir de um arquivo pessoal e do arquivo da Associação Amigos dos Açores

Embora com fases em que há alguma coincidência com as apresentadas por Rodrigues (1995), considera-se que nos Açores existiram quatro fases que se apresentam no quadro 2.

- A primeira fase (1963-1981) pode ser caracterizada como a fase conservacionista/naturalista. Durante esta fase surgiram duas organizações, a Sociedade de Exploração Espeleológica “Os Montanheiros” e o Centro de Jovens Naturalistas de Santa Maria.

A associação “Os Montanheiros”, fundada em 1 de Dezembro de 1963, na ilha Terceira, tem desenvolvido ao longo da sua existência actividades sobretudo na área da espeleologia, nomeadamente na exploração, na inventariação, no estudo e na conservação das cavidades vulcânicas dos Açores. Embora nos seus estatutos (<http://www.montanheiros.com/>) esteja prevista a actuação em termos de “divulgação dos motivos naturais de interesse paisagístico” e de “defesa do ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável”, as suas actividades principais são, para além do já mencionado, a gestão “turística” da Gruta da Torres, na ilha do Pico, e do Algar do Carvão e da Gruta do Natal, na Ilha Terceira.

O Centro de Jovens Naturalistas de Santa Maria (CJN), cuja actividade foi mais intensa nas décadas de 70 e 80 do século passado, tem, entre outros, de acordo com Borges (1983), como um dos seus objectivos principais “iniciar os jovens nas colecções ou preparações com elementos diversos da História Natural, para melhor poderem apreciar, entender e resolver os problemas que se lhes apresentam hoje, como a poluição, defesa do património natural, ecologia, todos interdependentes afinal”. Esta associação que, de acordo com uma actual responsável, se terá legalizado em 1993, hoje, encontra-se quase inactiva, dela se conhecendo, publicamente, apenas a emissão de dois pareceres por solicitação da Assembleia Legislativa Regional.

Não se conhecendo qualquer ligação de “Os Montanheiros” a uma organização nacional, se bem que existisse desde 1948 a Sociedade Portuguesa de Espeleologia, fundada em Lisboa (Rodrigues, 1995), sabe-se que o surgimento do Centro de Jovens Naturalistas foi inspirado na Liga para a Protecção da Natureza

Quadro 2: Fases do Movimento Ambientalista nos Açores

Fases	1ª Fase		2ª Fase		3ª Fase				4ª Fase				
	Até 1981		1982-1988		1989-1995				Depois de 1996				
Anos	63	70	82	84	89	91	92	94	97	03	06	07	
Associações													
Montanheiros													
Centro de Jovens Naturalistas													
Luta Ecológica													
Núcleo Português de Estudos e Protecção da Vida Selvagem													
Grupo de Ecologistas de Santa Maria													
Amigos dos Açores													
Quercus Faial													
Azórica													
Gê-Questa													
Quercus- São Miguel													
Amigos da Caldeira de Santo Cristo													
Movimento de Amigos da Rocha													
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves													
Amigos da Fajã do Calhau													
Amigos do Calhau													
A MATA													
Associação de Proprietários e Amigos da Costa													

(LPN), organização fundada, em 1948, que desempenhou um papel fundamental na tentativa de implementação de uma política de ambiente, numa perspectiva conservacionista – essencialmente ligada à conservação de ecossistemas e habitats (Soromenho - Marques, 1998).

A existência destas duas organizações nos Açores, “Os Montanheiros” e o CJN, antes de 25 de Abril de 1974, só pode ser explicada pelo facto da primeira apresentar um carácter meramente desportivo e de ocupação de tempos livre e a segunda um carácter educativo, já que o direito de associação era bastante restringido antes daquela data.

A primeira fase (1974-1976), existente a nível nacional, caracterizada pelo aparecimento e desaparecimento de várias organizações, entre as quais o MEP- Movimento Ecológico Português (Rodrigues 1985) não existiu nos Açores. Com efeito, só em 1982, já quase no fim da segunda fase nacional, a do “Nuclear não, obrigado!” (1976-1983) surgem novas associações nos Açores.

- A segunda fase (1982 – 1988), pode ser intitulada como “ Nuclear e caça aos cetáceos? Não, Obrigado!”. Nesta fase surgiram o Grupo “Luta Ecológica”, o Núcleo Português de Estudos e Protecção da Vida Selvagem - Delegação dos Açores (NPEPVS-DA), o Grupo de Ecologistas de Santa Maria e os Amigos dos Açores- Associação Ecológica. Enquanto o “Luta Ecológica” e o Grupo de Ecologistas de Santa Maria não tinham qualquer ligação com organizações nacionais, o NPEPVS-DA era uma delegação do Núcleo Português de Estudos e Protecção da Vida Selvagem, associação criada em 1974, com sede no Porto, e os Amigos dos Açores, em 1984, era um núcleo dos Amigos da Terra - Associação Portuguesa de Ecologistas (AT-APE).

Embora difícil de enquadrar nas tipologias atrás referidas, diríamos que nesta fase associa-se um pouco de “Preservação da Natureza” com um pouco de “Contracultura, Ecologia Profunda” e “Salvar o Planeta”, de Castells, ou “Corrente política”, de Ramos, com “Grupo de Pressão” e “Movimento Social”, de Viola.

A seguir, apresenta-se, sucintamente, objectivos e principais actividades das associações que apareceram nesta fase.

Em Julho de 1982, foi criado, na ilha Terceira, o grupo Luta Ecológica com, entre outros, os seguintes objectivos: defender o ambiente, contra o nuclear e a sociedade a caminho da autodestruição; defender o equilíbrio ecológico, as espécies animais e vegetais, dia a dia ameaçadas pela nossa civilização e divulgar alternativas energéticas. Em 1983, para além da Comemoração do Dia Mundial do Ambiente, em Angra do Heroísmo, e da dinamização de uma acção de protesto contra o encerramento das Furnas do Cabrito e da Água, foram várias as tomadas de posição públicas, com destaque para as relacionadas com a oferta de brinquedos de guerra às crianças, a oposição a exercícios militares no Pico Alto e ao lançamento de resíduos radioactivos no oceano Atlântico.

O NPEPVS/DA, que esteve em actividade em São Miguel, de 1982 a 1984, tinha, de acordo com os seus estatutos, como objectivo prioritário a protecção da natureza, em especial da fauna e da flora. Para a concretização daquele objectivo o NPEPVS-DA conseguiu organizar um centro de documentação com diversas publicações e filmes sobre a vida de aves e lançou duas campanhas, uma em defesa das aves marinhas e outra para protecção das aves de rapina (Braga, 1983). Da mesma associação, destaca-se a edição de dois números (Primavera de 1983 e Inverno de 1984) do “Priôlo - Boletim para a Conservação da Natureza nos Açores”, que para além dos temas ligados à conservação da natureza, continham artigos contra o uso da energia nuclear e sobre problemas ligados à vida em meios urbanos.

Durante o ano de 1984, na ilha de Santa Maria, existiu uma associação informal denominada “Grupo de Ecologistas de Santa Maria”. Da sua actividade destacam-se a edição de seis números do Boletim “SobreViver” e a manutenção de um programa bissemanal de rádio, no Clube Asas do Atlântico. Para o grupo, que considerava o ecologismo como uma urgência resultante do agravar da degradação da qualidade de vida humana, eram preocupações principais a sobrevivência das aves de rapina e dos garajaus, o militarismo/ pacifismo, a gestão dos resíduos, o lançamento de lixo atómico no Atlântico, a situação da mulher e a agricultura biológica.

A Amigos dos Açores - Associação Ecológica, inicialmente núcleo dos AT-APE, transformou-se em associação independente em 1987, tendo, de acordo com os seus estatutos primitivos, “por fim defender a natureza, o ambiente e a paz, contribuir para a construção de um mundo limpo, mais justo e pacífico, privilegiando para isso, métodos de trabalho e de intervenção não violentos”.

Dinamizada, inicialmente, por pessoas que de algum modo já tinham alguma experiência associativa iniciada em 1982, quer no Luta Ecológica, quer no Núcleo Português de Estudos e Protecção da Vida Selvagem - NPEPVS/DA, e mantinham simpatia pela ecologia política, pela objecção de consciência e pela conservação da natureza, nos primeiros anos, para além da preservação do ambiente, com destaque para a conservação de cetáceos, eram temas tratados a questão da guerra e da paz, as energias renováveis, a defesa do consumidor e o uso de pesticidas. Hoje, a associação é mais conhecida pela promoção de passeios pedestres para associados e escolas, a edição de várias publicações, a participação em actividades de investigação e a pressão exercida sobre o governo regional e as autarquias (Braga *et al.*, 2006).

- A terceira fase (1989-1995) corresponde à terceira fase a nível nacional (1984-1990), denominada por Rodrigues (1995) “Organização e pragmatismo”. Nesta fase, assiste-se à instalação de dois núcleos da Quercus, um no Faial e outro em São Miguel, e à criação de duas associações regionais, a Azórica e a Gê - Questa.

Neste período, acontecimentos importantes fizeram com que a questão ambiental ganhasse outra importância com destaque para a entrada de Portugal na EU, em 1986, a aprovação da Lei de Bases do Ambiente e da Lei das Associações de Defesa do Ambiente, em 1987, e a criação da Confederação das Associações de Defesa do Ambiente, em 1989, esta com reflexos quase nulos nos Açores. Neste sentido, Figueiredo e Fidélis (2000) referem que, a partir dos finais da década de 80 do século XX, “o crescimento dos problemas ambientais em conjunto com a maior disponibilidade e acesso à informação e com a pressão social sobre o desempenho governamental, parecem igualmente ser factores importantes do crescimento da acção ambientalista formal e informal” (p.1).

É neste enquadramento que o “ambientalismo de pendor “conservacionista”, surgido, depois de 1984, com “uma imagem de maior pragmatismo” e dando a

primazia a “formas de intervenção mais institucionais” (Rodrigues, 1995, p. 14) começa a instalar-se nos Açores.

Assim, a 24 de Fevereiro de 1989, foi eleita a primeira direcção do Núcleo Regional dos Açores da Quercus (Faial), que no ano seguinte promoveu, com a colaboração dos Amigos dos Açores, uma Petição intitulada “Pela Sobrevivência da Vegetação Autóctone dos Açores”.

Dois anos depois, a 21 de Outubro de 1991, foi fundada, no Faial, a associação Azórica que promoveu, nos dias 5 e 6 de Junho de 1993, o 1º Encontro das Associações de Defesa do Ambiente da Região Autónoma dos Açores. Anualmente, tem promovido, em colaboração com escolas, campanhas de monitorização e limpeza do litoral.

A Gê-Questa é uma associação de defesa da ambiente criada, em 1994, na ilha Terceira. Da sua actividade, destaca-se a grande preocupação com toda a temática relacionada com o mar. Utilizando como recurso aquários existentes na sua sede, ou o próprio litoral, a Gê-Questa realiza acções de sensibilização e de educação ambiental. De entre outros temas do seu interesse, destacam-se os seguintes: poluição (em geral), ordenamento do território e saúde pública.

O núcleo de São Miguel da Quercus surgiu em Abril de 1994, aquando da Presidência Aberta do Dr. Mário Soares, nos Açores. Tem escolhido como principais temas de intervenção os resíduos e as lagoas (eutrofização).

- A quarta fase, que se iniciou em 1996, pode ser caracterizada como a fase da “instrumentalização e da prestação de serviços”. Nesta fase, assiste-se à chegada de mais uma ONGA nacional, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, à criação de uma associação de defesa do ambiente local e de um conjunto de outras (de que se faz referência apenas a algumas) para as quais a defesa do ambiente não é o objectivo principal, mas que são (ou foram) reconhecidas pelo Governo Regional dos Açores como parceiras na implementação de alguns projectos.

A entrada do Partido Socialista para o governo, em 1996, foi o acontecimento que mais marcou o movimento ambientalista nos Açores, com implicações positivas e negativas. Assim, iniciou-se uma época de colaboração entre as associações e a secretaria que tutela o ambiente, tendo-se institucionalizado o financiamento

público a todas as associações, o que criou condições para que estas crescessem em termos de implantação, de que é exemplo o caso dos Montanheiros que passaram a ter núcleos em São Jorge e no Pico, ou mantivessem as suas sedes abertas, como o caso da Quercus (São Miguel). A outra face foi a lenta transformação de outras que mantinham um perfil de intervenção mais político em prestadoras de serviços, de que é exemplo a associação Amigos dos Açores, sobretudo com a gestão das Ecotecas de Ponta Delgada e da Ribeira Grande.

Outro aspecto negativo para as associações foi o esvaziamento de algumas delas, com a saída de alguns dirigentes que foram ocupar os mais diversos cargos a nível político. De entre as mais afectadas destacaríamos a Gê-Questa, onde o seu presidente, em 1996, deixou a associação para exercer o cargo de Director Regional dos Recursos Florestais e a Azórica, onde, entre outros, dois dos fundadores, também, viriam a ocupar cargos quer no governo quer na Assembleia Legislativa Regional.

Relativamente às associações surgidas nesta fase, destacamos a SPEA- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e os “Amigos do Calhau”.

A SPEA surgiu no concelho de Nordeste na ilha de São Miguel, em 2003, associada ao Projecto LIFE Priôlo – “Recuperação do Habitat do Priôlo na Zona de Protecção Especial (ZPE) Pico da Vara/Ribeira do Guilherme”, que decorreu entre Outubro daquele ano e Novembro de 2008 e teve por principal objectivo a recuperação do habitat do Priôlo, através da conservação e restauração da ameaçada floresta de *Laurissilva* dos Açores.

A Amigos do Calhau - Associação Ecológica surgiu formalmente, em 2006, a partir de um grupo informal que em anos anteriores desenvolveu actividades de sensibilização ambiental e de limpeza de uma zona balnear existente no concelho da Lagoa, tendo alargado o seu âmbito de tal modo que a sua finalidade é “defender a natureza, o ambiente e o património, contribuir para a construção de um mundo mais limpo, mais justo, deixar uma esperança para as gerações vindouras, privilegiando para isso métodos de trabalho e de intervenção não violentos, através das mais diversas actividades culturais, recreativas, sociais ou outras afins” (artigo 3º dos Estatutos). Neste caso estamos perante uma passagem

“do estado Nimby (Not in My Backyard) para o estado Niaby (Not in Anyone Backyard)” (Figueiredo & Fidélis, 2000, p.3).

Às restantes associações, de que são exemplo a Associação dos Amigos da Caldeira do Santo Cristo (1997), o Movimento de Amigos da Rocha (1997), a Associação de Amigos da Fajã do Calhau (2003), a Mata (2006) ou os “Amigos da Costa” (2007) aplica-se o que afirmam Figueiredo e Fidélis (2000) para os movimentos ambientais de raiz popular: “preocupações com a saúde escondem outras preocupações de carácter económico (como por exemplo preocupações com os impactes do projecto em causa no valor das propriedades)” (p. 5). No caso de um número significativo das organizações referidas acima estão, por vezes, presentes atitudes não altruístas de alguns indivíduos ou de pequenas comunidades já que a pretexto de uma melhor qualidade ambiental o que se reivindica, na maioria dos casos, são melhores acessos (construção e melhoria das estradas), construção de pequenos portos de recreio, acesso a água potável e a electricidade, obras que vêm valorizar as propriedades. A propósito, é importante mencionar que “há também organizações que fazem das causas ambientais picadeiros para acções espectaculares, esquecendo sua condição de meios, agindo como fins de si próprias, usando a temática ambiental como nicho temático de autopromoção e trampolim para “voos mais altos” (Tabacow, 2006, p. 5 e 6).

3- O Relacionamento e as Tentativas de Coordenação das ONGA dos Açores²

Silva (2008) escreve que “as ONGA dos Açores parecem promover entre si um bom relacionamento, baseado em parcerias que estabelecem” (p.79) e refere que não resultaram as diversas tentativas de criar uma estrutura de coordenação, federação ou confederação. Sobre a questão das parcerias é de todo o interesse analisar o que de mais relevante terá resultado destas e saber por que razão o mencionado bom relacionamento não terá conduzido à criação de uma estrutura

² Tal como na secção anterior, parte das informações contidas nesta secção foram obtidas a partir de um arquivo pessoal e do arquivo da Associação Amigos dos Açores.

agregadora do movimento ambiental dos Açores. É o que, a seguir, tentar-se-á fazer.

A primeira actividade conjunta de duas associações de defesa do ambiente dos Açores terá ocorrido no primeiro trimestre de 1983, na ilha Terceira, tendo como objectivo protestar contra a intenção da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo de encerrar ao público as Furnas do Cabrito e da Água. Na ocasião, tanto “Os Montanheiros” como o grupo “Luta Ecológica” concederam em conjunto entrevistas à comunicação social, convocaram uma visita às referidas cavidades, promoveram um abaixo-assinado e uma delegação das duas associações foi recebida pelo Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, onde teve a oportunidade de apresentar uma alternativa que permitia conciliar a abertura ao público das mencionadas grutas e a captação de água (Braga, 2007).

Em 1987, por proposta dos Amigos dos Açores ocorreu a filiação mútua entre esta associação e “Os Montanheiros”, formalizando-se assim um acordo de troca de publicações que permitia aos associados de cada uma das organizações participar nas actividades da outra. Infelizmente a permuta só se efectuou enquanto durou a publicação, de “Os Montanheiros”, Pingo de Lava. Depois, apenas os Amigos dos Açores continuaram a remeter a sua publicação periódica, Vidália, e a enviar as demais publicações editadas, nomeadamente livros e brochuras.

A iniciativa conjunta de duas associações que terá tido maiores repercussões, quer em termos mediáticos quer pelos resultados alcançados em prol da conservação do património natural dos Açores, terá sido a Petição “Pela Sobrevivência da Vegetação Autóctone dos Açores”, coordenada pelo Núcleo Regional dos Açores da Quercus (Faial) e pelos Amigos dos Açores, entre 1990 e 1992, que teve como associações proponentes: a Associação Portuguesa de Agricultores Biológicos; a Associação Portuguesa de Biólogos; os Amigos dos Açores - Associação Ecológica; o GEOTA - Grupos de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente; o Grupo Universitário de Évora de Estudos de Ambiente; a LPN - Liga para a Protecção da Natureza; a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e a QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza. (Quercus, s/d).

Tendo recolhido 6 570 assinaturas, os proponentes sugeriam a criação de um plano de emergência que contemplasse, entre outros, os seguintes princípios

básicos: Privilegiar a classificação de áreas de protecção relativamente vastas e com elevado número de espécies ameaçadas, em que estejam representadas o máximo de comunidades vegetais, em lugar da classificação de numerosas áreas homogéneas, pequenas e isoladas, mas altamente vulneráveis; condicionar rigorosamente a introdução de espécies animais e vegetais exóticas no arquipélago, devido à fragilidade e vulnerabilidade dos ecossistemas insulares, e iniciar programas de controlo das plantas exóticas invasoras existentes. Esta petição foi apreciada pela Assembleia da República e pela Assembleia Regional dos Açores que aprovou uma Resolução (nº 13/95/A) que recomendava, ao Governo Regional dos Açores, que tomasse em atenção os princípios referidos na petição aquando da implementação das necessárias medidas para salvaguardar a vegetação açoriana (Quercus, s/d; Braga, 1992, 2005).

Em 1990, de acordo com informação publicada no boletim Vidália, nº 3, os Amigos dos Açores e a Quercus – Açores (Faial) estavam empenhadas na criação de uma Federação Regional de Associações de Defesa do Ambiente, projecto que não terá avançado em virtude do desaparecimento desta última associação.

Em Junho de 1992, os Amigos dos Açores propõem à Azórica a filiação mútua entre as duas associações, permitindo a troca das suas publicações e a participação dos associados de cada uma nas iniciativas da outra associação. Nos primeiros anos, houve a troca das publicações periódicas, dos planos de actividades e de outras publicações. Tal como ocorreu com “Os Montanheiros”, até há pouco tempo eram apenas os Amigos dos Açores a dar conhecimento das suas publicações.

Em Junho de 1993, organizado pela Azórica, realizou-se o I Encontro das ADA- Associações de Defesa do Ambiente, da Região Autónoma dos Açores, que contou na Sessão de Abertura com a Presença do Ministro da República para os Açores. De acordo com a circular nº 2, emitida pela Azórica, estavam inscritas as seguintes organizações: Amigos dos Açores, Associação Arqueológica do Arquipélago dos Açores, SOS-Lagoas, Circulo de Amigos das Furnas, Azurina, Os Montanheiros, Jovens Naturalistas de Santa Maria, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa, Alternativa Artissonho, Circulo de Amigos da Ilha do Pico, Associação da Juventude em Defesa do Património Histórico,

Cultural e Natural de São Jorge e Azórica. De registar que para algumas das organizações mencionadas o ambiente era uma temática secundária, um número significativo delas era de carácter informal e o número de activistas de algumas era muito reduzido, nalguns casos limitava-se a uma ou duas pessoas.

Previsto para 1996, também por iniciativa da Azórica, o 2º Encontro das ADA dos Açores viria a ser cancelado devido à indisponibilidade da maior parte das associações e por algumas considerarem ineficaz e inoportuna a sua realização. Na altura, os Amigos dos Açores, em ofício datado de 29 de Julho de 1996, manifestaram a sua indisponibilidade, “tendo em conta os elevados custos e os duvidosos benefícios de um evento de tal natureza, na fase actual do movimento das ADA, existência apenas formal ou total inactividade, consideramos mais proveitoso a troca de experiências - informação bem como encontros bilaterais das associações com trabalho efectivo junto das populações”.

A 30 de Janeiro de 1997, o Núcleo de São Miguel da Quercus, em ofício dirigido às associações ecológicas e ambientalistas das ilhas dos Açores escreve: “Neste momento a DRA³ propõe a realização em S. Miguel, no próximo dia 14, de um encontro semelhante”. A proposta não teve qualquer seguimento.

No ano seguinte, 1998, regista-se a filiação mútua da Gê- Questa e dos Amigos dos Açores, por proposta desta associação.

Entre 1999 e 2002, realizaram-se encontros anuais das ONGA dos Açores, tendo como ponto comum a todos eles a escolha dos representantes das ONGA nos mais diversos órgãos consultivos. De entre os outros temas abordados, destacamos o incremento de um sistema de informação entre as ONGA, o estabelecimento de bases para a realização de actividades e tomadas de posição que envolvessem mais do que uma ONGA, o estabelecimento de critérios para o apoio financeiro às ONGA e a requisição de professores para o desenvolvimento de projectos.

Em 2005, realizou-se, por iniciativa da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes, um Encontro Regional de Associações Ambientalistas e de Defesa do Ambiente para a criação de uma Federação Regional de Associações

³ A titular da DRA era a Dr.ª Eduarda Goulart que havia organizado o primeiro encontro na qualidade de presidente da Azórica.

Ambientalistas e de Defesa do Património, o qual contou com a presença do Director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos que apresentou uma comunicação e da Secretária Regional do Ambiente que presidiu à sessão de encerramento. Participaram nos trabalhos, para além da associação organizadora, a Associação dos Amigos da Cadeira de Santo Cristo, a Associação dos Amigos do Museu de São Jorge, a Azórica, o Círculo de Amigos da Ilha do Pico, a Gê-Questa, o Movimento dos Amigos da Rocha da Relva, os Montanheiros e a Quercus- Núcleo Regional da Ilha Terceira. Importa registar que a entidade promotora não havia participado nos encontros de ONGA realizados anteriormente e que o projecto não avançou por desinteresse da maioria das associações.

Ainda em 2005, foi assinado um protocolo de cooperação entre os Amigos dos Açores, Os Montanheiros e a Gê-Questa. Através do protocolo as associações comprometeram-se a, sempre que possível, permutar entre si todo o tipo de material de divulgação, de autoria própria ou não, bem como a prestar apoio técnico e logístico dentro das possibilidades de cada uma delas.

O aparente bom relacionamento entre as ONGA e as tentativas de colaboração entre elas nunca se traduziram em actividades com um carácter contínuo, nem mesmo há memória de uma tomada de posição conjunta das três ONGA de âmbito regional (Montanheiros, Amigos dos Açores e Gê-Questa).

No que diz respeito à existência de uma Federação ou Confederação, apesar das diversas tentativas, algumas das quais com origem ou induzidas pelo próprio governo dos Açores não tem havido consenso. De acordo com Silva (2008), enquanto para uns uma federação significa um maior controlo pelo estado, para outros, traria vantagens, nomeadamente para as de menor dimensão que poderiam ficar a ganhar com o apoio das maiores e com a troca de informação e actividades conjuntas.

Se tivesse sido criada a Federação ou Confederação de ONGA dos Açores, numa das iniciativas referidas, por não haver consenso, poderia ter acontecido o que ocorreu, a nível nacional, com a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente. Com efeito, criada em 1991, aquela confederação tem tido uma intervenção muito modesta, tendo-se transformado “numa organização de

topo de associações locais, onde a falta de recursos e capacidades organizativas mais se faz sentir, impedindo-as de fazer com que a Confederação tenha uma presença e intervenção pública mais activa e influente” (Nave & Fonseca, 2000).

4- Enquadramento Legislativo do Associativismo Ambiental

O artigo 66º da Constituição da República Portuguesa de 1976, que menciona que “todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender” (Vargas & Fonseca, 2007), foi o ponto de partida para toda a legislação sobre ambiente que viria a ser criada em Portugal.

A posterior entrada de Portugal na União Europeia, em Janeiro de 1986, “viria a impulsionar o surgimento de dois diplomas fundamentais, em 1987: a Lei de Bases do Ambiente e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente” (Pinto, 2006, p.1).

A Lei das Associações de Defesa do Ambiente (Lei nº 10/87, de 4 de Abril) veio abrir ao associativismo ambiental perspectivas que até então não se vislumbravam. Com efeito, aquele diploma veio, finalmente, reconhecer o importante papel que cabe às mais diversas organizações independentes de cidadãos, dando-lhes meios para a acção, institucionalizando, entre outros, o direito de participação e intervenção na definição da política do ambiente (art. 4º), o direito de consulta (art. 5º), o direito de acção administrativa (art. 6º), o direito de prevenção e controlo (art. 7º), o direito de apoio do Estado, através da administração central, regional e local (art. 9º).

Apesar desta lista de direitos ter sido considerada por alguns autores, como Freitas do Amaral, muito “generosa”, em comparação com os direitos reconhecidos a outras associações de outras áreas (Nave & Fonseca, 2000), sobretudo para as associações insulares, era bastante limitativa pois exigia um número mínimo de 1000 membros para serem consideradas de âmbito regional. Com efeito, pela própria demografia é mais fácil a uma associação de Lisboa ou do Porto conseguir

aquele número mínimo do que para uma associação dos Açores, da Madeira ou mesmo do interior de Portugal continental.

A 18 de Julho de 1998, com a aprovação da Lei nº35/98, a lei anterior foi aperfeiçoada a contento das associações de defesa do ambiente, tendo, entre outras alterações, sido consagrado o estatuto de dirigente associativo (artigo 8º) e reduzido o número mínimo de associados necessários para a definição do seu âmbito que passou a ser o seguinte: nacional (2000), regional (400) e local (100).

Com a Lei nº 35/98 é, também, introduzida a alteração na designação das associações. Com efeito, desapareceu a designação ADA- Associação de Defesa do Ambiente e em seu lugar surgiu ONGA- Organização Não Governamental do Ambiente. De acordo com o estipulado, no ponto 1 do art.2º da referida lei, são ONGA todas “as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza”.

Nos termos do ponto 2 do artigo 2º, da Lei nº 35/98, é apresentado o conceito de associação equiparada a ONGA, que inclui outras associações, nomeadamente socioprofissionais, culturais e científicas, que não prossigam fins partidários, sindicais ou lucrativos, para si ou para os seus associados, e tenham como área de intervenção principal o ambiente, o património natural e construído ou a conservação da Natureza.

No que diz respeito ao direito de representação, de acordo com o ponto 2 do artigo 7º da mesma lei, as ONGA de âmbito regional ou local têm direito de representação nos órgãos consultivos da administração pública regional ou local, bem como nos órgãos consultivos da administração pública central com competência sectorial relevante, de acordo com a especificidade e a incidência territorial da sua actuação.

A inclusão das associações no Registo Nacional das ONGA está regulamentada pela Portaria nº 478/99, de 29 de Junho, alterada pela Portaria nº 71/2003, de 20 de Janeiro.

As associações dos Açores que optaram por inscrever-se no Registo Nacional das ONGA beneficiaram dos apoios monetários a projectos concedidos pelo INAMB- Instituto Nacional do Ambiente, criado em 1987, no quadro da Lei de Bases do Ambiente e que mais tarde, em 1993, foi substituído pelo IPAMB- Instituto de Promoção Ambiental e mais recentemente pela Agência Portuguesa do Ambiente (Pinto, 2006; Silva, 2008).

No quadro 3, apresenta-se uma síntese da evolução da situação das principais associações dos Açores no Registo Nacional das ONGA.

Quadro 3: Associações dos Açores no Registo Nacional das ONGA

Identificação	Localização	Data 6/6/2000	Data 2005	Data 2009
Os Montanheiros	Terceira	ONGA regional	ONGA regional	ONGA regional
Amigos dos Açores - Associação Ecológica	São Miguel	Equiparada	ONGA regional (1)	ONGA regional
A Azórica	Faial	ONGA sem âmbito	ONGA sem âmbito	ONGA sem âmbito
Gê- Questa	Terceira	ONGA sem âmbito	ONGA regional	ONGA regional

(1) a partir de 20 de Setembro de 2005

Fonte: Ofícios diversos do IPAMB (Arquivo dos Amigos dos Açores)

A nível regional, a Lei das ONGA, nomeadamente o artigo 7º (direito de representação) não tem sido respeitada pelo Governo Regional dos Açores. Assim, de acordo com a alínea l) do Decreto Regulamentar Regional nº 9/2001/A, fazem parte do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável “ um representante de cada uma das organizações não governamentais de ambiente (ONGA), com sede ou delegação na Região, cujo objecto principal seja a defesa e valorização do ambiente” o que contradiz o mencionado artigo. A título de exemplo, menciona-se a presença no mesmo conselho de associações sem definição de âmbito, como a Azórica, ou a equiparada (nacional) Corpo Nacional de Escutas.

A própria classificação das associações pelo IPAMB possui, também, algumas falhas. Com efeito, à associação Amigos dos Açores foi atribuída a classificação de Equiparada a ONGA enquanto outras (Montanheiros, etc.) foram classificadas como ONGA de âmbito regional. De acordo com um ofício do IPAMB dirigido aos Amigos dos Açores, datado de 26 de Maio de 2000, tal deveu-se ao facto de a associação “ter como área de intervenção principal o ambiente, o património natural e construído ou a conservação da natureza, embora não prossiga exclusivamente estes fins, de acordo com o objectivo social definido nos vossos estatutos e com os relatórios e planos de actividades da associação”.

E que fins eram prosseguidos pelos Amigos dos Açores que os arredaram da sua classificação como ONGA? Precisamente “defender a natureza, o ambiente e a paz, contribuir para a construção de um mundo mais limpo, mais justo e pacífico, privilegiando para isso métodos de trabalho e de intervenção não violentos, através das mais diversas actividades culturais, recreativas, sociais ou outras afins” (art.º 3 dos estatutos).

CAPÍTULO II- DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO, ATITUDES E COMPORTAMENTOS AMBIENTAIS

1- Participação e Democracia

O termo participação é um dos mais usados, no dia-a-dia, em diversos contextos e com vários objectivos, por vezes com significados até certo ponto contraditórios, sendo a sua utilização extensiva a todos os domínios da vida em sociedade.

São diversas as formas de participação social e política. De acordo com Borrallho (2000), a participação social pode ser entendida “como o associativismo cuja orientação predominante é a realização de acções de carácter cultural, desportivo e cívico” (p. 1) e a participação política refere-se “a manifestações mais interventivas” (p. 1), podendo assumir dois níveis: o eleitoral e o organizacional. Para o autor mencionado, “o conceito de participação política implica não só votar como tomar parte no debate político e em actividades pré-eleitorais, utilizar instrumentos que visem a manifestação de interesses e desenvolver acções junto dos poderes mais próximos” (p. 2).

Guerra (2006), a propósito do discurso da participação, depois de mencionar a sobrevalorização da forma em detrimento do conteúdo refere que “frequentemente a participação não é mais do que a manipulação dos interesses dos mais fracos ou, pior ainda, a legitimação de interesses dominantes nem sempre transparentes” e acrescenta que “a participação efectiva dos cidadãos parece inversamente proporcional à sua valorização nos discursos e documentos” (p.8).

A propósito da afirmação contida na última parte da frase anterior, no que diz respeito à participação pública ligada à avaliação de impacte ambiental de projectos de investimento e à elaboração de planos, programas e políticas ambientais, de acordo com o Relatório do Estado do Ambiente dos Açores publicado, em 2005, nos anos de 2004 e 2005, “a manifestação da preocupação do público interessado traduziu-se em mais de 80 participações, distribuídas pelas diversas instituições intervenientes. Mais de 60% das participações foram realizadas pela Administração Local (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia)

e por particulares” (SRAM, 2005, p.68). Na figura 1 pode-se observar a distribuição da participação pública pelos vários intervenientes.

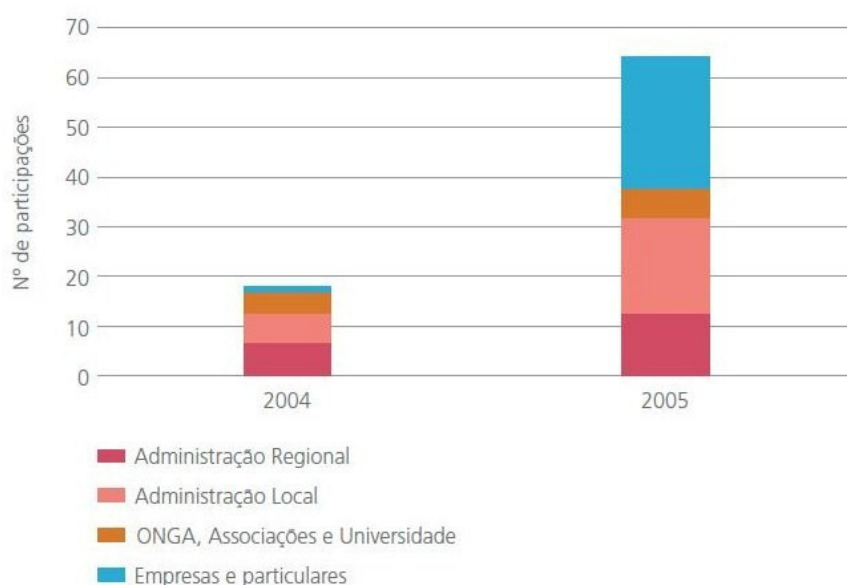


Figura 1: Participação pública nos Açores, por intervenientes.

Fonte: SRAM (2005, p. 68)

O conceito participação está geralmente associado ao conceito de democracia política e pode ser entendido como “um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou acção colectiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova” (Gohn, 2005, cit. in Veiga, 2007, p. 47). O papel educativo e emancipador da participação apresentado na parte final desta definição é também destacado por Bordenave (1983, cit. in Veiga, 2007) que realça o facto de aquela não ser um simples instrumento para a resolução de problemas concretos.

O termo democracia, que etimologicamente significa o *poder do povo*, é usado com diversas acepções, podendo fazer referência à forma de governo, às regras e procedimentos usados nas tomadas de decisão, etc. (Ramírez, 2008).

Para Hans Jürgen, referido por Ramírez (2008), o grau de qualidade das diversas formas de democracia é dado, para além da participação colectiva, pelas distintas dimensões de igualdade ou de justiça social existentes em cada sistema.

De entre as formas existentes, Rivas & Tomàs (2003) mencionam a democracia directa e a democracia representativa como modelos extremos que segundo eles são complementares e não incompatíveis.

Hoje, a ideia fundamental da democracia é a delegação de poder. A corroborar esta afirmação, Rivas e Tomàs (2003) afirmam que a maioria das democracias ocidentais segue o modelo da democracia representativa e Guerra (2006) escreve que “a democracia em que vivemos é um sistema de representação e uma forma de organização social caracterizada por eleições regulares, sufrágio universal, liberdade de consciência e direito universal de representação e de associativismo” (p. 93).

A propósito da democracia representativa, Guerra (2006) menciona o facto de serem poucos os cientistas sociais que não apresentam posições críticas face a ela. Dois deles, Santos e Avritzer (2003), dizem-nos que, embora a representação facilite “o exercício da democracia em escala ampliada” (p. 43), dificulta duas dimensões, a da prestação de contas e a da representação de múltiplas entidades.

Ainda a propósito da democracia representativa, Estanque (2006), depois de mencionar que com o surgimento dos novos movimentos sociais foram muito criticadas as restrições à democracia radicadas no próprio sistema de representação, afirma que “nas últimas décadas assiste-se a uma crise de credibilidade da política e das instituições democráticas no mundo ocidental que nos obriga a repensar o seu funcionamento e procurar novas soluções para o exercício da cidadania.” (p. 5).

Hoje, tal como afirma Estanque (2006) assiste-se “a uma crescente indiferença dos cidadãos perante o sistema político, reduzindo o exercício da cidadania ao nível mínimo do direito de voto, e mesmo esse acompanhado de um crescente abstencionismo” (p. 19), de que é prova o elevado absentismo eleitoral, cuja média nos Açores, entre 1991 e 2002, foi de 53% (SRAM, 2006) e que atingiu o valor mais alto de sempre em eleições legislativas regionais (53,24 %), em Outubro de 2008, tendo crescido, em relação a 2004, mais de 22%.

Face a esta situação, que urge ser alterada, Estanque (2006) considera que mesmo num quadro institucional fundado na legitimidade da representação é necessário proceder a arranjos participativos. Afirmar mesmo que “as condições de exercício da democracia participativa podem, assim, assumir-se como o tónico necessário capaz de evitar a esclerose vertiginosa em que repetidamente se deixam enredar os *consensos* da democracia representativa, em especial na sua versão mais liberal e elitista” (p.6).

De acordo com Collado (2007), a necessidade de implementar uma gestão local de problemas globais, bem como procurar uma legitimação na base “obriga” a “envolver os cidadãos e os governos locais” (p. 5). É neste contexto que aparecem “numerosos “arranjos participativos” com vistas a “manter a oxigenação dos sistemas institucionais democráticos ...com melhor ou pior sucesso segundo os pontos de vista e interesses daqueles que os puseram em marcha (p. 5).

Não só diversos teóricos do aprofundamento da participação cidadã, como os novos movimentos globais têm proposto um conjunto de “lemas, práticas, atitudes e reflexões que fazem da democracia radical o seu guia e os seus horizontes” (Collado, 2008, p. 1).

No quadro 4, apresenta-se uma síntese das três visões contemporâneas da democracia, indicando-se de entre as características referidas por Collado (2007) as seguintes: os valores chave, o papel da participação, a dinâmica das decisões, o “exercício” do governo.

Em síntese, para a democracia representativa a participação é um “mal menor” com vista a uma melhor gestão controlada de cima, para a participativa, a participação é “controlada” e visa uma gestão eficiente dos de cima, sendo a “opinião” dos de baixo um complemento, e, por último, para a democracia radical que é simultaneamente cultural, económica e ambiental, a participação é entendida como um bem pessoal e social, partindo as decisões de baixo para cima.

Quadro 4: Visões contemporâneas da democracia

	Representativa	Participativa	Radical
Valores chave	Liberdade (forma liberal) Igualdade (forma socialista)	Liberdade e participação (institucional) Igualdade (formal)	Liberdade Igualdade tendo em conta as diferenças e participação plena a partir da diversidade
Papel da participação	“Mal menor”, tendo como objectivo uma melhor gestão a partir das elites	Gestão de cima para baixo que deve contentar-se e complementar-se com “os de baixo”	Bem pessoal e social
Dinâmica das decisões	De cima para baixo	De cima para baixo com inputs a partir de baixo	De baixo para cima
O governo é...	Votado pelo povo	Participado pelo povo	Exercido pelo povo (cidadãos, comunidades, “municípios”)

Fonte: Adaptado de Collado (2007, p. 6)

2- Participação e Voluntariado

A decisão de participar, de acordo com Rivas (2003), varia de pessoa para pessoa, mas é consequência da convergência de dois movimentos: i) um que parte da sociedade para o indivíduo, onde se incluem os condicionantes que resultam da cultura política do contexto, da acção das organizações na sua tarefa de divulgação do seu trabalho e do recrutamento e da acção que tiveram (ou têm) a família, a escola, a comunicação social, etc.; ii) e outro que parte do indivíduo para a sociedade que engloba as características pessoais, onde se incluem as variáveis psicológicas e sócio-demográficas, como género, idade, habilitações literárias, ideologia, etc., bem como a biografia individual e a história colectiva.

De entre as várias teorias para explicar a participação individual, neste trabalho, de forma sucinta, referem-se algumas delas.

De acordo com a Teoria da Escolha Racional a decisão de participar ou não deriva do cálculo dos custos e dos benefícios que se presumem resultar de determinada acção. Para Olson, referido por Rivas (2003) não haveria participação se houvesse a previsão de que com a acção dos outros se conseguiria o mesmo benefício, permitindo assim desfrutar dos resultados sem arcar com os custos.

Uma versão da Teoria da Escolha Racional, a da Racionalidade Restrita, considera que a racionalidade não pode ser vista de modo genérico, mas sim tendo em conta as crenças ou as condições de vida. Assim, de acordo com Rivas (2003), em pequenas comunidades a participação será racional se dela resultarem sanções positivas em termos relacionais no seu contexto mais imediato ou se, pelo contrário, a não participação levar a sanções negativas dentro do grupo onde a pessoa está inserida.

Para a Teoria da Motivação de Scitovsky, a participação não é entendida como um custo mas sim como o que se pode traduzir em prazer ou satisfação (Rivas, 2003). A explicação da participação para Scitovsky, que tem por base uma concepção de ser humano em que se valoriza mais o ser do que o ter, é semelhante à de Hirschman que defendia que era a satisfação obtida ou esperada o que explicava a participação (Rivas, 2003; Rivas & Tomàs, 2003).

Outra perspectiva para explicar a participação é a normativa. Segundo esta, as normas sociais são um factor importante da interacção social entre as pessoas já que, em boa parte, as sanções ou estímulos que as pessoas recebem dos outros, como consequência da avaliação dos seus comportamentos, são responsáveis pela construção da sua imagem (Rivas, 2003). De acordo com Elster, referido por Rivas (2003), a participação é consequência das expectativas de sanção normativa de cada pessoa, considerando que a acção racional está orientada para os resultados e “dirige-se” a um futuro hipotético, enquanto a perspectiva normativa não está orientada para os resultados e o passado tem mais peso que o futuro.

Outras explicações para a participação são dadas pelas Teorias da Identidade Colectiva, suportes imprescindíveis para a compreensão da dimensão afectiva e emocional daquela. Assim, “para que uma pessoa decida participar, pode bastar ter a possibilidade de formar (ou reforçar) a sua própria identidade, envolvendo-se numa identidade colectiva que lhe pareça atractiva, onde a associação em causa

agirá como círculo de reconhecimento” (Rivas & Tomàs, 2003, pp. 30-31). De acordo com Rivas (2003) “a participação no colectivo converte-se em segurança, supõe reconhecimento público e/ou afectivo, e reduz a incerteza, reforçando os valores pessoais e a auto-definição através de sua actividade em defesa da identidade colectiva do grupo” (p. 233).

De algum modo associado às razões para a participação, podemos distinguir “dois níveis”: o associativismo e a automobilização (Cabral, 2008). Enquanto o associativismo, isto é a pertença a uma associação como um partido ou um sindicato, pode ser considerada, na maioria dos casos, uma forma relativamente passiva de envolvimento e pode estar associada a benefícios para a carreira dos indivíduos, a automobilização - participação em manifestações, debates, assinatura de petições, etc. - é uma modalidade diferente de participação cívica e política mais pró-activa de “carácter tendencialmente expressivo e frequentemente desinteressado (apoio a “causas”, por exemplo)”(Cabral, 2008, p. 233).

Para além das razões para a participação, importa distinguir, entre as pessoas que o fazem, o seu grau de implicação. De acordo com Rivas (2003) são três os tipos de participantes numa organização:

- Os contribuintes, todos os que apenas fornecem recursos económicos e não mantêm qualquer outro vínculo;
- Os participantes ocasionais;
- Os activistas, os que mantêm uma participação activa e regular.

É ao grupo dos activistas que pertencem os voluntários.

O trabalho voluntário, que, de acordo com Domeneghetti (2001, cit. in Gomes, 2007), “teve início inspirado pela compaixão, ligada à religiosidade” (p. 37), é hoje o principal suporte da actividade da maioria das ONGA dos Açores.

Castro (2002), por seu lado data o início do movimento social do voluntariado aos primeiros anos do século XX, afirmando que depois de uma fase de beneficência, onde resolvia os problemas que as instituições não eram capazes de resolver, alargou o seu âmbito à área da educação, saúde, cultura, ambiente, etc..

Mas, o que é o voluntariado?

Para Castro (2002), “o voluntariado é uma estratégia de participação social, que executado livremente, organizado e não remunerado, se concretiza através de actividades e programas que se traduzem em benefício da comunidade” (p.3) e voluntário é “o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” e estas acções têm de revestir “interesse social e comunitário” (Lei nº 71/98, de 3 de Novembro).

Se é verdade que nas definições de voluntário se exclui qualquer recompensa económica, não nos podemos esquecer que ao trabalho voluntário há sempre associado um salário moral ou satisfação interior que se traduz no reconhecimento por parte da sociedade e das instituições, para além da obtenção de benefícios pessoais como poder adquirir novos conhecimentos ou novas habilidades, descobrir novas potencialidades, fazer novas amizades, etc. (Castro, 2002; Léon, 2002; Gomes, 2007).

O que faz com que uma pessoa seja voluntário?

Alonso (1991, cit. in Castro, 2002) escreve que para participar há que satisfazer duas condições, saber e querer. O saber adquire-se pela formação e o querer está associado à motivação.

Para McCurley e Lynch (1998, cit. in Castro, 2002) a motivação individual difere de pessoa para pessoa, podendo ser sair de casa, conhecer gente importante da comunidade, obter novas capacidades para o currículo, fazer novos amigos ou estar com os amigos que são voluntários, obter um melhor conhecimento dos problemas da comunidade, fugir ao tédio, etc..

Clary *et al.* (1998, cit. in Léon, 2002), por seu turno, identificam as seguintes motivações: a defesa do eu, valores, melhoria do currículo, relações sociais, conhecimento e a melhoria do estado de ânimo.

No modelo de processo voluntário, que é o “marco” teórico mais elaborado e integrador, os seus autores (Clary & Snyder, 1991, cit. in Castro, 2002) propõem seis funções motivacionais que podem iniciar e manter a participação voluntária:

“Valores - oferecem oportunidades para que as pessoas expressem valores relacionados com as preocupações altruístas e humanitárias;

Conhecimento - permite novas experiências da aprendizagem e a possibilidade de exercitar conhecimentos, capacidades e habilidades que de outra forma não seriam usados;

Social - reflecte motivações sobre as relações com outras pessoas, oferecendo oportunidades para estar com amigos ou implicar-se numa actividade apreciada favoravelmente por outras pessoas;

Curriculum - esta função utilitária refere-se aos benefícios para a carreira profissional que podem obter-se através da participação em trabalhos voluntários;

Protectora - motivação associada com a autoprotecção psicológica perante situações negativas, que no caso do voluntariado pode servir para reduzir a culpabilidade de serem mais “afortunados” que outros e inclusive solucionar problemas pessoais;

Crescimento pessoal - um meio para manter ou aumentar afectos positivos, satisfações relacionadas com o crescimento pessoal e a auto-estima.” (p.11-12).

Que factores podem levar à continuidade de um voluntário?

De entre as variáveis apresentadas por León (2002), seleccionamos uma adequada formação e supervisão, uma adequada selecção, os incentivos ou reforços simbólicos, as práticas directivas/ estrutura da organização e as características da actividade.

Relativamente aos incentivos, estes variam de pessoa para pessoa, isto é o que é um incentivo para uma pode não o ser para outra, além disso quem só reage a um incentivo mais provavelmente deixa de ser voluntário quando aquele falha (Widmer, 1985, cit. in León, 2002).

Widmer (1985, cit. in León, 2002) propõe um modelo de incentivo – barreira, isto é a motivação para a participação depende de incentivos, factores que motivam a

participação, e de barreiras, os que a obstaculizam. De acordo com este modelo, existem quatro tipos de incentivos:

- Materiais, que são todos os reforços tangíveis que estão associados a um valor monetário (bens, serviços, etc.);

- De solidariedade, que correspondem a todos os reforços interpessoais intangíveis, como amizade, fidelidade, prestígio, etc.;

- Ideológicos, que são vários tipos de satisfação intangível e intrínseca derivados do sentimento pessoal de estar a contribuir para atingir algo, como fazer da comunidade um lugar melhor para viver;

- De desenvolvimento, que são reforços intangíveis, como a oportunidade de assumir responsabilidades cívicas, adquirir conhecimentos, etc.

Para a maioria dos tipos de voluntariado, os incentivos materiais e de solidariedade são mais importantes que os ideológicos, pois se estes são capazes de levar a iniciar uma actividade voluntária, provavelmente não são suficientes para o seu desenvolvimento e manutenção (Smith, 1981, cit. in Léon, 2002).

Depois de uma breve referência aos conceitos de participação e voluntariado, a seguir serão abordados os conceitos de atitudes e comportamentos ambientais.

3- Atitudes e Comportamentos Ambientais

De acordo com Silva e Gabriel (2007), existindo conhecimentos técnicos que possibilitam a solução de alguns problemas ambientais, talvez o que faça com que estes não se encontrem resolvidos ou pelo menos minorados é “a dificuldade em equacionar as dimensões sociais e económicas a eles subjacentes” (p.49).

A dificuldade referida estará associada ao cada vez menos aceite “paradigma antropocêntrico” que se caracteriza por “uma crença no não esgotamento dos recursos naturais, progresso contínuo e necessidade de desenvolvimento; expressa uma confiança na resolução de problemas pela ciência e tecnologia e um forte

compromisso com a economia de livre-mercado e propriedade privada” (Albrecht, Bultena, Hoiberg & Nowak, 1982, cit. in Coelho, Gouveia & Milfont, 2006, p. 200).

A percepção do ambiente, centrada nos seus problemas, terá levado ao surgimento de preocupações ambientais e a estas estarão associadas atitudes e comportamentos ambientais (Silva & Gabriel, 2007).

As atitudes, que podem ser definidas como “atributos psicológicos do indivíduo que determinam a sua tendência para agir de determinado modo em determinada situação” (Moore, 1995, cit. in Silva & Gabriel, 2007, p. 51) ou como “percepções ou convicções relativas ao ambiente físico, inclusive fatores que afectam sua qualidade (por exemplo, superpopulação, poluição)” (American Psychological Association, 2001, cit. in Coelho *et al.*, 2006, p. 201) estão, de acordo com vários autores, relacionadas com comportamentos ambientais. De acordo com Weigel e Newman (1976, cit. in Coelho *et al.*, 2006), as atitudes estão correlacionadas “de forma significativa com índices de comportamento pro-ambiental” (p. 201) e segundo Kaiser, Wölfling e Fuhrer (1999, cit. in Silva & Gabriel, 2007) aquelas são, em determinadas condições, “um poderoso preditor de comportamento ecológico” (p.51).

De entre os instrumentos que podem ser usados para analisar as atitudes em relação ao ambiente destaca-se a escala NEP a qual está associada ao Novo Paradigma Ecológico (NEP), conceito que, de acordo com Filho (2007), “deriva da metáfora da Terra como uma espaçonave, onde as fontes naturais são delicadas e limitadas, e onde, portanto, a possibilidade de crescimento humano é limitada e o esforço humano para sobrepor a natureza pode levar a graves problemas para toda a humanidade” (p. 1). O NEP veio contrapor-se ao Paradigma Social Dominante (PSD) que apresentava uma visão antropocêntrica da sociedade, já referida anteriormente.

A escala NEP, que foi proposta, em 1978, por Dunlap e Van Liere, apresenta, após a sua última reformulação, em 2000, 15 itens que foram estruturados de modo a serem respondidos através de uma escala de atitude de Likert, permitindo averiguar o grau de adesão, de uma dada população ou amostra dela, aos novos valores ecológicos (Filho, 2007; Silva & Gabriel, 2007; Freitas, 2007).

Mas, não basta conhecermos a rejeição do PSD e a adesão aos novos valores ecológicos ou a assumpção de atitudes pro-ambientais já que, como referem Silva & Gabriel (2007), “entre as atitudes ambientais e as acções quotidianas, existem por vezes abismos” (p.15).

Assim, torna-se imprescindível, também, estudar os comportamentos pro-ambientais que, segundo Corral-Verdugo, citado por Coelho *et al.* (2006), é “o conjunto de ações dirigidas, deliberadas e efetivas que respondem a requerimentos sociais e individuais e que resultam na proteção do meio” (p. 202). De acordo com Pato & Tamayo (2006), a acção em prol do ambiente “pode ser consciente e intencional ou não, podendo ter sido aprendida e internalizada e fazer parte do quotidiano das pessoas” (p. 290).

Diversos estudos têm procurado descobrir que variáveis apresentam associação com comportamentos pró-ambientais. Hines, Hungerford e Tomera (1987), referidos por Coelho *et al.* (2006) chegaram à seguinte conclusão: a variável que apresenta maior relação é o comprometimento verbal, a que apresenta menor relação é o sexo e a terceira mais importante é a atitude ambiental.

De acordo com Pato (2004), embora diversos autores tenham aventado a necessidade de estudar o comportamento pro-ambiental ou ecológico na sua globalidade, a maioria dos estudos apenas tem-se debruçado apenas sobre aspectos específicos do mesmo.

Nos diversos estudos são considerados dois tipos de medidas do comportamento pro-ambiental, a observação do comportamento e o auto-relato (Pato & Tamayo, 2006), podendo este ser feito com recurso ao questionário e à entrevista (Corral-Verdugo & Pinheiro, 1999).

Ambas as medidas, observação do comportamento e o auto-relato, apresentam limitações e problemas. De acordo com Corral-Verdugo e Pinheiro (1999), as pessoas poderão, devido à pressão social, sobrestimar o seu próprio comportamento e a subestimar a quantidade de recursos malbaratados, os efeitos do tempo decorrido e da memória, bem como a falta de conhecimento poderão ser a causa de incorrecções nos auto-relatos e a observação directa de comportamento nem sempre é fácil já que o comportamento ecológico possui “múltiplas facetas e

dimensões, manifestando-se tanto na esfera privada quanto na esfera pública” (Pato & Tamayo, 2006, p. 290).

É precisamente a inviabilidade de observar os comportamentos, especialmente os que ocorrem na esfera privada, o que faz com que continuem a ser usados os auto-relatos nos estudos que investigam o comportamento ecológico (Pato & Tamayo, 2006).

As medidas de comportamento pro-ambiental podem ser gerais e específicas. De acordo com Pato e Tamayo (2006), as medidas específicas são muitas, dependendo dos tipos de comportamento e dos problemas alvo da investigação, sendo exemplos de comportamentos específicos pesquisados: reciclagem, conservação de energia e conservação de água. Como exemplo de uma medida de um comportamento geral, os autores referidos, mencionam uma proposta de Karp, datada de 1996, cujo instrumento de medida consistia “em 16 itens, medindo a frequência de participação numa variedade de actividades pro-ambientais, usando escala tipo Likert que variava de 1 (nunca) a 5 (sempre) ” (Pato & Tamayo, 2006, p. 290).

CAPÍTULO III – PERCURSO METODOLÓGICO

Após ter-se feito o enquadramento teórico do presente trabalho, neste capítulo, apresenta-se o percurso utilizado para procurar respostas ao nosso problema de investigação, o qual, segundo Pina (2003, p. 10), é o ponto-chave de qualquer investigação que, para além de ter interesse para o investigador, deverá ter para a comunidade, “acrescentando algo ao conhecimento já existente” ou “contribuir para a melhoria e à mudança de forma significativa”.

1- Caracterização Metodológica

De acordo com Pina (2003) e Quivy e Campenhoudt (2008), o problema de investigação é enunciado sob a forma de uma pergunta. No caso presente, a pergunta de partida é a seguinte:

“Será que os activistas ambientais participam mais na vida política e social dos Açores do que os não activistas e evidenciam maior consciência ambiental? ”

Em virtude dos diferentes aspectos do problema, que inclui a participação na vida social e política dos Açores, em geral, e em especial a participação nas questões ambientais, o voluntariado ambiental, as atitudes face à ciência e à fé, a adesão ou não aos valores do Novo Paradigma Ecológico, a posição face a algumas ameaças ambientais, o grau de confiança em algumas fontes de informação, a disposição para fazer sacrifícios para melhorar o ambiente e algumas práticas ambientais, faz todo o sentido delimitar mais do que uma hipótese (Quivy & Campenhoudt, 2008), as quais, de acordo Pina (2003), são “conjecturas, proposições ou especulações que o investigador oferece como resposta ao seu problema de investigação” (p. 15).

Face ao exposto, apresentam-se, a seguir, as hipóteses que se procurou testar:

H1- Os membros de uma OEA- Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de Animais e do Património participam mais (nas diversas formas) na vida social e política dos Açores do que os não membros;

H2- Os membros de uma OEA participam mais noutras associações cívicas ou políticas do que os não membros;

H3- Os membros de uma OEA evidenciam maior preocupação e consciência ambiental que os não membros;

H4- Os membros de uma OEA estão mais dispostos que os não membros a desenvolver atitudes e práticas de protecção e preservação ambiental.

Com base na questão de partida, definiram-se os objectivos deste trabalho que são:

Objectivo geral:

Contribuir para um melhor conhecimento do associativismo ambiental, da participação social e política nos Açores e da possível relação existente entre participação, atitudes e práticas ambientais das pessoas, a sua pertença a uma OEA e as suas características sócio-demográficas.

Objectivos específicos:

- 1) Identificar as principais formas de participar na vida social e política, bem como nas questões ambientais dos Açores;
- 2) Conhecer o tipo de associação a que pertencem os açorianos e as modalidades de envolvimento nas associações;
- 3) Saber as razões que apresentam as pessoas para o facto de os portugueses serem os menos participativos em termos políticos e sociais, entre os europeus;
- 4) Conhecer melhor o voluntariado ambiental: as razões que levam ao voluntariado e os incentivos mais valorizados pelos voluntários.
- 5) Identificar alguns valores e preocupações ambientais das pessoas, nomeadamente as posturas face à fé e à ciência;
- 6) Conhecer as ameaças ambientais que mais preocupam as pessoas;

- 7) Identificar quais as fontes de informação sobre problemas ambientais que mais confiança merecem;
- 8) Saber da disposição das pessoas para fazerem alguns “sacrifícios” para proteger o ambiente e conhecer para que tipo de “sacrifício” a disposição é maior.
- 9) Conhecer que práticas ambientais são mais comuns;
- 10) Conhecer que acções podem contribuir mais eficazmente para a resolução dos problemas ambientais.

2- Produção de dados

Apresentada a pergunta de partida, as hipóteses e os objectivos, procurou-se conhecer as vantagens e desvantagens de se optar por uma abordagem metodológica quantitativa ou qualitativa, sabendo-se que embora haja quem as considere como opostas, outros há que consideram que elas se complementam (Pinto, 2004). Sobre esta questão, Seixas (2008), depois de referir que em cada processo de investigação as duas abordagens podem coexistir, defende que: “ambas podem contribuir efectivamente para a procura de construção de teorias, formulação e teste de hipóteses, ou seja, melhor conhecimento da realidade” (p. 4).

Com base em vários autores (Ghiglione & Matalon, 1993; Pina, 2003; Quivy & Campenhoudt, 2008), procurou-se identificar a técnica mais adequada para responder às nossas questões, tendo-se optado pelo inquérito por questionário, ao qual está associado “o prestígio da precisão quantificável que lhes outorga a moderna estatística” (Pina, 2003, p. 5).

Apesar do dispositivo metodológico quantitativo apresentar algumas limitações e problemas, como o caso de nem todos os factos que interessam ao investigador serem mensuráveis quantitativamente e do instrumento estatístico ter *“um poder de elucidação limitado aos postulados e às hipóteses metodológicas sobre que se baseia, mas não dispõe, em si mesmo, de um poder explicativo. Pode descrever relações, estruturas latentes, mas o significado dessas relações e dessas estruturas não deriva dele. É o investigador que atribui um sentido a estas relações, através do modelo teórico que construiu previamente e em função do*

qual escolheu um método de análise estatística” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 225), é uma alternativa a outros quando a observação directa não é possível ou não é aceitável, quando é necessária uma amostra muito grande ou é precisa muita informação de um mesmo indivíduo (Ghiglione & Matalon, 1993; Eisman, 2003) e, ainda, segundo Ghiglione & Matalon (1993), quando se pretende “compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências, as representações, etc., que só são acessíveis de uma forma prática pela linguagem, e que só raramente se exprimem de forma espontânea” (p. 15).

Para além do exposto, Quivy & Campenhoudt (2008, p. 224), apresentam as seguintes vantagens para a análise estatística dos dados:

- A precisão e o rigor do dispositivo metodológico, que permite satisfazer o critério de intersubjectividade;*
- A capacidade dos meios informáticos, que permitem manipular muito rapidamente um grande número de variáveis;*
- A clareza dos resultados e dos relatórios de investigação, nomeadamente quando o investigador aproveita os recursos da apresentação gráfica das informações.*

O questionário utilizado neste trabalho (ver anexo I) está dividido em três secções: na primeira, procurou-se conhecer melhor a participação política e social, na segunda, quais as atitudes e práticas ambientais e, na terceira, as variáveis de caracterização pessoal (variáveis sócio-demográficas). No quadro 5, apresentam-se os indicadores, as questões correspondentes e é dada a conhecer a origem dos questionários que serviram de fonte para o questionário usado na presente investigação.

Dadas algumas circunstâncias que envolveram a realização da presente dissertação, nomeadamente por se dispor de um limitado período de tempo para a aplicação dos inquéritos, associada à intenção de se efectuar um trabalho de carácter exploratório, a ser aprofundado posteriormente, optou-se pela técnica de amostragem não probabilística por conveniência.

Neste tipo de amostragem, em que são utilizados indivíduos disponíveis ou voluntários, de acordo com Carmo e Ferreira (1998), “não está garantida uma probabilidade conhecida e não nula de cada um dos elementos da população ser seleccionado para fazer parte da amostra” (p. 192).

Como consequência da opção tomada, os resultados não poderão ser generalizados a uma dada população e mesmo que dêem origem a “informações preciosas”, estas só deverão ser usadas com “as devidas cautelas e reserva” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 197).

Para o presente estudo, utilizou-se uma amostra de 230 pessoas, residentes nos Açores, com quinze e mais anos de idade.

Como a componente principal do presente estudo é comparar a consciência ambiental de activistas ambientais da de não activistas, constituíram-se os seguintes dois grupos:

- O primeiro, formado por 113 pessoas, membros de uma Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de Animais e do Património (referida a partir de agora como OEA);
- O segundo, formado por 117 pessoas, não membros de uma associação referida no ponto anterior (referidos a partir de agora como NOEA).

Para além do cuidado em se conseguir obter dois grupos com um número aproximado de respondentes, foi garantida a todos a confidencialidade dos dados recolhidos.

O questionário foi aplicado nos meses de Junho, Julho, Setembro e Outubro de 2009, em várias ilhas dos Açores, sendo, no entanto, a maioria dos respondentes da ilha de São Miguel.

Em São Miguel, para além da solicitação que foi feita por correio electrónico, junto de contactos já existentes, apelando à sua divulgação a outras pessoas, foram também distribuídos questionários a outras pessoas que ou faziam o seu preenchimento na ocasião ou então era-lhes dado um prazo para a sua devolução. Nas restantes ilhas, o apelo e a devolução foram feitos por correio electrónico.

Quadro 5: Operacionalização dos Objectivos

Objectivos (dimensões)	Indicadores	Questões	Questionários que serviram de fonte de informação
Participação e associativismo	Formas de participação	1.1	Observa (II)
	Tipo de associações	1.2	Questionário do projecto internacional "Citizenship, Involvement, Democracy (CID) Survey Project" aplicado em Portugal pelo Prof. José Viegas
	Modalidade de envolvimento na associação	1.3	Observa (II)
	Participação nas questões ambientais	1.4	Questionário do projecto internacional "Citizenship, Involvement, Democracy (CID) Survey Project" aplicado em Portugal pelo Prof. José Viegas
	Participação cívica (razões da não participação)	1.5	(Questão criada para a presente investigação)
	Voluntariado	1.6/1.7/1.8/ 1.9/1.10	Questionário da Tese de Doutoramento "La Incidencia Diferencial de los Factores Psicosociales en distintos tipos de voluntariado" (excepto a 1.7 que foi criada para a presente investigação)
Atitudes ambientais	Atitudes face à ciência e à fê	2.1	Inquérito do ISSP (em Portugal publicado pelo ICS "Ambiente e Desenvolvimento")
	Preocupações e valores ambientais	2.2	Escala NEP
	Ameaças ambientais	2.3	Inquérito do ISSP (em Portugal publicado pelo ICS "Ambiente e Desenvolvimento")
	Confiança nas fontes de informação	2.4	Inquérito do ISSP (em Portugal publicado pelo ICS "Ambiente e Desenvolvimento")
	Responsabilização de diferentes instâncias pela sua resolução	2.7	Eurobarómetro 58.0
Práticas ambientais	Intenções	2.5	Inquérito do ISSP (em Portugal publicado pelo ICS "Ambiente e Desenvolvimento")
	Comportamentos individuais	2.6	Observa (II)

Para além de um grupo de pessoas amigas que colaborou na divulgação do questionário, a associação Amigos dos Açores fez uma divulgação junto dos seus membros.

Houve dois casos, em que, por dificuldades de leitura e preenchimento, foi necessário prestar algum auxílio aos inquiridos.

Dos 230 questionários recebidos, 154 (67%) foram enviados por correio electrónico.

Antes de ser solicitado o preenchimento do questionário, houve o cuidado de apresentar uma primeira versão a um grupo de especialistas e a alguns indivíduos da população alvo. Depois de incluídas todas as propostas de alteração sugeridas, foi feito um pré-teste, com recurso a pessoas que não tinham participado na análise e respondido à primeira versão, tendo-se corrigido os erros e lacunas que ainda persistiam após as primeiras alterações.

Só após esta fase é que se passou à aplicação generalizada do questionário.

3- Análise de Dados

Para Quivy e Campenhoudt (2008), “a análise estatística dos dados impõe-se em todos os casos em que estes últimos são recolhidos por meio de um inquérito por questionário” (p. 224), que é o caso do presente trabalho, sendo a técnica a escolher dependente dos objectivos pretendidos. Assim, de acordo com Eisman (2003), usa-se a estatística univariante se o objectivo é descrever as características de uma amostra num dado momento e a bivalente ou multivalente se o objectivo é descrever ou explicar as relações entre várias características ao mesmo tempo.

No caso presente, os dados quantitativos recolhidos, através da aplicação do questionário, foram tratados em computador, com recurso ao Microsoft Office Excel 2007 e ao software estatístico SPSS.17.

Foi feita a análise das frequências de resposta e foram verificadas as possíveis relações entre as variáveis dependentes e independentes, com recurso ao teste de independência do Quiquadrado (χ^2) e teste exacto de Fisher (bilateral), quando as exigências do primeiro não puderam ser satisfeitas, considerando, em ambos os

casos, significativos quando p for menor ou igual a 0,05. Para o teste do Quiquadrado, os resultados serão apresentados do seguinte modo: $\chi^2(2) = 150$; $p = 0,000$, em que (2) é o grau de liberdade, 150 é o valor do teste e 0,000 a probabilidade associada ao teste. Quando o valor de p não for significativo, indica-se n.s..

No caso do teste de Fisher, a apresentação será: $p = 0,000$, Fisher, sendo 0,000 a probabilidade associada ao teste.

Com o objectivo de facilitar a análise do inquérito por questionário, foi feita a codificação das respostas e o agrupamento de variáveis. Apresentam-se de seguida os agrupamentos que foram feitos para a aplicação do teste de independência do Qui-Quadrado e do teste exacto de Fisher (que é válido apenas para tabelas 2 X 2) quando o anterior não era válido (Campos, 2001).

No que diz respeito à variável idade, optou-se por considerar dois grupos: dos 15 aos 29 anos e com 30 e mais anos. Assim, o primeiro grupo corresponde ao dos jovens, embora esta opção seja discutível já que a faixa etária correspondente à juventude tem variado, não só ao longo do tempo, mas também no mesmo momento em diferentes sociedades e em diferentes grupos sociais (Rocha, Medeiros & Diogo, 1995), e o segundo ao dos adultos. A nossa escolha (15-29 anos) foi a usada por Cruz (1995) que a propósito escreveu: *“Os limites da juventude, tal como os demais limites etários (da velhice, por exemplo), não são rigorosamente cronológicos nem biológicos, mas socioculturais, traçados pela capacidade de participação activa na produção e reprodução da sociedade, determinados pela divisão social do trabalho.”* (pp. 319-320).

No que respeita ao estado civil, e para proceder aos cruzamentos das variáveis, optou-se por considerar dois grupos: um, constituído por casados e os que vivem em união de facto, e o outro, o dos isolados, agregando solteiros, divorciados, separados e viúvos.

Para saber se havia alguma relação significativa com outras variáveis, dividiu-se a escolaridade em dois grupos: um, onde se incluiu todos os respondentes que possuíam estudos inferiores aos universitários e outro com todos os que tinham concluído o ensino superior.

Para o agrupamento das profissões usou-se a Classificação Nacional das Profissões, relatório de todas as profissões existentes em Portugal e dos respectivos descritivos funcionais, e para saber se havia alguma relação significativa com outras variáveis, dividiu-se as profissões em dois grupos, as não ligadas ao ensino e as ligadas, onde se incluiu todos os docentes, do ensino básico ao superior, os formadores de escolas profissionais, os educadores de infância e os educadores ambientais (Ecotecas).

Para a variável condição perante o trabalho, dividiu-se em dois grandes grupos: o primeiro que inclui todos os que exercem a profissão a tempo inteiro e o outro grupo, onde se incluíram todos os restantes (exerce a profissão a tempo parcial, ocupa-se das tarefas do lar, estudante, reformado(a), desempregado(a) e outras situações).

Relativamente ao número de horas que trabalha, em média, por semana, dividiu-se em dois grupos, os que trabalham até 44 horas semanais e os que trabalham mais de 44 horas semanais.

No que respeita ao posicionamento político, foram criados dois grupos, os posicionados à esquerda que inclui todos os que se posicionam da extrema - esquerda ao centro esquerda e os posicionados à direita que inclui todos os que se posicionam do centro à extrema-direita.

Relativamente à religião actualmente professada, considerou-se dois grupos, os que professam uma religião, independente da mesma, e os que não seguem nenhuma religião (ateu ou agnóstico).

No que toca às respostas relativas às atitudes face à ciência e à fé, criou-se dois grupos: um que juntava todas as respostas concordo e concordo totalmente e o

outro as restantes respostas (não concordo nem discordo, discordo e discordo totalmente).

Relativamente à Escala NEP, os itens pares foram recodificados para que a escala ficasse com todos os itens na mesma direcção, isto é de modo que os valores numéricos mais altos indicassem sempre maior adesão aos valores NEP. Além disso, para fazer os cruzamentos, criaram-se dois grupos: um que engloba as respostas concordo e concordo totalmente e outro, que agrega as respostas discordo e discordo totalmente.

Para a variável ameaças ambientais, foram criados dois grupos, um agrupando as respostas extremamente perigosa e muito perigosa e o segundo agrupando as respostas relativamente, pouco e nada perigosa para o ambiente.

Quanto à confiança nas fontes de informação, criaram-se dois grupos, um, agrupando as respostas, absoluta e bastante confiança e o outro, as respostas: alguma, pouca e nenhuma confiança.

Em relação às intenções, os dois grupos criados foram constituídos pelas seguintes respostas: grupo um - muito disposto e bastante disposto; grupo dois – indeciso, pouco e nada disposto.

Por último, em relação às práticas ambientais, os dois grupos criados foram constituídos pelas seguintes respostas: grupo um – frequentemente e algumas vezes e o grupo dois: poucas vezes e nunca.

3.1- Tratamento das questões abertas

Para as questões de resposta aberta recorreu-se à análise de conteúdo, uma técnica de análise de dados que ocupa um lugar de relevo na investigação social (Pinto, 2004; Pacheco, 2006).

Existem várias definições de análise de conteúdo, apresentando diferenças nomeadamente no que diz respeito à sua inclusão num paradigma quantitativo ou

qualitativo. Assim, enquanto Berelson e Lazarsfeld (1952), referidos por Esteves (2006) “definiram a análise de conteúdo como uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p. 108), Holsi, também referido por Esteves (2006), definiu-a “como uma técnica para fazer inferências por identificação sistemática e objectiva das características específicas de uma mensagem” (p. 108), portanto não obrigatoriamente quantitativa.

Com a análise de conteúdo que, de acordo com Amado (2000, p. 59) pode ser mantida na “charneira entre o quantitativo e o qualitativo” ou cair “para um ou outro dos lados, consoante as exigências e os objectivos da investigação”, pretende-se, segundo Esteves (2006), reduzir informação com base em regras bem definidas, tornando possível a “sua compreensão para lá do que a apreensão de superfície das comunicações permitiria alcançar” (p. 107).

Tal como qualquer outra técnica, a análise de conteúdo apresenta vantagens e desvantagens. De acordo com Cunha (1982), a grande desvantagem está relacionada com a quantidade de informação a ser tratada, requerendo actividades que exigem grande volume de trabalho, para além das escolhas das categorias, etc., enquanto como vantagens, está a possibilidade de poder ser usada “para analisar questões relacionadas com as atitudes, interesses e valores culturais de um determinado grupo” (p. 15) e ser uma técnica segura, porque toda a pesquisa pode ser, com facilidade, repetida.

Nesta técnica, a categorização é a operação central “através da qual os dados (invocados ou suscitados) são classificados e reduzidos, após terem sido identificados como pertinentes, de forma a reconfigurar o material ao serviço de determinados objectivos de investigação” (Esteves, 2006, p. 109).

As categorias que “são as rubricas significativas em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado” (Freitas, Cunha Jr. & Moscarola, 1996, p. 5) podem surgir a partir de uma lista prévia ou a partir da análise do próprio material (Esteves, 2006).

Relativamente às questões de resposta aberta, para o tratamento estatístico criámos as seguintes categorias:

Para as razões para a não participação cívica dos portugueses:

- **Disponibilidade pessoal:** onde se incluem todas as respostas que evidenciam “falta de tempo”;

- **Debilidades do sistema político:** onde se incluem todas as respostas que revelam descrédito e desconfiança nos políticos e nas instituições, nomeadamente nas de decisão política, e a sensação de impotência em relação a elas;

- **Ausência de cultura cívica:** onde se agrupam todas as respostas que evidenciam uma não predisposição para o envolvimento nas questões de interesse comum;

- **Ausência de formação/informação:** onde se incluem todas as respostas que demonstram a não existência de formação especializada ou desconhecimento da realização das diferentes iniciativas.

Para as razões que levam uma pessoa a fazer trabalho voluntário:

- **Solidariedade:** onde se incluem todas as respostas que revelam o sentimento de apoio aos outros ou de ser útil à sociedade;

- **Auto - realização:** onde se incluem todas as respostas que associam o trabalho voluntário à satisfação pessoal;

- **Experiências grupais:** onde se incluem todas as respostas que associam o trabalho voluntário com o estar ou conviver com outras pessoas;

- **Impacto social:** onde se incluem todas as respostas que evidenciam o trabalho voluntário como contributo para melhorar a sociedade.

4- Caracterização da Amostra

Os dados expostos no quadro 6 permitem verificar as características de todos os respondentes.

Assim, no que toca às idades dos respondentes membros de uma OEA, 25,5% têm idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, igual número (35,5%) têm idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos e entre os 45 e os 64 anos e apenas 3,5% possuem idade igual ou superior a 65 anos.

Não há nenhum respondente, do grupo dos NOEA, com idade igual ou superior a 65 anos. Possuem idades entre os 15 e os 29 anos (55,6% dos respondentes), 23,9% possuem idades entre os 30 e os 44 anos e 20,5% têm idades entre 45 e 64 anos.

No que diz respeito ao sexo, há um número igual de respondentes de ambos os sexos. No grupo dos NOEA regista-se uma ligeira maioria dos respondentes do sexo masculino e no outro grupo a situação inverte-se.

Em relação ao estado civil, enquanto no grupo dos membros de uma OEA, casado é o estado civil da maioria dos seus membros (51,3%), no grupo dos não membros a maioria dos respondentes é solteira (58,1%).

Em relação à escolaridade, 71,7% do grupo dos membros de uma OEA têm o ensino superior, enquanto no grupo dos NOEA aquela percentagem é de apenas 35,9%. Não obtivemos quaisquer respostas do grupo das pessoas que não sabe ler nem escrever e o número de respondentes que tem por habilitação literária o primeiro e o segundo ciclos foi relativamente baixo (1,8%, para os membros de uma OEA e 8,6%, para os NOEA).

Relativamente à condição perante o trabalho, no grupo dos membros de uma OEA, 82,3 % exercem a profissão a tempo inteiro, 6,2% estão reformados, 3,5% são estudantes e a mesma percentagem é desempregada. Para os NOEA, 56,4 % exercem a profissão a tempo inteiro, 35% são estudantes, 3,4 % exercem a profissão a tempo parcial e 2,6% estão desempregados.

Relativamente ao número de horas de trabalho semanais, tanto para os membros de uma OEA como para os NOEA, o maior grupo foi o dos que trabalhavam 35 a 44 horas, respectivamente, 52,2% e 46,2%.

No que diz respeito à profissão dos respondentes, a maioria dos membros de uma OEA pertence ao grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (55,8%), em segundo lugar estão os que pertencem ao grupo dos técnicos e profissionais de nível intermédio (16,8%) e em terceiro lugar os pertencentes ao pessoal administrativo e similares (6,2%). Em relação aos NOEA, o maior número de respondentes pertence ao grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (23,1%), em segundo lugar estão os incluídos no pessoal dos serviços e vendedores (13,7%) e em terceiro lugar estão os pertencentes ao grupo dos técnicos e profissionais de nível intermédio (12%).

No que respeita à posição política, em ambos os grupos (membros de uma OEA e NOEA) a maioria dos respondentes posiciona-se no centro/centro-esquerda, com 52,2% e 61,5%, respectivamente.

No que se reporta à religião professada, analisando, cada um dos grupos criados, a situação é semelhante, isto é a maioria professa a religião católica e o segundo maior grupo é o dos que não professam qualquer religião.

Quanto à posição face à religião, entre os membros de uma OEA que disseram professar uma religião é maior o número de não praticantes (37,2%) do que praticantes (33,6%). Entre os NOEA, a situação é a inversa, o número de praticantes é superior (52,1%) ao de não praticantes (29,1%).

Quadro 6: Caracterização da amostra

Variável	Item	OEA		NOEA	
		N	%	N	%
Idade	15- 29	29	25,5	65	55,6
	30-44	40	35,4	28	23,9
	45-64	40	35,4	24	20,5
	65 ou mais	4	3,5	0	0,0
	Total	113	100	117	100
Sexo	Feminino	55	48,7	60	51,3
	Masculino	58	51,3	57	48,7
	Total	113	100	117	100

Estado Civil	Casado(a)	58	51,3	39	33,3
	União de facto	13	11,5	2	1,7
	Solteiro(a)	32	28,3	68	58,1
	Divorciado(a)	8	7,1	6	5,1
	Separado(a)	0	0,0	0	0,0
	Viúvo(a)	2	1,8	1	0,9
	Não respondeu	-	-	1	0,9
	Total	113	100	117	100
Nível de Instrução	Não sabe ler nem escrever	0	0,0	0	0,0
	1º Ciclo do Ensino Básico	2	1,8	1	0,9
	2º Ciclo do Ensino Básico	0	0,0	9	7,7
	3º Ciclo do Ensino Básico	4	3,5	33	28,2
	Ensino Secundário	15	13,3	24	20,5
	Ensino Médio ou Pós- Secundário	10	8,8	7	6,0
	Ensino Superior	81	71,7	42	35,9
	Não respondeu	1	0,9	1	0,9
	Total	113	100	117	100
Condição perante o trabalho	Exerce a profissão a tempo inteiro	93	82,3	66	56,4
	Exerce a profissão a tempo parcial	2	1,8	4	3,4
	Ocupa-se das tarefas do lar	0	0,0	0	0,0
	Estudante	4	3,5	41	35,0
	Reformado	7	6,2	2	1,7
	Desempregado	4	3,5	3	2,6
	Outra situação	3	2,7	1	0,9
	Total	113	100	117	100
Horas de Trabalho Semanais	Até 14 horas	2	1,8	6	5,1
	15-24 horas	4	3,5	7	6,0
	25-34 horas	6	5,3	18	15,4
	35-44 horas	59	52,2	54	46,2
	45-54 horas	18	15,9	12	10,3
	55 e mais horas	14	12,4	10	8,5
	Outro	0	0	2	1,7
	Não se aplica	10	8,8	4	3,4
	Não respondeu	0	0	4	3,4
	Total	113	100	117	100
Profissões	Membros das forças armadas	1	0,9	1	0,9
	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	4	3,5	0	0
	Especialistas das profissões intelectuais e científicas	63	55,8	27	23,1
	Técnicos e profissionais de nível intermédio	19	16,8	14	12,0
	Pessoal administrativo e similares	7	6,2	5	4,3
	Pessoal dos serviços e vendedores	5	4,4	16	13,7
	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	0	0	1	0,9
	Operários, artífices e trabalhadores similares	1	0,9	3	2,6
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	0	0	0	0
	Trabalhadores não qualificados	0	0	0	0
	Não responderam	2	1,8	1	0,9
	Não se aplica	11	9,7	49	41,9
	Total	113	100	117	100
	1-Extrema esquerda	8	7,1	5	4,3
	2- Esquerda	22	19,5	7	6,0
	3- Centro Esquerda	26	23,0	19	16,2

Posição Política	4- Centro	33	29,2	53	45,3
	5- Centro Direita	13	11,5	7	6,0
	6- Direita	1	0,9	8	6,8
	7- Extrema-direita	1	0,9	2	1,7
	Não respondeu	9	8,0	16	13,7
	Total	113	100	117	100
Religião Professada	Católica	79	69,9	92	78,6
	Judaica	0	0,0	0	0,0
	Protestante	2	1,8	0	0,0
	Outra religião cristã	2	1,8	2	1,7
	Outra religião não cristã	1	0,9	1	0,9
	Não segue nenhuma religião (ateu ou agnóstico)	24	21,2	19	16,2
	Não respondeu	5	4,4	3	2,6
	Total	113	100	117	100
Posição face à religião	Praticante	38	33,6	61	52,1
	Não praticante	42	37,2	34	29,1
	Não se aplica	25	22,1	20	17,1
	Não respondeu	8	7,1	2	1,7
	Total	113	100	117	100

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

1 - Participação e associativismo

A participação, que tem diferentes significados consoante “o contexto e grupo social que o utiliza” (Pinto, 2004), pode ser definida como “o processo pelo qual as pessoas tomam parte na resolução dos problemas, contribuindo com a própria criatividade, pontos de vista, conhecimentos e recursos, e partilhando a responsabilidade na tomada de decisões” (Hernández, 2002, p. 10).

No presente capítulo, pretende-se analisar os resultados das respostas obtidas a um conjunto de questões relativas à postura dos membros de uma OEA e dos NOEA face a diferentes possíveis formas de participação na vida social e política da Região.

De igual modo, procura-se saber o tipo de associação a que mais aderem os inquiridos e como este indicador mede apenas “um primeiro nível de participação” (Rocha, Medeiros, Tomás, Madeira & Borralho, 1999, p. 125) tenta-se, tal como Viegas (2004), saber as modalidades de envolvimento nas associações.

De seguida, atendendo a que esta investigação gira em torno da problemática ambiental, indaga-se quais as formas de participação nas questões ambientais mais praticadas nos últimos cinco anos.

Atendendo a que vários estudos têm destacado a passividade dos portugueses (e dos açorianos) relativamente à sua participação cívica, quer na sua componente social, quer na política (Rocha *et al*, 1999; Cabral, 2000; Nave & Fonseca, 2004), tenta-se conhecer as razões que justificam a baixa participação.

Por último, depois de se saber de entre os membros de uma OEA quem era voluntário numa Associação de Defesa do Ambiente, procura-se conhecer o que leva uma pessoa a fazer trabalho voluntário, o grau de satisfação com os

incentivos recebidos, o tempo de voluntariado e o número de horas dedicado ao trabalho voluntário.

1.1- Formas de Participação na Vida Social e Política dos Açores

Uma das preocupações desta pesquisa residiu na clarificação das formas de participação na vida social e política dos inquiridos, praticadas nos últimos 5 anos. Considerou-se, com base na literatura disponível, que esta participação, em contextos democráticos, pode assumir formas passivas (por exemplo, votar em eleições) ou formas mais activas e socialmente mais empenhadas como, por exemplo, a participação em associações cívicas.

Através dos dados expostos na figura 2 é possível verificar que para os membros de uma Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de Animais e do Património (OEA), as formas de participar mais praticadas são votar em eleições (81,4%), manter-se informado sobre questões sociais e políticas (80,5%) e subscrever abaixo - assinados (73,5%), enquanto as menos praticadas são pertencer a um partido político (14,2%) e contactar jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias) (30,1%).

Para os não membros de uma OEA- Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de Animais e do Património (NOEA), as formas de participar mais praticadas são votar em eleições (67,5 %), manter-se informado sobre questões sociais e políticas (60,7%) e subscrever abaixo-assinados (55,6%), enquanto as menos praticadas são pertencer a um partido político (8,5%) e contactar jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias) (11,1%).

Comparando as respostas dos dois grupos, referidos no parágrafo anterior, verifica-se que apenas o recurso à greve é mais elevado nos NOEA (36,8%) do que nos que fazem parte de uma OAE (31%).

Procurou-se, também, indagar se havia alguma relação entre as diferentes formas de participação e a pertença ou não a uma OEA, tendo-se chegado à conclusão

que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem faça donativos a instituições ($\chi^2(1) = 6,334; p = 0,012$), pertença a associações profissionais ($\chi^2(1) = 20,963; p = 0,000$), participe em discussões públicas ($\chi^2(1) = 13,302; p = 0,000$), se mantenha informado sobre questões sociais e políticas ($\chi^2(1) = 10,873; p = 0,001$), contacte instituições ou serviços ($\chi^2(1) = 15,329; p = 0,000$), contacte jornais, rádios ou televisões ($\chi^2(1) = 12,733; p = 0,000$), pertença a um sindicato ($\chi^2(1) = 10,676; p = 0,001$), pertença a associações cívicas ($\chi^2(1) = 123,237; p = 0,000$), subscreva abaixo-assinados ($\chi^2(1) = 8,024; p = 0,005$) e vote em eleições ($\chi^2(1) = 5,819; p = 0,016$).

Os dados encontrados parecem confirmar um dos efeitos democráticos das associações, neste caso das OEA, que é o de propiciar, a nível individual, o “aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral” (Viegas, 2004, p. 37).

Além disso, outra conclusão que se pode tirar é que, à semelhança dos resultados obtidos por Nave & Fonseca (2004), as formas de participação com maior adesão são de “tipo mais passivo, assentes essencialmente, nas práticas mais tradicionais de exercício democrático que não envolvem custos ou exigências relevantes à iniciativa individual” (pp. 268-269), como o são votar em eleições, manter-se informado sobre questões sociais e políticas ou subscrever abaixo – assinados.

Pretendeu-se, também, averiguar se havia variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião, sendo os resultados obtidos os seguintes:

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem:

- Faça donativos a instituições, entre os homens ($\chi^2(1) = 3,841; p = 0,05$) e entre os que têm idades ou iguais ou superiores a 30 anos ($\chi^2(1) = 3,835; p = 0,05$).

- Pertença a uma associação profissional, entre os que têm idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 9,523$; $p = 0,002$) e o mesmo se passa com os que trabalham 45 horas e mais ($\chi^2(1) = 5,239$; $p = 0,022$);

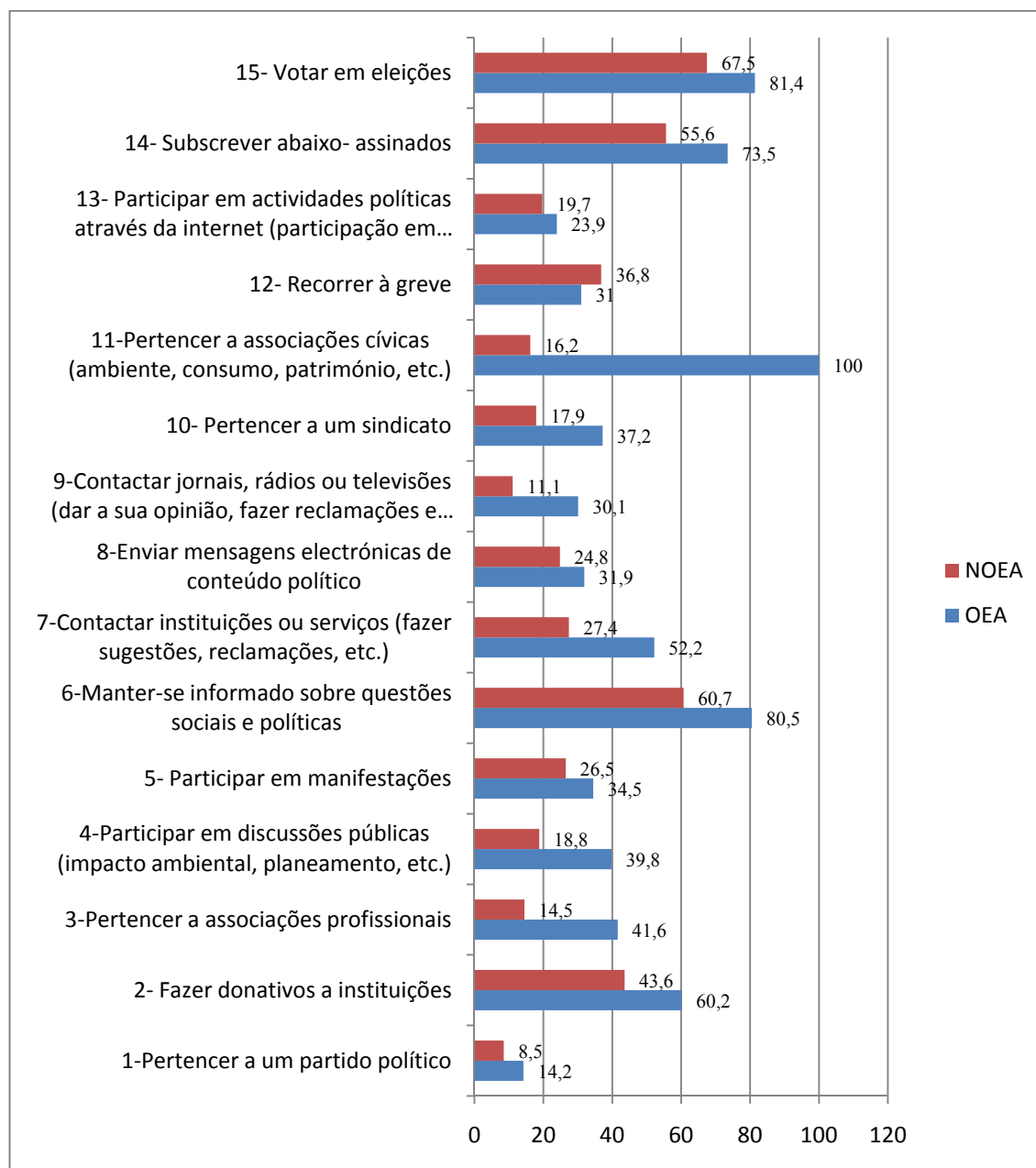


Figura 2: Formas de participação, em percentagem, na vida política e social, praticadas nos últimos cinco anos (n = (NOEA) - 117; n = (membros de uma OEA) - 113).

- Participe em discussões públicas, entre todos os que não exercem profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 4,128; p = 0,042$) e os que seguem uma religião, mas são não praticantes ($\chi^2(1) = 4,074; p = 0,044$);

- Participe em manifestações, entre os que possuem como habilitação o ensino superior ($\chi^2(1) = 6,058; p = 0,0014$) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 7,068; p = 0,008$);

- Procure estar informado sobre questões sociais e políticas, entre os indivíduos do sexo masculino ($\chi^2(1) = 4,162; p = 0,041$);

- Contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.), entre os respondentes do sexo masculino ($\chi^2(1) = 6,969; p = 0,008$), os de idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 7,354; p = 0,007$) e os que estão ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 5,112; p = 0,024$);

- Contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias), entre os indivíduos do sexo masculino ($\chi^2(1) = 9,596; p = 0,002$), os que possuem um curso superior ($\chi^2(1) = 4,104; p = 0,043$), os ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 5,404; p = 0,020$) e os que não professam qualquer religião ($\chi^2(1) = 3,886; p = 0,049$);

- Pertença a um sindicato, entre os indivíduos de idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 6,633; p = 0,010$) e os ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 17,153; p = 0,000$);

- Recorra à greve, entre os respondentes que têm como habilitação um curso superior ($\chi^2(1) = 6,177; p = 0,013$) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 21,590; p = 0,000$);

- Participe em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc...), entre os indivíduos que se posicionam à

esquerda do espectro político ($\chi^2(1) = 5,159; p = 0,023$) e os que não professam qualquer religião ($\chi^2(1) = 15,168; p = 0,000$);

- Subscreve abaixo-assinados, entre os indivíduos que estão ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 9,068; p = 0,003$), os que têm como habilitação um curso superior ($\chi^2(1) = 8,294; p = 0,004$) e os que se posicionam à esquerda do espectro político ($\chi^2(1) = 5,159; p = 0,023$);

- Vote em eleições, entre os respondentes que têm 30 ou mais anos de idade ($\chi^2(1) = 3,997; p = 0,046$).

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem:

- Faça donativos a instituições, entre os respondentes que têm idade superior ou igual a 30 anos ($\chi^2(1) = 7,571; p = 0,006$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 12,045; p = 0,001$) e os casados e os que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 13,383; p = 0,000$);

- Pertença a uma associação profissional, entre os respondentes que têm como escolaridade o ensino superior ($\chi^2(1) = 4,411; p = 0,036$), os que trabalham a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 8,193; p = 0,004$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 8,642; p = 0,003$);

- Participe em manifestações, entre os respondentes que possuem como habilitação o ensino superior ($\chi^2(1) = 6,358; p = 0,012$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 17,440; p = 0,000$) e os que não professam qualquer religião ($\chi^2(1) = 4,688; p = 0,030$);

- Contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.), entre os respondentes de idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 3,977; p = 0,046$), os casados ou que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 6,113; p = 0,013$), os

que têm habilitação académica de nível superior ($\chi^2(1) = 10,269; p = 0,001$), os que trabalham a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 4,284; p = 0,038$) e os que estão ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 10,211; p = 0,0019$);

- Envie mensagens electrónicas de conteúdo político, entre os respondentes de idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 4,851; p = 0,028$), os que possuem um curso superior ($\chi^2(1) = 21,946; p = 0,000$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 4,016; p = 0,045$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 16,069; p = 0,000$) e os que não professam nenhuma religião ($p = 0,018$, Fisher);

- Contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias), entre os indivíduos do sexo masculino ($\chi^2(1) = 4,657; p = 0,031$), os de idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 9,558; p = 0,002$), os casados ou os que vivem em união de facto ($p = 0,012$, Fisher), os posicionados à esquerda ($p = 0,043$, Fisher), os que não professam nenhuma religião ($p = 0,008$, Fisher) e, de entre os que professam uma religião, os praticantes ($p = 0,047$, Fisher);

- Pertença a um sindicato, entre os indivíduos de idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 17,654; p = 0,000$), os casados ou que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 16,630; p = 0,000$), os que possuem curso superior ($\chi^2(1) = 10,300; p = 0,001$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 19,777; p = 0,000$) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 15,254; p = 0,000$);

- Recorra à greve, entre os respondentes que têm como habilitação um curso superior ($\chi^2(1) = 4,719; p = 0,030$) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 14,998; p = 0,000$);

- Participe em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc.), entre os respondentes que têm um curso

superior ($\chi^2(1) = 7,555; p = 0,006$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 8,791; p = 0,003$) e os que se posicionam à esquerda do espectro político ($\chi^2(1) = 10,663; p = 0,001$);

- Subscrava abaixo-assinados, entre os indivíduos que têm 30 ou mais anos de idade ($\chi^2(1) = 14,333; p = 0,000$), os casados ou que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 9,863; p = 0,002$), os que têm um curso superior ($\chi^2(1) = 33,178; p = 0,000$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 15,032; p = 0,000$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 16,565; p = 0,000$), os posicionados mais à esquerda ($\chi^2(1) = 5,419; p = 0,020$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 7,296; p = 0,007$);

- Vote em eleições, entre os respondentes que têm 30 ou mais anos de idade ($\chi^2(1) = 15,436; p = 0,000$), os que são casados ou que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 5,051; p = 0,025$), os que possuem um curso superior ($\chi^2(1) = 10,200; p = 0,001$), os que trabalham a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 11,280; p = 0,001$) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 7,624; p = 0,006$).

Em todos os casos em que há uma relação estatisticamente significativa entre as formas de participação e o posicionamento político, verifica-se que quem mais participa são os respondentes posicionados mais à esquerda, o que está de acordo com Cabral (2008) que afirma que o exercício activo da cidadania está historicamente associado à orientação ideológica à esquerda.

Os resultados obtidos, relativamente ao acto de votar em eleições confirmam a afirmação de Cabral (2008) segundo o qual “em Portugal os casados votam mais do que os solteiros e divorciados” (p. 220).

Em relação à pertença aos sindicatos, os resultados vão no mesmo sentido do que afirmam Stoleroff & Pereira (2008) que mencionam o facto de os professores apresentarem uma taxa de sindicalização bastante elevada (cerca de 68%), quando comparada com a global no país (cerca de 20%).

Sempre que há relação entre as diferentes formas de participação na vida social e política e a escolaridade, verifica-se que há uma associação entre aquelas e o facto de os respondentes possuírem um curso superior. Nave e Fonseca (2004) já haviam chegado a resultados idênticos, mencionando que tal apenas não se verificava em relação à filiação num partido político.

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que sempre que existe uma relação entre as diversas formas de participação e as variáveis de caracterização pessoal, a participação é maior para os indivíduos do sexo masculino, os que têm idade igual ou superior a 30 anos, os casados ou que vivem em união de facto, os que exercem profissão a tempo inteiro, num caso, os que trabalham 45 horas e mais, os que têm como habilitação o ensino superior, os que não seguem nenhuma religião, os que têm uma profissão ligada ao ensino e os politicamente posicionados à esquerda.

1.2 – Tipos de Associações

Para um melhor conhecimento da participação, indagou-se a que tipo de associações as pessoas mais aderem, tendo-se obtido os resultados representados graficamente na figura 3.

De entre as associações, as que apresentam maior adesão por parte dos respondentes são as do seguinte tipo: *Clube Desportivo ou Clube de Actividade de Ar Livre, Sindicato e Associação Recreativa, Cultural ou Educativa*.

Observa-se que, entre os membros de uma OEA, o tipo de associações em que os valores da pertença são mais elevados são as do tipo “Associação Recreativa, Cultural ou Educativa” (35,4%), logo seguido de “Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre” (31,9%) e em terceiro lugar “Sindicato” (29,2%). No lado oposto, as associações menos escolhidas são as do tipo “Organização de Pensionistas ou Reformados” (4,4%) e do tipo “Associação de Moradores ou Associação de Desenvolvimento Local”, com 5,3%.

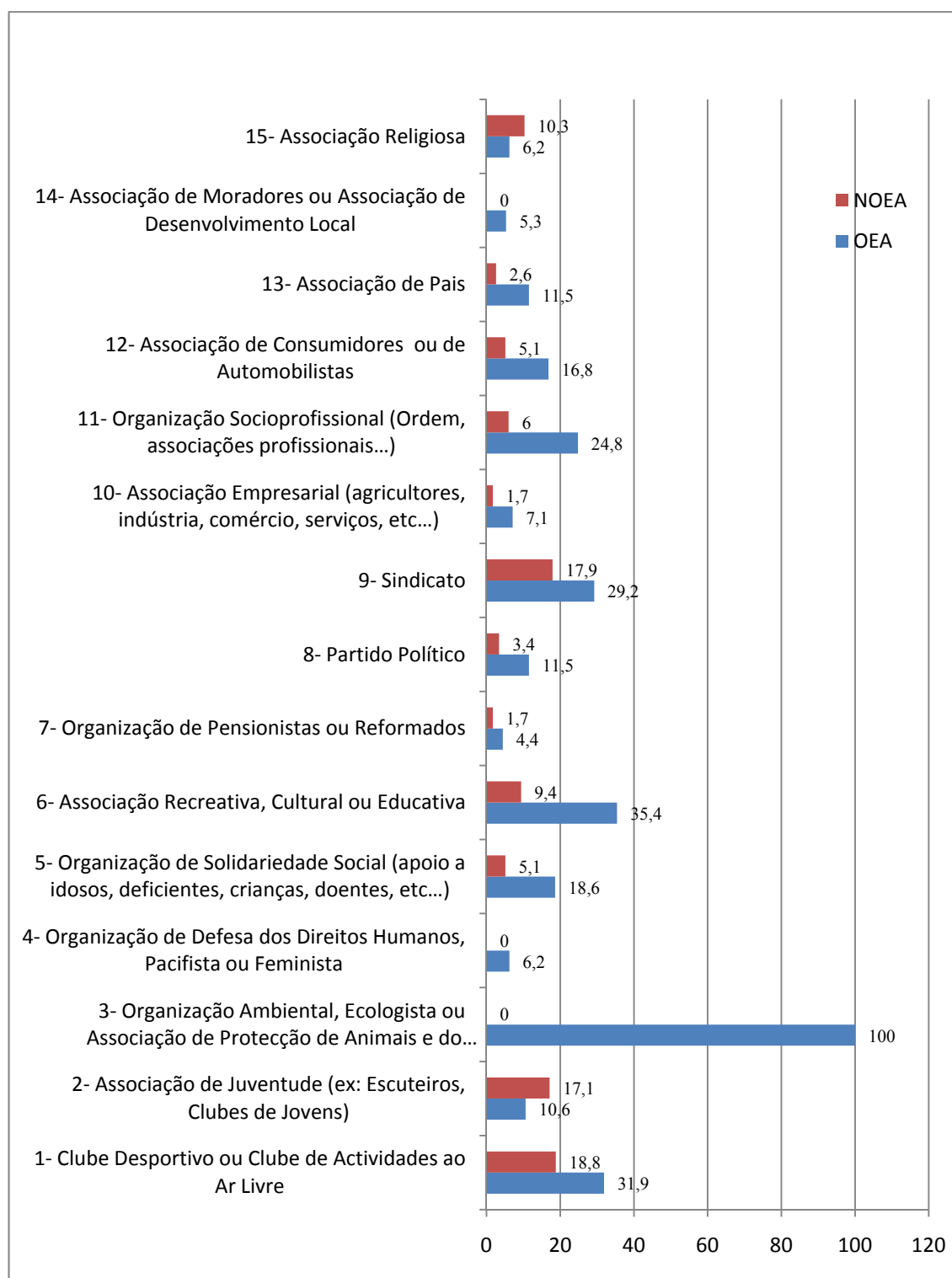


Figura 3: Tipos de associação, em percentagem, a que as pessoas aderem

(n = (NOEA) – 117; n = (membros de uma OEA) – 113).

Para os NOEA, o tipo mais escolhido é o “Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre” (18,8%), em segundo lugar os “Sindicatos” (17,9%) e

em terceiro lugar, com 17,1%, as associações do tipo “Associação de Juventude (ex: Escuteiros, Clubes de Jovens). No lado oposto, ninguém faz parte de uma “Organização de Defesa dos Direitos Humanos, Pacifista ou Feminista” e apenas 0,9% dos respondentes pertencem a uma organização do tipo “Associação de Moradores ou Associação de Desenvolvimento Local”.

Em termos globais, analisando as respostas à segunda questão que indaga a que tipo de associação uma pessoa pertence, verifica-se que os membros de uma OEA são também membros de outras associações em maior número do que os NOEA. São excepção, as do tipo “Associação de Juventude” e “Associação Religiosa”.

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre a pertença a um determinado tipo de associação e a pertença ou não a uma OEA, tendo-se chegado à conclusão que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem, também, pertença ao seguinte tipo de associações: “Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre” ($\chi^2(1) = 5,031; p = 0,025$), “Organização de Defesa dos Direitos Humanos, Pacifista ou Feminista” ($p = 0,006$, Fisher), “Organização de Solidariedade Social (apoio a idosos, deficientes, crianças, doentes, etc..)” ($\chi^2(1) = 11,057; p = 0,001$), “Associação Recreativa, Cultural ou Educativa” ($\chi^2(1) = 22,511; p = 0,000$), “Partido Político” ($\chi^2(1) = 5,490; p = 0,019$), “Sindicato” ($\chi^2(1) = 4,053; p = 0,044$), “Organização Socioprofissional” ($\chi^2(1) = 15,740; p = 0,000$), “Associação de Consumidores ou de Automobilistas” ($\chi^2(1) = 8,103; p = 0,004$) e “Associação de Pais” ($\chi^2(1) = 7,005; p = 0,008$).

Para complementar e procurar estabelecer uma comparação com os dados de Viegas (2004), calculou-se o número de associações a que um dado indivíduo pertence, sendo os dados obtidos os constantes da figura 4.

Analisando a figura, constata-se que os valores obtidos para os NOEA não diferem muito dos obtidos para Portugal que como se pode ver é superior ao da Moldávia, país de leste com um regime democrático liberal recente, muito inferior à Noruega, país nórdico, e segundo Viegas (2004) “é análogo ao da Espanha”.

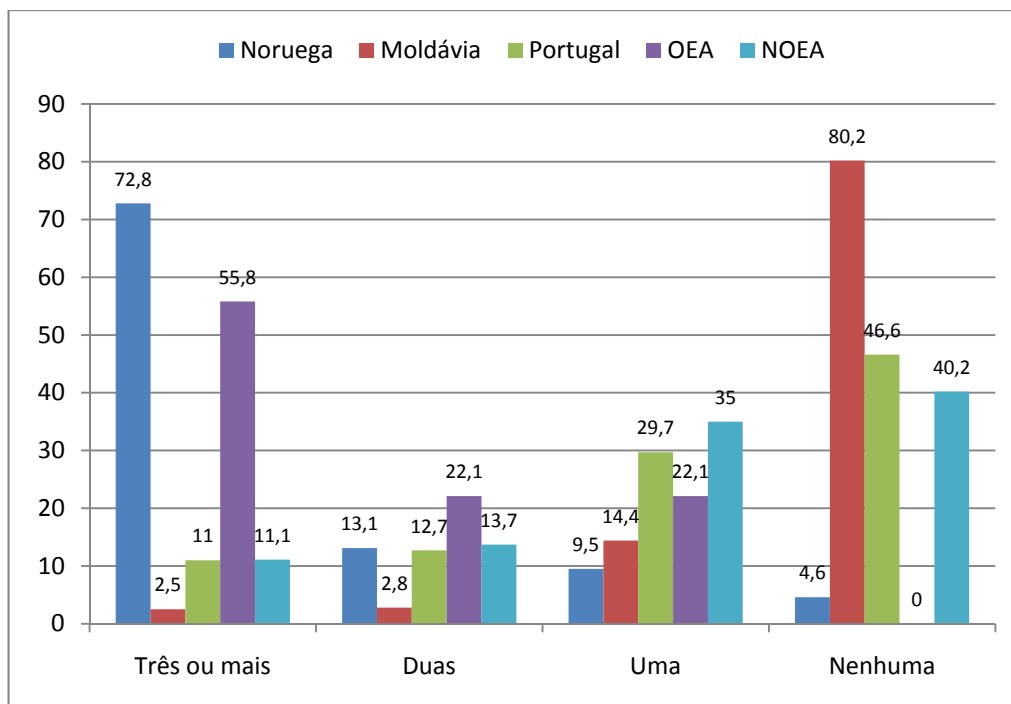


Figura 4: Número de associações em que um indivíduo está envolvido (comparação entre os valores apresentados por Viegas (2004) e os obtidos na presente dissertação (n = (NOEA) - 117; n = (membros de uma OEA) - 113).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião, sendo os resultados obtidos os seguintes:

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem pertença a:

- Uma Associação de Juventude (ex: Escuteiros, Clubes de Jovens), entre os respondentes ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 7,031$; $p = 0,008$) e os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) ($p = 0,001$; Fisher);
- Uma Associação Recreativa, Cultural ou Educativa, entre os indivíduos do sexo masculino ($\chi^2(1) = 8,642$; $p = 0,003$);
- Uma Organização de Pensionistas ou Reformados, entre os que se posicionam mais à esquerda ($p = 0,027$, Fisher);

- Um Sindicato, entre os respondentes com idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 4,481; p = 0,034$), os que têm uma habilitação de nível superior ($\chi^2(1) = 5,490; p = 0,019$) e os ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 21,488; p = 0,000$);

- Uma Organização Socioprofissional (Ordem, associações profissionais...) entre os respondentes com idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 4,361; p = 0,037$), os que têm uma habilitação de nível superior ($\chi^2(1) = 7,698; p = 0,006$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($p = 0,023$ Fisher), os que trabalham 45 e mais horas ($\chi^2(1) = 6,360; p = 0,012$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 5,768; p = 0,016$).

- Uma Associação de Consumidores ou de Automobilistas, entre os respondentes do sexo masculino ($\chi^2(1) = 4,570; p = 0,033$) e os que têm idade igual ou superior a 30 anos ($p = 0,024$, Fisher);

- Uma Associação de Pais, entre os casados e os que vivem em união de facto ($p = 0,002$, Fisher);

- Uma Associação Religiosa, entre os respondentes praticantes de uma religião ($p = 0,004$, Fisher);

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem pertença a:

- Um Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre, entre os respondentes do sexo masculino ($\chi^2(1) = 8,599; p = 0,003$);

- Uma Associação de Juventude (ex: Escuteiros, Clubes de Jovens), entre os respondentes que têm menos de 30 anos de idade ($\chi^2(1) = 5,838; p = 0,016$), os isolados ($\chi^2(1) = 6,646; p = 0,010$), os que exercem a profissão a tempo parcial, ocupam-se das tarefas do lar, estudantes, reformados e desempregados ($\chi^2(1) = 13,006; p = 0,000$) e os posicionados mais à direita ($\chi^2(1) = 3,948; p = 0,047$);

- Uma Organização de Solidariedade Social (apoio a idosos, deficientes, crianças, doentes, etc.), entre os que os trabalham 45 e mais horas ($p = 0,001$ Fisher);

- Um Partido Político, entre os que têm idade igual ou superior a 30 anos ($p = 0,037$, Fisher), os casados ou que vivem em união de facto ($p = 0,014$, Fisher) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($p = 0,000$, Fisher);

- Um Sindicato, entre os respondentes que têm idade igual ou superior a 30 anos de idade ($\chi^2(1) = 21,964$; $p = 0,000$), os casados ou que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 11,244$; $p = 0,001$), os que têm habilitação de nível superior ($\chi^2(1) = 17,125$; $p = 0,000$), os que trabalham a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 19,777$; $p = 0,000$) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($p = 25,328$, Fisher);

- Uma Organização Socioprofissional (Ordem, associações profissionais...), entre os respondentes com idade igual ou superior a 30 anos ($p = 0,003$, Fisher), os casados ou que vivem em união de facto ($p = 0,007$, Fisher), os que têm uma habilitação de nível superior ($p = 0,010$, Fisher) e os que exercem a profissão a tempo inteiro ($p = 0,018$, Fisher);

- Uma Associação de Pais, entre os casados e os que vivem em união de facto ($p = 0,039$, Fisher);

- Uma Associação Religiosa, entre os praticantes de uma religião. ($p = 0,004$, Fisher);

Importa referir que estudos efectuados, relativamente a Portugal, apontam como as associações de carácter desportivo, cultural e recreativo, seguidas das de solidariedade social e religiosas como as que possuem mais membros, mas também revelam que o associativismo no nosso país tem uma expressão muito reduzida, (Ferreira, 2008; Viegas, 2004). A título de exemplo, de modo a tornar possível o confronto com os valores que se obteve, as associações de solidariedade social e religiosas, em Portugal, apresentam uma percentagem de 20,6% de sujeitos activos, as de carácter desportivo, cultural e recreativo 19% e as sindicais e socioprofissionais apenas 3,3% (Viegas, 2004).

Nos Açores, de acordo com Rocha *et al.* (1999), as associações com maior preferência por parte das mulheres são: as religiosas (27,4%), as musicais (10,4%), as desportivas (8,9%), as do tipo sindical-profissional (8,9%) e as político-partidárias (8,2%).

No que diz respeito à juventude (dos 15 aos 34 anos), de acordo com Rocha, Medeiros e Diogo (1995) apenas 34% dos jovens pertenciam a uma associação, sendo as associações mais escolhidas as desportivas (34,5%), as bandas/coros (16,1%) e outras recreativas e culturais (15,2%). Estes valores, com excepção dos sindicatos, cuja não escolha se justifica atendendo às idades dos respondentes, aproximam-se dos encontrados: clubes desportivos, em primeiro lugar, seguido de sindicatos e de Associações culturais e recreativas.

Os resultados obtidos não contradizem os de Rocha *et al.* (1995) no que diz respeito à relação entre o tipo de associação e o sexo. Com efeito, de acordo com aqueles autores as jovens só estão em maior número nas associações religiosas e nas folclóricas.

As associações mais escolhidas são, tal como refere Viegas (2004), as que têm objectivos direccionados para os seus membros e cujo contributo para o debate na esfera pública é bastante fraco. Viegas (2004), referindo-se à presença das associações desportivas ou culturais na comunicação social, menciona que “tendem apenas a valorizar a sua identidade, as suas tradições e o consenso social, esquivando-se às questões mais políticas ou conflituais. Exceptuam-se as situações em que estão em causa os apoios financeiros a receber por essas associações” (p. 43)

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que sempre que existe uma relação, estatisticamente significativa, entre a pertença a determinado tipo de associação e as variáveis de caracterização pessoal, aquela acontece para os indivíduos do sexo masculino, os que têm idade igual ou superior a 30 anos, os casados ou que vivem em união de facto (no caso das associações de juventude a participação é maior para os isolados), os que exercem profissão a tempo inteiro (excepto no que diz respeito às associações de juventude), os que trabalham 45 horas ou mais, os que têm como habilitação o ensino superior, os que não seguem nenhuma religião (excepto no caso das associações religiosas), os que têm uma

profissão ligada ao ensino e os politicamente posicionados à esquerda (no caso das associações de juventude são os posicionados do centro à extrema-direita).

1.3- Envolvimento nas Associações

Importante é saber, para além do tipo de associações a que as pessoas aderem, qual a relação que com elas mantêm em termos de maior ou menor envolvimento. Com base em Almeida (2000), considera-se que o envolvimento pode assumir a forma de participação activa em actividades associativas, a participação em actos políticos informais, a denúncia pública ou a assunção do estatuto de membro de uma associação.

Através dos dados expostos na figura 5, é possível verificar que 18,6% das pessoas que são membros de uma OEA limita-se a isso, 54,9% subscreve abaixo-assinados e 47,8% participa em reuniões/sessões públicas e manifestações. Para os NOEA, 12% é apenas membro, 28,2% participa activamente na organização de actividades e 21,4% participa em reuniões/sessões públicas e manifestações.

Comparando as respostas dos dois grupos referidos no parágrafo anterior, verifica-se que apresentam características bastante distintas. Com efeito, os membros de uma OEA são os que mais se envolvem nas suas associações, isto é não se limitam apenas a serem membros.

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre o “grau de envolvimento” nas associações e a pertença ou não a uma OEA, tendo-se chegado à conclusão que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem doe dinheiro ($\chi^2(1) = 13,164$; $p = 0,000$), subscreva abaixo – assinados ($\chi^2(1) = 39,502$; $p = 0,000$), participe em reuniões/sessões públicas e manifestações ($\chi^2(1) = 17,793$; $p = 0,000$) e denuncie situações “irregulares” ($\chi^2(1) = 8,500$; $p = 0,004$).

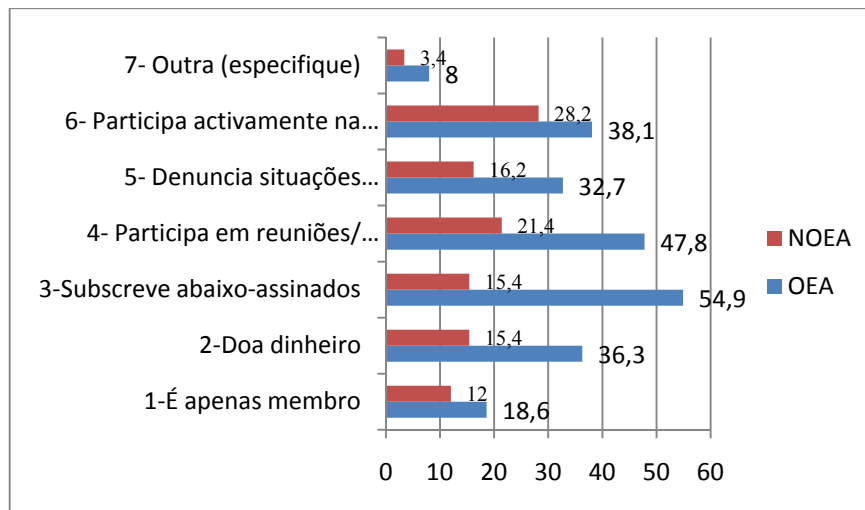


Figura 5: Formas de envolvimento, em percentagem, nas associações

(n = (NOEA) - 117; n = (não membros de uma OEA) - 113).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações do “grau de envolvimento” nas associações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião.

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem:

- Seja apenas membro, entre os respondentes que trabalham menos horas (até 44 h) ($\chi^2 (1) = 5,783; p = 0,016$);

- Denuncie situações irregulares, entre os homens ($\chi^2 (1) = 10,317; p = 0,001$);

- Participe activamente na organização de actividades, entre os que têm 30 ou mais anos de idade ($\chi^2 (1) = 7,215; p = 0,007$), os homens ($\chi^2 (1) = 7,168; p = 0,007$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2 (1) = 3,883; p = 0,049$);

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem:

- Seja apenas membro, entre os isolados (solteiros, divorciados, separados, e viúvos) ($p = 0,018$, Fisher);

- Doe dinheiro, entre os que têm 30 ou mais anos de idade ($\chi^2(1) = 6,648; p = 0,010$), os que trabalham a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 8,892; p = 0,003$) e os praticantes das diversas religiões ($\chi^2(1) = 3,909; p = 0,048$);

- Subscreva abaixo – assinados, entre os que têm 30 ou mais anos de idade ($\chi^2(1) = 9,57; p = 0,020$), os que têm como habilitação um curso superior ($\chi^2(1) = 15,941; p = 0,000$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 8,892; p = 0,003$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($p = 0,002$, Fisher), os situados à esquerda do espectro político ($\chi^2(1) = 11,116; p = 0,001$) e os que não seguem nenhuma religião ($p = 0,037$, Fisher);

- Denuncie situações irregulares, entre os que têm 30 ou mais anos de idade ($\chi^2(1) = 5,281; p = 0,022$), os casados e os que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 5,056; p = 0,025$) e os posicionados à esquerda ($\chi^2(1) = 3,838; p = 0,05$);

- Participe activamente na organização de actividades, entre respondentes do sexo masculino ($\chi^2(1) = 4,095; p = 0,043$);

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que sempre que existe uma relação entre as diversas formas de envolvimento numa associação e as variáveis de caracterização pessoal, aquele é maior para os indivíduos do sexo masculino, os que têm idade igual ou superior a 30 anos, num caso os casados ou que vivem em união de facto, os que exercem profissão a tempo inteiro, num caso os que tinham como habilitação o ensino superior, os que não seguem nenhuma religião, num caso os que têm uma profissão ligada ao ensino e os politicamente posicionados à esquerda. Fugindo um pouco “à regra” está a situação dos praticantes das diversas religiões que doam dinheiro e os que trabalham 44 ou menos horas e os isolados que são apenas membros das associações, o que nos parece contraditório já que aparentemente estes deveriam ter mais disponibilidade de tempo para ter uma participação mais activa.

A corroborar o observado no parágrafo anterior, Rocha, Medeiros e Diogo (1995) num estudo sobre a juventude açoriana concluíram que a participação masculina é maior que a feminina e Borralho (2000) acrescenta que “mesmo quando essa participação se realiza, faz-se sobretudo, como ocupação esporádica e em associações que parecem apelar mais à filiação do que à acção empenhada e constante” (p. 6).

Em termos gerais, analisando os resultados obtidos somos levados a concluir que os membros de uma OEA envolvem-se mais nas suas associações do que os não membros. Esta conclusão pode ser explicada pelo facto de uma OEA ser na sua essência uma associação de voluntariado social e não ser uma associação prestadora de serviços aos seus membros. Com efeito, Ferreira (2008), num estudo sobre o associativismo e a cultura cívica dos jovens, refere que as associações prestadoras de “serviços” “revelam-se menos eficazes na promoção do sentido das responsabilidades e obrigações colectivas” (p. 124) e que “a prática do voluntariado social insere o jovem no espaço público mais amplo” (p. 124), quer no que diz respeito ao seu envolvimento político quer comunitário.

1.4- Formas de Participação nas Questões Ambientais

Depois de se conhecer o envolvimento nas associações, como se pretende entender melhor as atitudes ambientais de dois grupos de açorianos, os membros de uma OEA e os não membros, analisou-se diferentes formas de participação nas questões ambientais nos últimos cinco anos.

Os dados expostos na figura 6 permitem verificar que as formas de participação mais praticadas foram, para os membros de uma OEA, “assinou uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental” (66,4%), “comprou deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais” (61,1%) e “não adquiriu certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc..)” (57,5%). As formas menos praticadas

foram: “participou numa manifestação sobre uma questão ambiental” (11,5%) e “contactou jornais, rádios ou televisões” (25,7%).

Para os NOEA, as formas de participação mais praticadas foram “assinou uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental” (39,3%), “não adquiriu certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc..)” (37,6%) e “comprou deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais” (35,0%), enquanto que as menos praticadas foram “deu dinheiro a uma associação ambientalista” e “participou numa manifestação sobre uma questão ambiental”, o que aconteceu, para as duas formas de participação, com apenas 4,3% dos respondentes.

Como seria de esperar, os membros de uma OEA são os que mais participam nas questões ambientais. Assim, excluindo o fazer donativos a uma associação ambientalista em que a diferença é de aproximadamente dez vezes maior, nos restantes casos, os membros de uma OEA têm uma participação duas vezes superior à dos NOEA, sendo que, no que se refere ao contacto com jornais, rádios ou televisões a relação apresentada é aproximadamente 5 vezes superior.

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre as diferentes formas de participação nas questões ambientais e a pertença ou não a uma OEA, tendo-se, chegado à conclusão que havia relativamente a todas as formas de participação. Assim, é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental ($\chi^2(1) = 16,877; p = 0,000$), doe dinheiro a uma associação ambientalista ($\chi^2(1) = 50,484; p = 0,000$), participe numa manifestação sobre uma questão ambiental ($\chi^2(1) = 4,249; p = 0,039$), faça uma reclamação, uma denúncia ou apresente uma sugestão junto das entidades responsáveis pelo ambiente (governo ou autarquias) ($\chi^2(1) = 12,302; p = 0,000$), contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias sobre questões ambientais) ($\chi^2(1) = 18,789; p = 0,000$), compre deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais ($\chi^2(1) = 15,596; p = 0,000$) e não adquira certos produtos de consumo por razões

éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc..) ($\chi^2 (1) = 9,144; p = 0,002$).

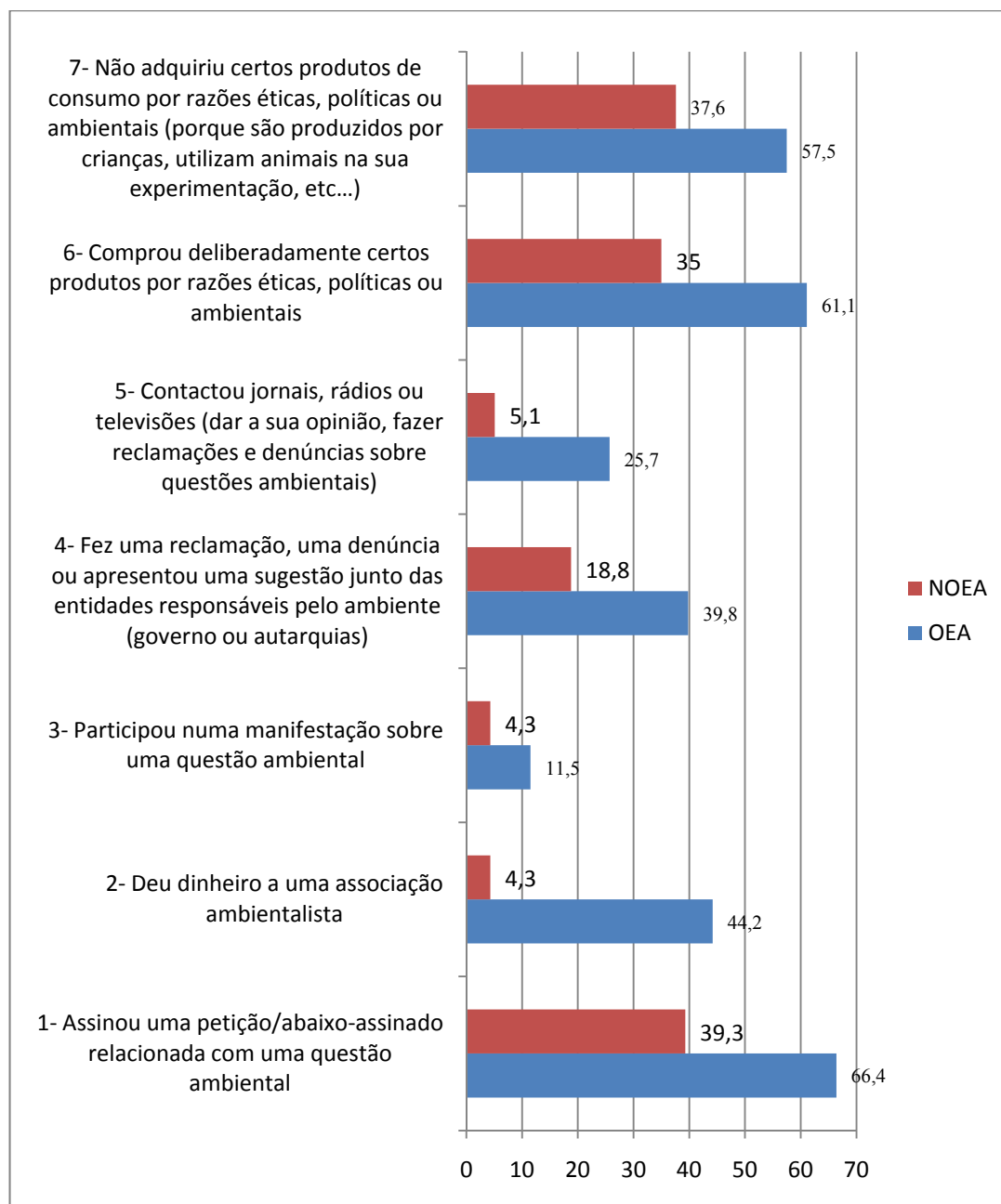


Figura 6: Formas de participação, em percentagem, nas questões ambientais nos últimos cinco anos (n = (NOEA) - 117; n = (membros de uma OEA) - 113).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações das diferentes formas de participação nas questões ambientais com o sexo, idade, estado civil, grau de

escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião.

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem:

- Assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental, entre os que trabalham 45 ou mais horas, em média, por semana ($\chi^2(1) = 6,972; p = 0,008$);

- Doe dinheiro a uma associação ambientalista, entre os respondentes que possuem um curso superior ($\chi^2(1) = 7,806; p = 0,005$), os politicamente situados à esquerda ($\chi^2(1) = 6,996; p = 0,008$), os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 5,001; p = 0,025$) e os praticantes de uma religião ($\chi^2(1) = 3,872; p = 0,049$);

- Participe numa manifestação sobre uma questão ambiental, entre os que possuem curso superior ($p = 0,018$, Fisher);

- Faça uma reclamação, uma denúncia ou apresente uma sugestão junto das entidades responsáveis pelo ambiente (governo ou autarquias), entre os indivíduos do sexo masculino ($\chi^2(1) = 5,150; p = 0,023$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 6,627; p = 0,010$);

- Contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias sobre questões ambientais), entre os homens ($\chi^2(1) = 6,943; p = 0,008$), os pertencentes ao grupo dos que trabalham a tempo parcial, se ocupam das tarefas do lar, estudantes, reformados e desempregados ($\chi^2(1) = 4,763; p = 0,029$) e os que não professam nenhuma religião ($\chi^2(1) = 10,286; p = 0,001$);

- Não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.), entre os respondentes que têm um curso superior ($\chi^2(1) =$

6,574; $p = 0,010$), os que não professam nenhuma religião ($\chi^2(1) = 4,725$; $p = 0,030$) e os que trabalham mais de 44 horas semanais ($\chi^2(1) = 5,956$; $p = 0,015$);

Para os NOEA é mais frequente encontrar quem:

- Assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental, entre os que têm um curso superior ($\chi^2(1) = 9,336$; $p = 0,002$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 9,357$; $p = 0,002$), os posicionados à esquerda (do centro esquerda à extrema esquerda) ($\chi^2(1) = 7,945$; $p = 0,005$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 7,997$; $p = 0,005$);

- Participe numa manifestação sobre uma questão ambiental, entre os que não seguem nenhuma religião ($p = 0,032$, Fisher);

- Compre deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais, entre os respondentes com curso superior ($\chi^2(1) = 10,862$; $p = 0,001$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 7,674$; $p = 0,006$), os que se posicionam mais à esquerda ($\chi^2(1) = 4,323$; $p = 0,038$) e os que não professam nenhuma religião ($\chi^2(1) = 14,912$; $p = 0,000$);

- Não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.), entre os respondentes que têm um curso superior ($\chi^2(1) = 13,038$; $p = 0,000$), os que não professam nenhuma religião ($\chi^2(1) = 16,497$; $p = 0,000$), os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 8,138$; $p = 0,004$) e os que se posicionam mais à esquerda ($\chi^2(1) = 7,139$; $p = 0,008$).

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que sempre que existe uma relação entre as diversas formas de participação nas questões ambientais e as variáveis de caracterização pessoal, aquela é maior para os indivíduos do sexo masculino, num caso, os que exercem profissão a tempo parcial, os que se ocupam das tarefas do lar, os estudantes, reformados ou desempregados, os que têm como

habilitação o ensino superior, os que não seguem nenhuma religião (em todas as formas), os que têm uma profissão ligada ao ensino, os politicamente posicionados à esquerda e os que trabalhavam 45 horas e mais, em média, por semana.

Estes resultados, nomeadamente no que diz respeito à escolaridade, à posição política e à religião estão de acordo, se extrapolarmos do associativismo para a participação, com o que afirma Cruz (1995) quando menciona o facto de aquela aumentar com o nível de instrução e com o “ateísmo” e o “laicismo”.

1.5- Razões para a não participação

Sabendo-se que, no nosso país, a participação social e política é inferior à da maioria das demais sociedades europeias, tentou-se averiguar as principais razões para a fraca participação cívica dos portugueses.

Os dados apresentados nas figuras 7, 8 e 9 permitem verificar que, para os membros de uma OEA, a “ausência de cultura cívica” é a categoria onde se insere a maioria das respostas. Assim, para a primeira razão o valor obtido foi 42,5%, para a segunda 47,8% e para a terceira 35,4%. A segunda categoria foi “debilidades do sistema político”, sendo os valores obtidos os seguintes: para a primeira razão 28,3%, para a segunda 21,2% e para a terceira 25,7%. Em terceiro lugar foi escolhida a categoria “ausência de formação/informação”, sendo os valores obtidos 17,7%, 13,3% e 8,8%, respectivamente para a primeira, segunda e terceira razões.

Para os NOEA, também é a “ausência de cultura cívica” a categoria onde se insere a maioria das respostas. Assim, para a primeira razão o valor obtido foi 31,6%, para a segunda 28,2% e para a terceira 24,8%. A segunda categoria foi “debilidades do sistema político”, sendo os valores obtidos os seguintes: para a primeira razão 26,5%, para a segunda 20,5% e para a terceira 12,8%. Em terceiro lugar foi escolhida a categoria “ausência de formação/informação”, sendo os

valores obtidos 17,1%, 16,2% e 7,7%, respectivamente para a primeira, segunda e terceira razões.

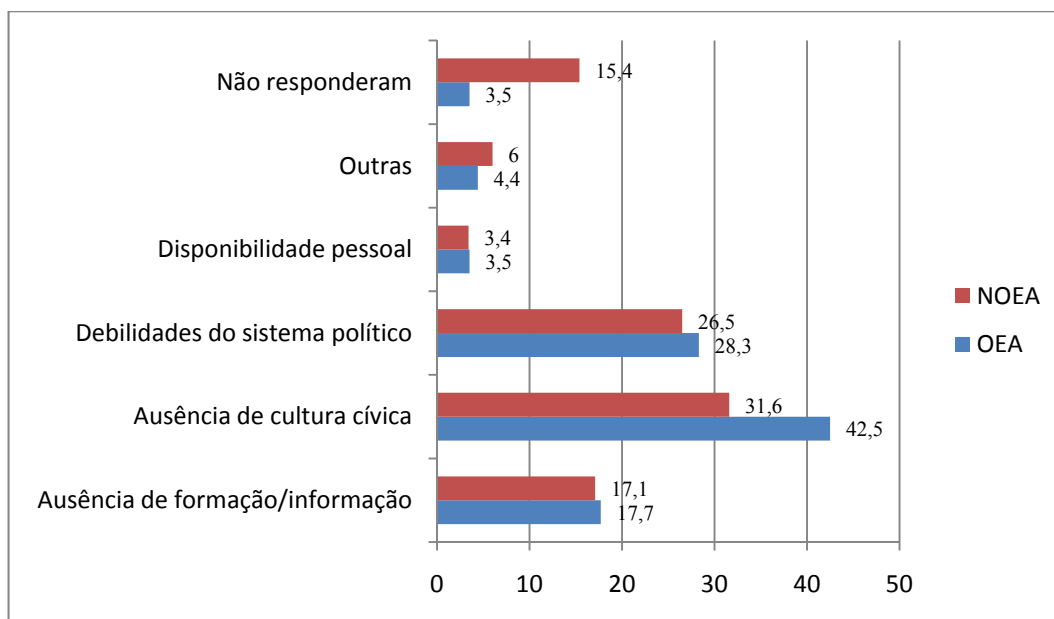


Figura 7: 1ª Razão para a não participação, em percentagem

(n = (NOEA) - 117; n = (membros de uma OEA) - 113).

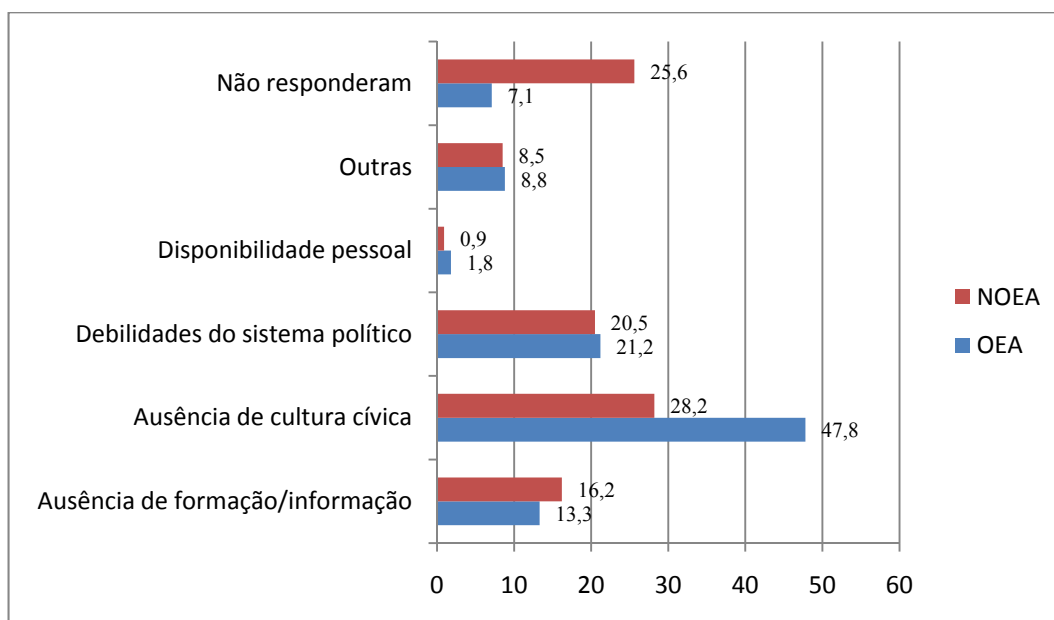


Figura 8: 2ª Razão para a não participação, em percentagem.

(n = (NOEA) - 117; n = (membros de uma OEA) - 113).

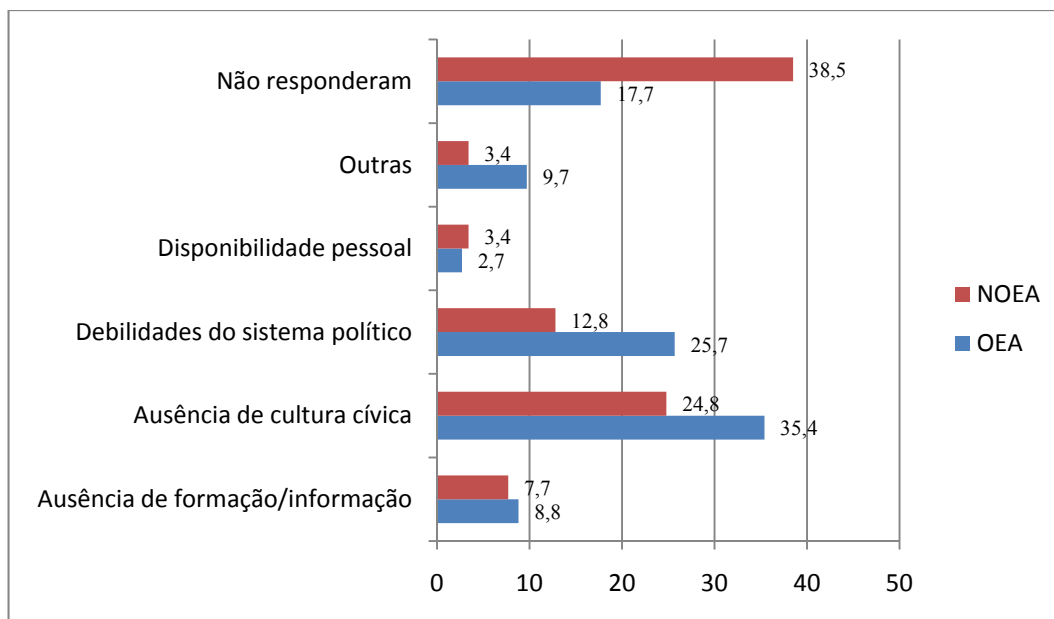


Figura 9: 3ª Razão para a não participação, em percentagem.

(n = (NOEA) - 117; n = (membros de uma OEA) - 113).

Comparando os resultados de ambos os grupos, verifica-se que embora com diferenças percentuais, já referidas, as razões para a não participação são as mesmas, isto é, em primeiro lugar está a “ausência de cultura cívica”, em segundo “debilidades do sistema político” e em terceiro “ausência de formação/informação”, ficando em último lugar a categoria “disponibilidade pessoal”, com valores muito semelhantes para membros e não membros de uma OEA.

No que diz respeito à não participação por falta de disponibilidade pessoal, os valores obtidos são muito diferentes dos dados recolhidos por Rocha, Medeiros, Tomás, Madeira e Borralho (1995). Assim, para as mulheres açorianas a principal razão para o não associativismo/ não participação é “não tenho disponibilidade”, com 31,4% das respostas.

No que toca às “debilidades do sistema político”, as respostas que obtivemos vão ao encontro das razões, apontadas por Cruz (1995), para um baixo associativismo e um fraco activismo: “uma deficiente e cada vez menor confiança nas instituições, e uma consciência muito generalizada de impotência perante elas, sobretudo perante as instituições de decisão política” (p. 303). Ainda no que diz

respeito a esta categoria, Cruz (1995) refere que a menor mobilização política está associada à “crescente pragmatização da vida política, e também pela sua transformação no sentido da progressiva pessoalização e espetacularização” (p. 315), sendo outra razão para o desencorajar a participação política a “crescente partidocracia” (p. 316). No mesmo sentido de Cruz (1995), Baquero (2008) afirma que surgiu o denominado “mercado de desencanto”, sobretudo “com a política e os políticos” que “tem gerado sociedades desmobilizadas e apáticas” (p. 93).

1.6- Voluntariado Ambiental

1.6.1- Quem são os voluntários ambientais?

Depois de conhecidas as razões para a não participação, tentou-se conhecer melhor quem mais participa nas OEA, através do seu trabalho em regime de voluntariado.

Dos 113 membros pertencentes a uma OEA, 41 (36,3%) disseram que eram voluntários numa associação.

Relativamente à idade, de acordo com a figura 10, 73,2% dos voluntários têm uma idade igual ou superior a 30 anos, os restantes, 26,8%, têm menos de 30 anos.

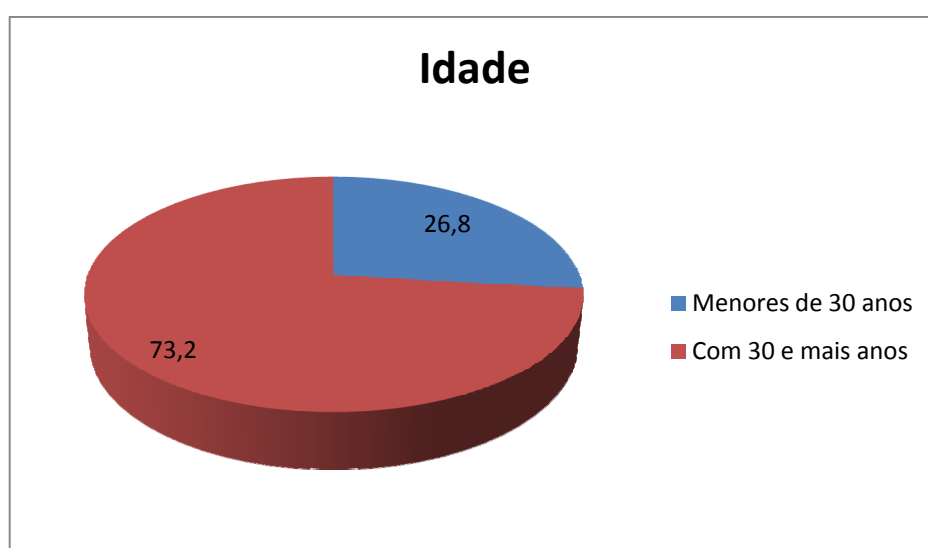


Figura 10: Distribuição dos voluntários, em percentagem, por idades (n = 41).

A figura 11 ilustra a distribuição dos voluntários por sexo. Assim, 16 dos 41 voluntários são do sexo feminino (39%) e 25 do masculino (61%).

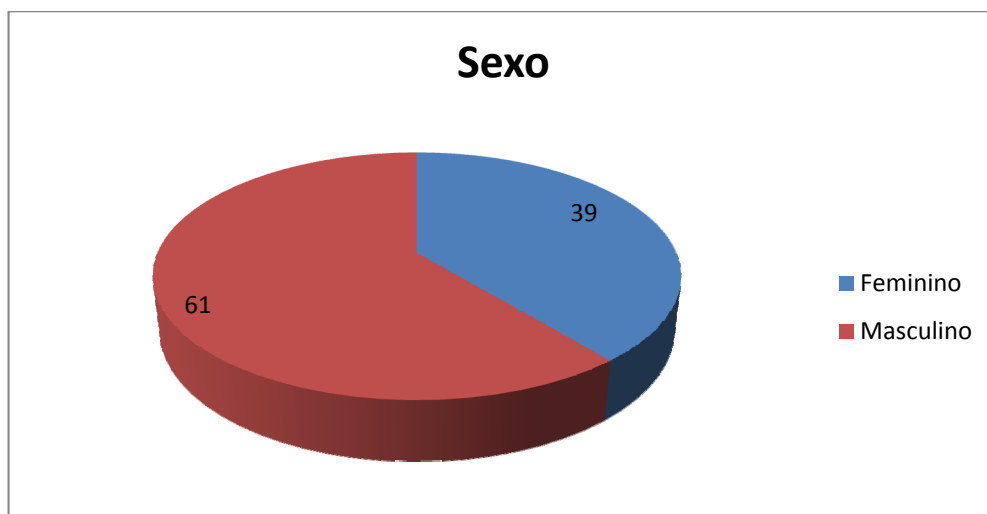


Figura 11: Distribuição dos voluntários, em percentagem, por sexo (n = 41).

Relativamente ao estado civil dos 41 voluntários, como se pode observar através da figura 12, a situação é a seguinte: 63,4% são casados ou vivem em união de facto e 36,6% são solteiros ou divorciados.

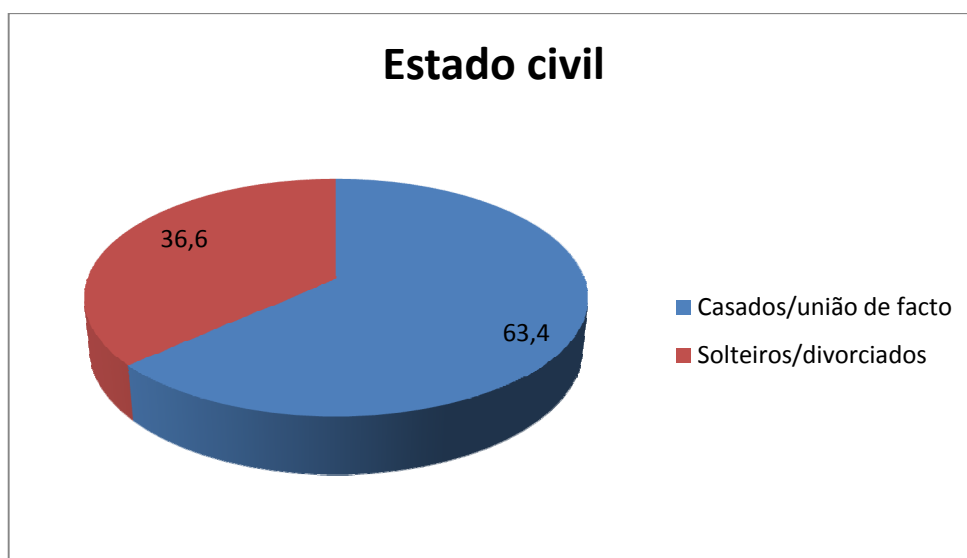


Figura 12: Distribuição dos voluntários, em percentagem, por estado civil (n = 41)

No que diz respeito às habilitações literárias, como se pode concluir através da análise da figura 13, 75,6% dos voluntários têm como habilitação o ensino superior e 24,4% possuem o ensino secundário ou o ensino médio ou pós secundário.

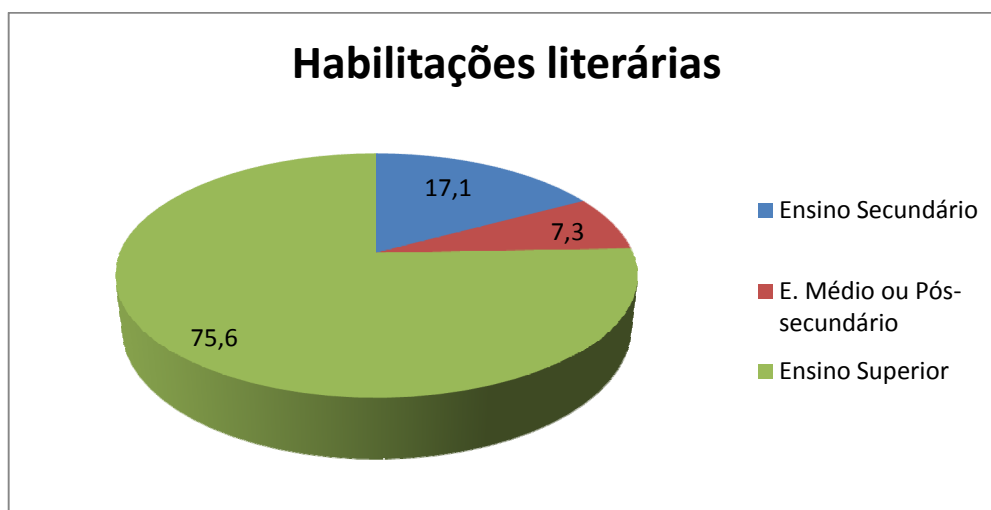


Figura 13: Distribuição dos voluntários, em percentagem, pelo grau de escolaridade (n = 41)

A análise da figura 14 permite concluir que a esmagadora maioria dos 41 voluntários (82,9%) exerce profissão a tempo inteiro. Nenhum dos voluntários ocupa-se das tarefas do lar ou é estudante.

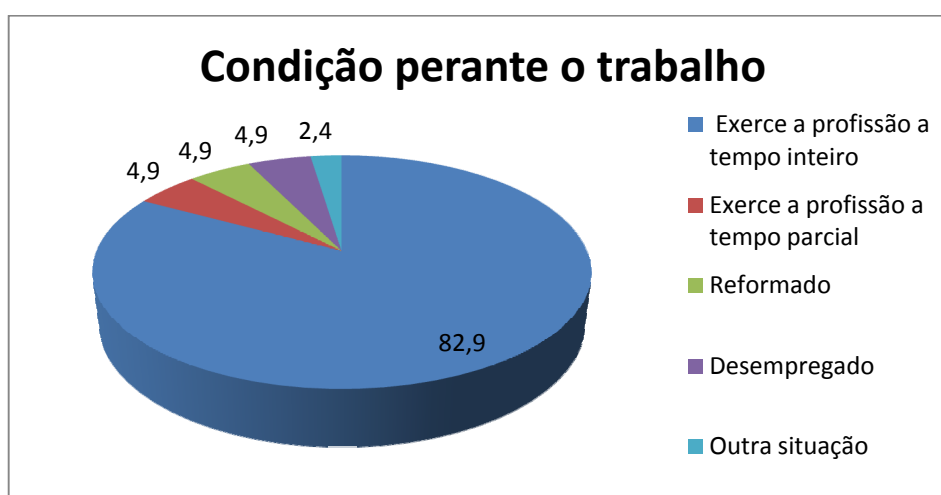


Figura 14: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com a sua condição perante o trabalho (n = 41).

A esmagadora maioria dos voluntários, tal como se pode ver através da leitura da figura 15, (83,0%) trabalha em média 35 e mais horas por semana e apenas 9,7% trabalha, em média, por semana um menor número de horas do que as referidas.

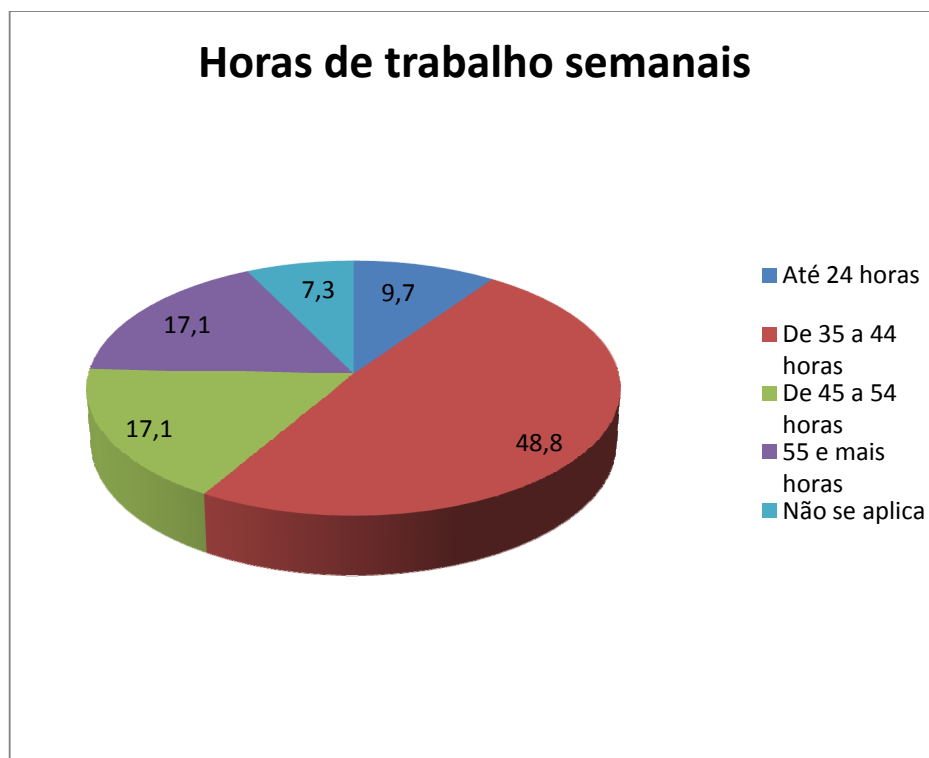


Figura 15: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com as horas de trabalho semanais (n = 41)

Na figura 16 apresenta-se a situação dos voluntários no que às suas profissões diz respeito. Assim, a situação é a seguinte: 25 dos 41 voluntários (61%) pertencem ao grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas e como segundo grupo com maior número de voluntários está o dos técnicos e profissionais de nível intermédio, com 19,5% do total. Relativamente à profissão exercida, 18 voluntários (19,3%) têm uma ligada ao ensino.

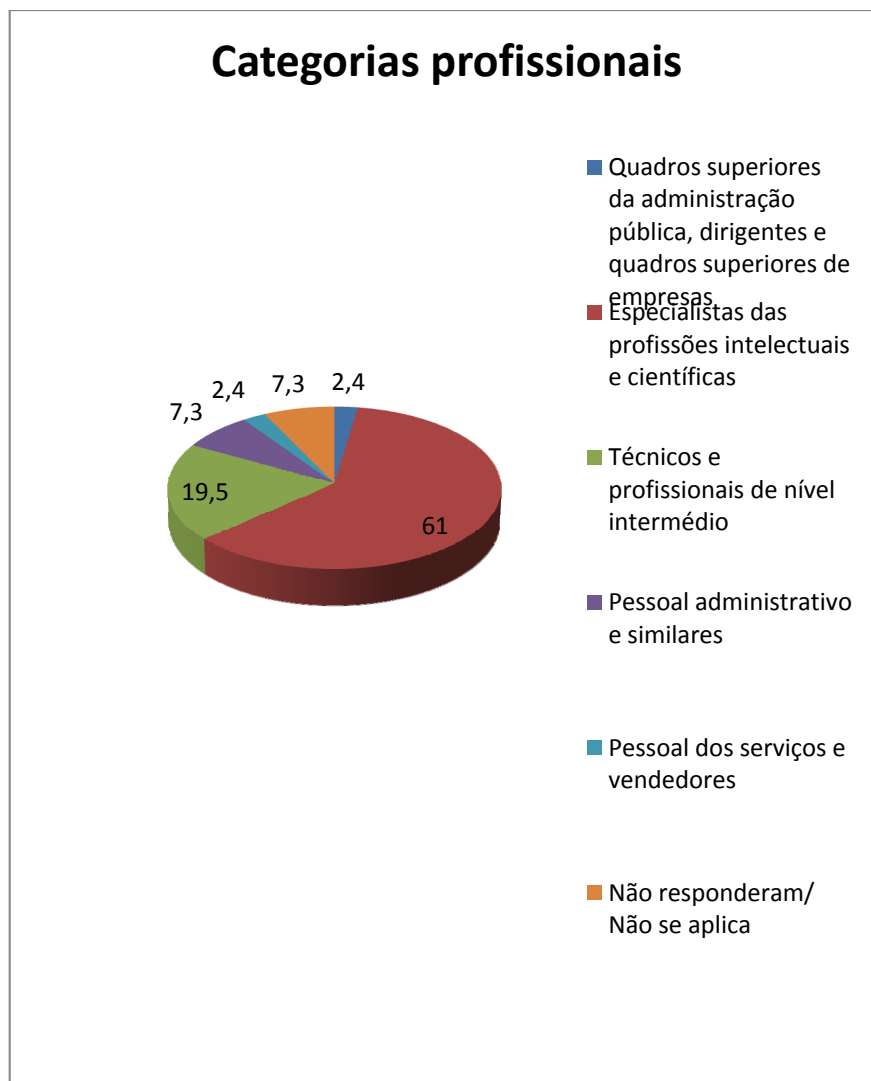


Figura 16: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com a categoria profissional (n = 41).

No que concerne às posições políticas dos voluntários, tal como se pode concluir, através da análise da figura 17, a maioria (70,7%) posiciona-se à esquerda (do centro esquerda à extrema-esquerda), sendo o grupo maior, o dos posicionados à esquerda, com um valor de 34,1%.

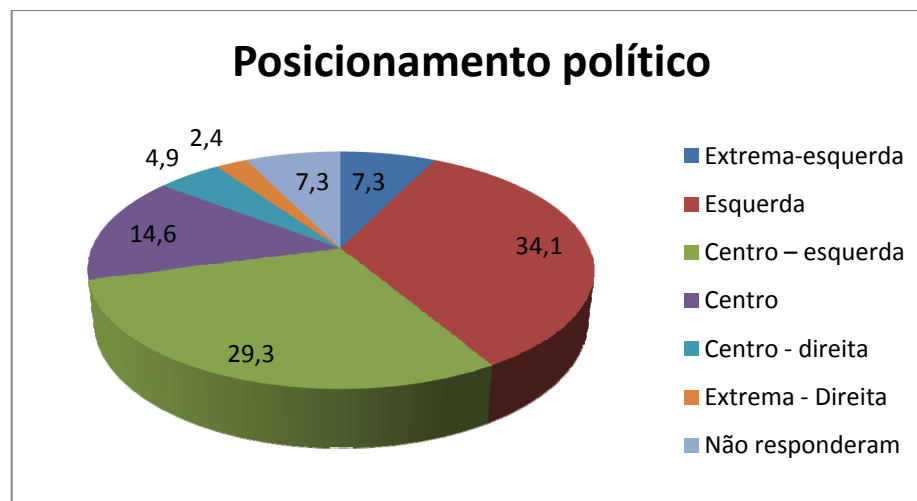


Figura 17: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com o posicionamento político (n = 41)

Como se pode concluir a partir dos dados da figura 18, relativamente à religião actual dos respondentes, a maioria dos voluntários professam uma religião 65,9% (61,0%, eram católicos e 4,9% eram protestantes). Através dos dados apresentados na figura 19 ficou-se a saber que dos 26 voluntários que professam uma religião, 46,2% disseram que eram praticantes e 53,8% eram não praticantes.

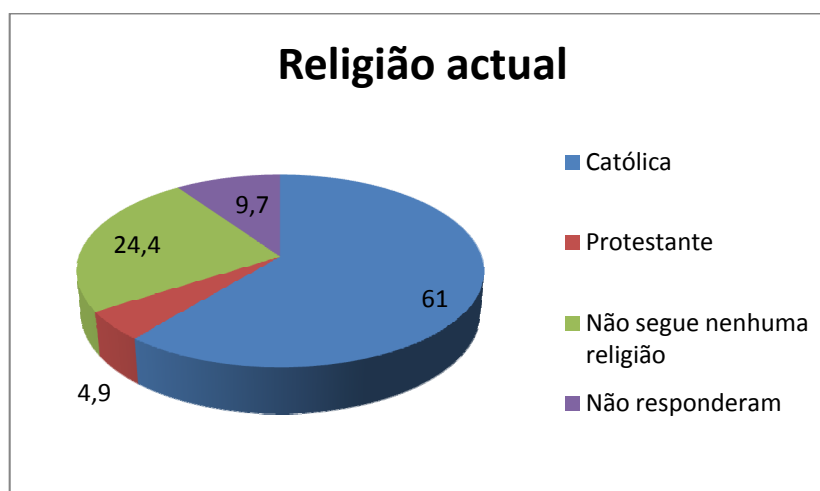


Figura 18: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com a religião actual (n = 41)

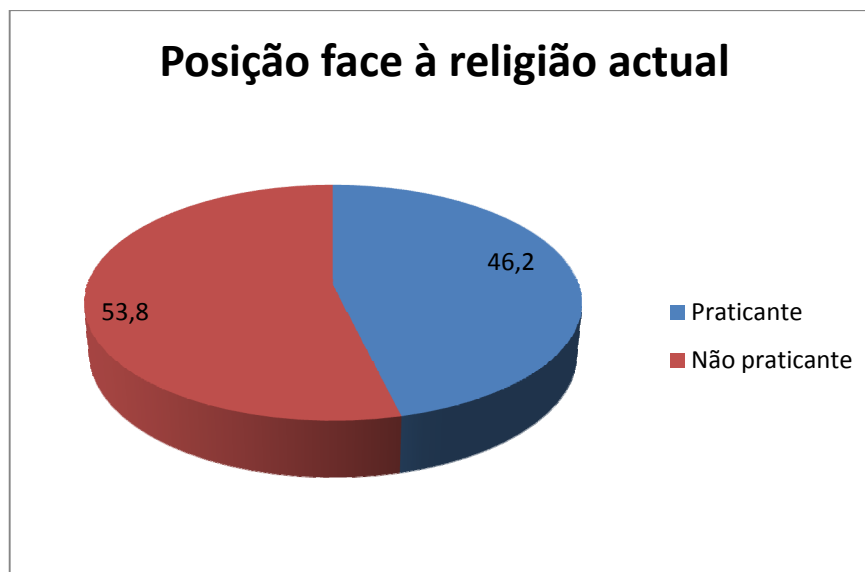


Figura 19: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo com posição face à religião actual (n = 26)

Em relação à permanência como voluntário, através dos dados expostos na figura 20 concluiu-se que o maior número é o de quem é voluntário há menos de 5 anos, (40,5% dos 37 respondentes). A análise das respostas permite, também, concluir que é elevado o número de pessoas que são voluntárias há 6 e mais anos, 22 (59,5% dos respondentes).

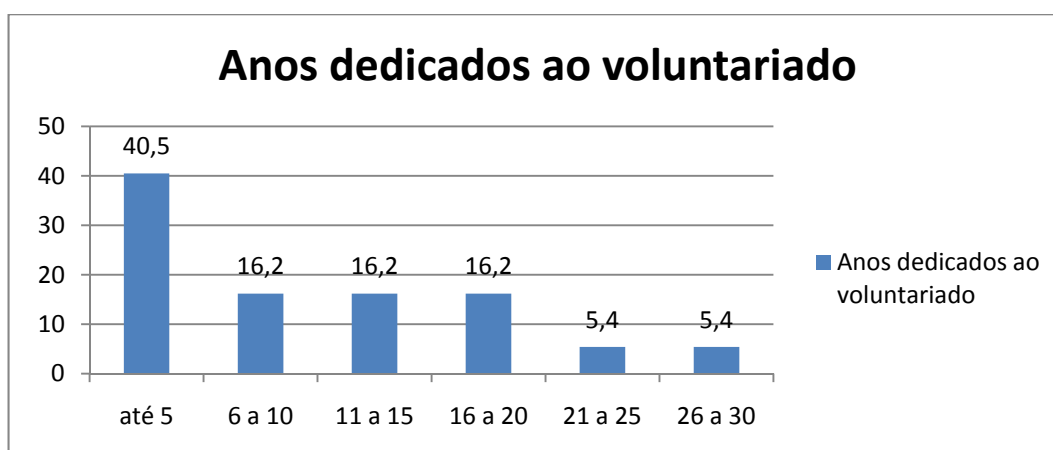


Figura 20: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo os anos dedicados ao voluntariado (n = 37)

Relativamente ao número de horas anuais dedicadas ao voluntariado, como se pode concluir a partir da análise da figura 21, a maioria, 29 (76,3%) dos 38 voluntários que responderam a esta questão, dedica até 300 horas anuais. O número de horas mais baixo (8 h) foi indicado por um voluntário e o mais alto (1560 h) foi também o mencionado por outro voluntário.

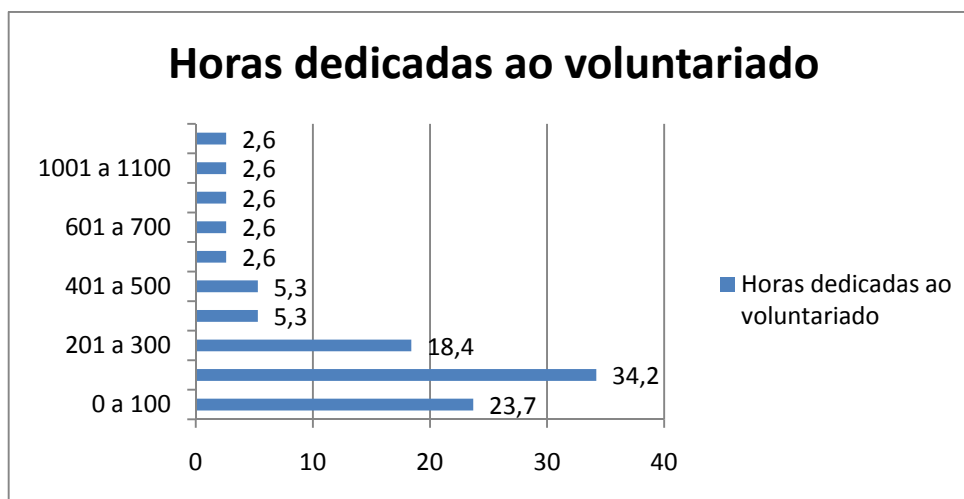


Figura 21: Distribuição dos voluntários, em percentagem, de acordo as horas dedicadas ao voluntariado (n = 38)

Procurou-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião e o exercício do voluntariado, tendo-se verificado que tal acontecia apenas com o posicionamento político. Assim, é mais frequente encontrar voluntários entre os membros de uma OEA que se posicionam politicamente no espaço que vai do centro esquerda à extrema-esquerda ($\chi^2(2) = 12,165; p = 0,000$).

O mesmo foi feito para a permanência no voluntariado, tendo-se concluído que é mais frequente encontrar quem seja voluntário há dez ou mais anos, entre os casados e os que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 8,553; p = 0,003$) e os que têm uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 4,359; p = 0,037$).

Em termos gerais, pode-se afirmar que a amostra de voluntários é composta essencialmente por homens, com idade igual ou superior a 30 anos (a média de

idades é 42,3 anos), casados ou que vivem em união de facto, tendo como grau de escolaridade o ensino superior, exercem a profissão a tempo inteiro, a maioria exerce uma profissão incluída no grupo dos especialistas, posiciona-se à esquerda (do centro esquerda à extrema-esquerda) e professa uma religião, mas não a pratica, trabalha como voluntário há mais de seis anos e dedicam, ao voluntariado, em média, até 300 horas anuais.

Estes resultados são semelhantes aos obtidos por León (2002) que estudou o voluntariado ecologista em Espanha, no que diz respeito às idades, ao grau de ensino e à situação face ao trabalho.

As diferenças dizem respeito ao estado civil e à religião professada. Com efeito, em Espanha a maioria dos voluntários ecologistas não eram casados e apenas cerca da metade dos voluntários eram crentes.

Os resultados obtidos estão de acordo com Smith (1994, cit. in León, 2002) que encontrou como variável preditora do voluntariado um elevado nível educativo e que concluiu, também, que a possibilidade de participar em actividades voluntárias é maior entre os casados. León (2002) também refere que vários autores encontraram a religiosidade como preditora do voluntariado.

Estes resultados, também, parecem estar de acordo com os obtidos por León (2002) quando a autora se refere ao facto dos voluntários ecologistas serem, quando comparados com outros, os que permanecem como tal durante mais tempo.

1.6.2 - Razões para o voluntariado ambiental

Também, se pretendeu conhecer as razões que levam as pessoas a fazer trabalho voluntariado. Os dados apresentados na figura 22 permitem concluir que como primeira razão estão a auto-realização e o impacto social, ambas as categorias com 31,7%, e depois a solidariedade, com 9,8% das respostas. No que diz respeito à segunda razão apontada, a categoria mais escolhida foi a auto-realização (36,6%), seguida do impacto social (29,3%) e em terceiro lugar a solidariedade, com 12,2%

das respostas. Por último, como terceira razão, a categoria que mereceu mais escolhas foi a auto-realização, com 31,7%, em segundo lugar, o impacto social (24,3%) e em terceiro lugar, com 12,2% das escolhas, a solidariedade e as experiências grupais.

Em síntese, pode-se concluir que a principal razão apontada para o trabalho voluntário é a auto-realização, a segunda, o impacto social, a terceira é a solidariedade e em último lugar surgem as experiências grupais.

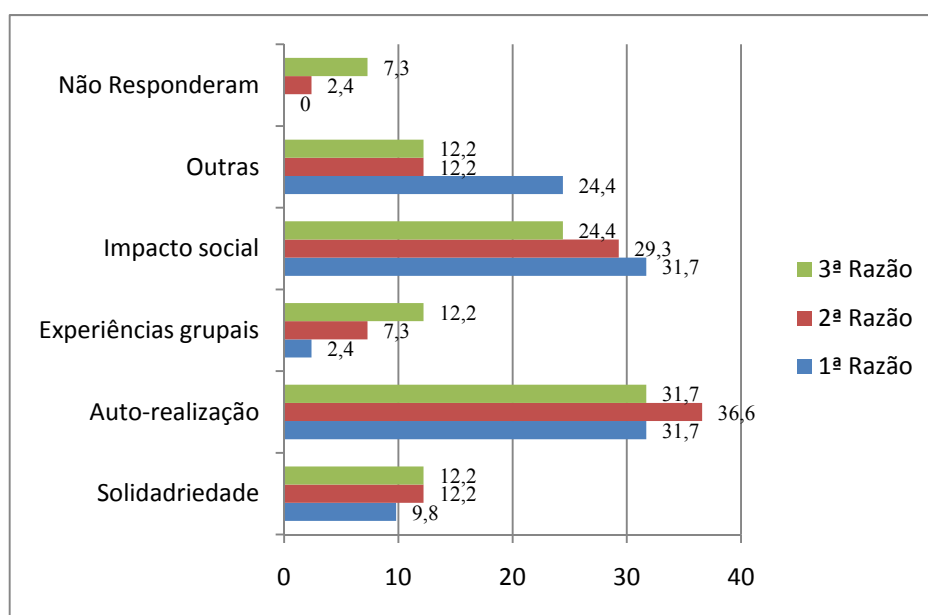


Figura 22: Razões para o voluntariado, em percentagem (n = 41)

1.6.3- Incentivos recebidos e satisfação

Procurou-se, ainda no que diz respeito aos voluntários, saber que incentivos receberam por parte da sua associação e qual o grau de satisfação com os mesmos.

Através dos dados expostos na figura 23, é possível verificar que:

- Os voluntários numa OEA estão na sua maioria muito satisfeitos e totalmente satisfeitos com os “Descontos e/ou oferta de publicações” (56,1%) e com “Participar nas actividades de ar livre (passeios pedestres) e/ou receber publicações sobre a natureza” (68,2%);

- A maioria (51,2%) está também satisfeita, muito satisfeita ou totalmente satisfeita com o “Aparecimento do seu nome em publicações”. O incentivo que maior grau de satisfação obteve foi “Participar nas actividades de ar livre (passeios pedestres) e/ou receber publicações sobre a natureza”, com efeito 90,1% dos respondentes estava satisfeito, muito satisfeito ou totalmente satisfeito;

- A maioria dos inquiridos ou não respondeu ou considerou que não se aplicavam os seguintes incentivos: “Viagens para participar em eventos” (73,1%) e “Cartas de agradecimento” (63,3%).

Em termos globais, podemos concluir que os incentivos em que há maior satisfação são os relacionados com a participação em outras actividades da organização, descontos e/ou ofertas de publicações, o aparecimento do nome em publicações e a participação em conferências.

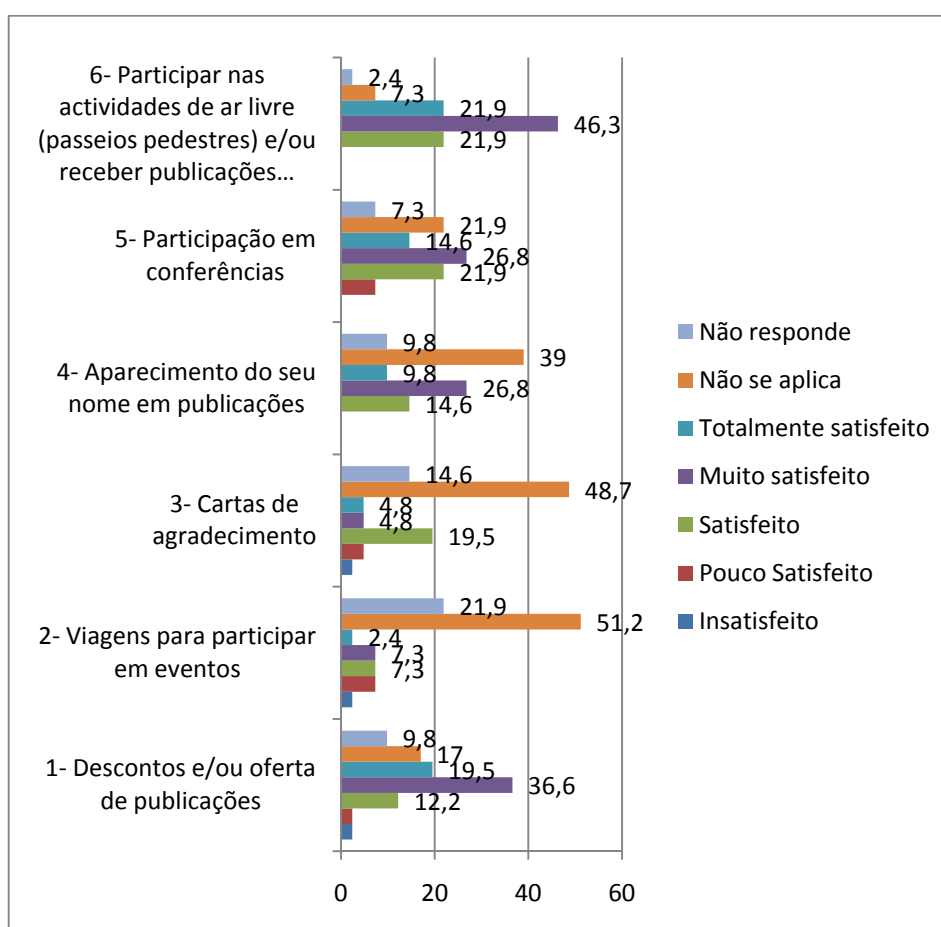


Figura 23: Grau de satisfação com os incentivos, em percentagem (n = 30)

2- Atitudes Ambientais

2.1- Atitudes face à ciência e à fé

A ciência desempenha um papel fundamental tanto na identificação e caracterização dos problemas ambientais como na apresentação de pistas para a sua resolução. Por estas razões considerou-se importante conhecer as atitudes das pessoas face à ciência.

Os dados expostos na figura 24 permitem verificar que há um certo equilíbrio entre o número de pessoas, membros de uma OEA, que concordam totalmente ou que concordam (35,4%), os que não concordam nem discordam (31%) e os que discordam ou discordam totalmente (31,9%) com a frase: “Confiamos demasiado na ciência e não o suficiente na fé e nos sentimentos”.

Apenas um pequeno grupo de membros de uma OEA (12,4%) considera que a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios, enquanto 65,5% discorda ou discorda totalmente.

A maioria dos membros de uma OEA (66,4%) discorda ou discorda totalmente da capacidade da ciência moderna em resolver os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida, apenas 13,3 % concorda que tal seja possível.

Na figura 25, apresentam-se os dados obtidos, relativamente às atitudes face à ciência, a partir das respostas dos NOEA.

Analisando os dados da figura 25, verifica-se que 38,5 % dos NOEA concorda ou concorda totalmente com a frase: “Confiamos demasiado na ciência e não o suficiente na fé e nos sentimentos”, enquanto 27,7% discorda ou discorda totalmente da mesma.

Apenas um pequeno grupo de NOEA (18,8%) considera que a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios, enquanto a maioria (53%) discorda ou discorda totalmente.

45,3% de NOEA discorda ou discorda totalmente da capacidade da ciência moderna resolver os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida, enquanto apenas 28,2% concorda ou concorda totalmente.

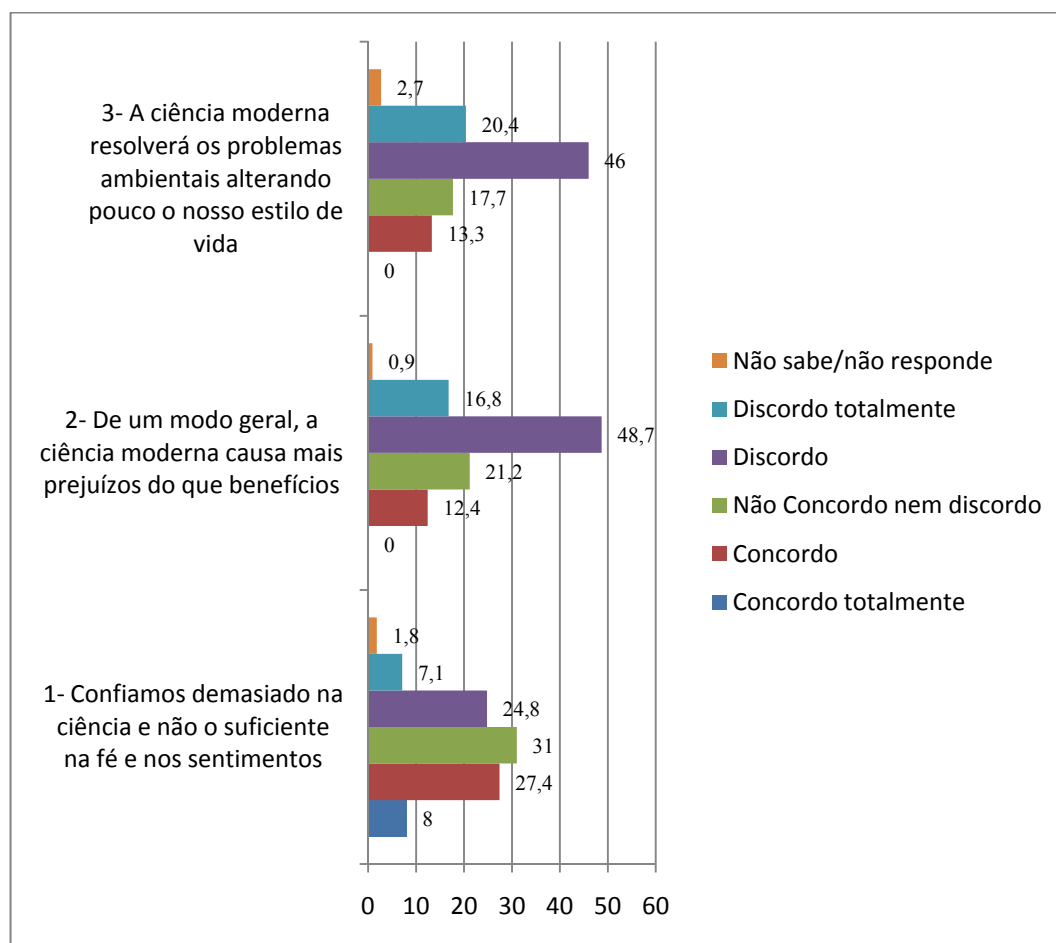


Figura 24: Atitudes face à ciência e à fé, em percentagem (membros de uma OEA) (n = 113)

Comparando as respostas dos dois grupos, conclui-se que é ligeiramente maior a percentagem dos NOEA que concordam ou concordam totalmente com a afirmação “confiamos demasiado na ciência e não o suficiente na fé e nos sentimentos” (38,5% em vez de 35,4% dos membros de uma OEA).

No que diz respeito à afirmação “de um modo geral, a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios”, verifica-se que, embora seja um pequeno número, encontra-se, também, entre os NOEA, quem mais concorde ou concorde totalmente com ela (18,8% para os NOEA e 12,4%, para os membros de uma OEA).

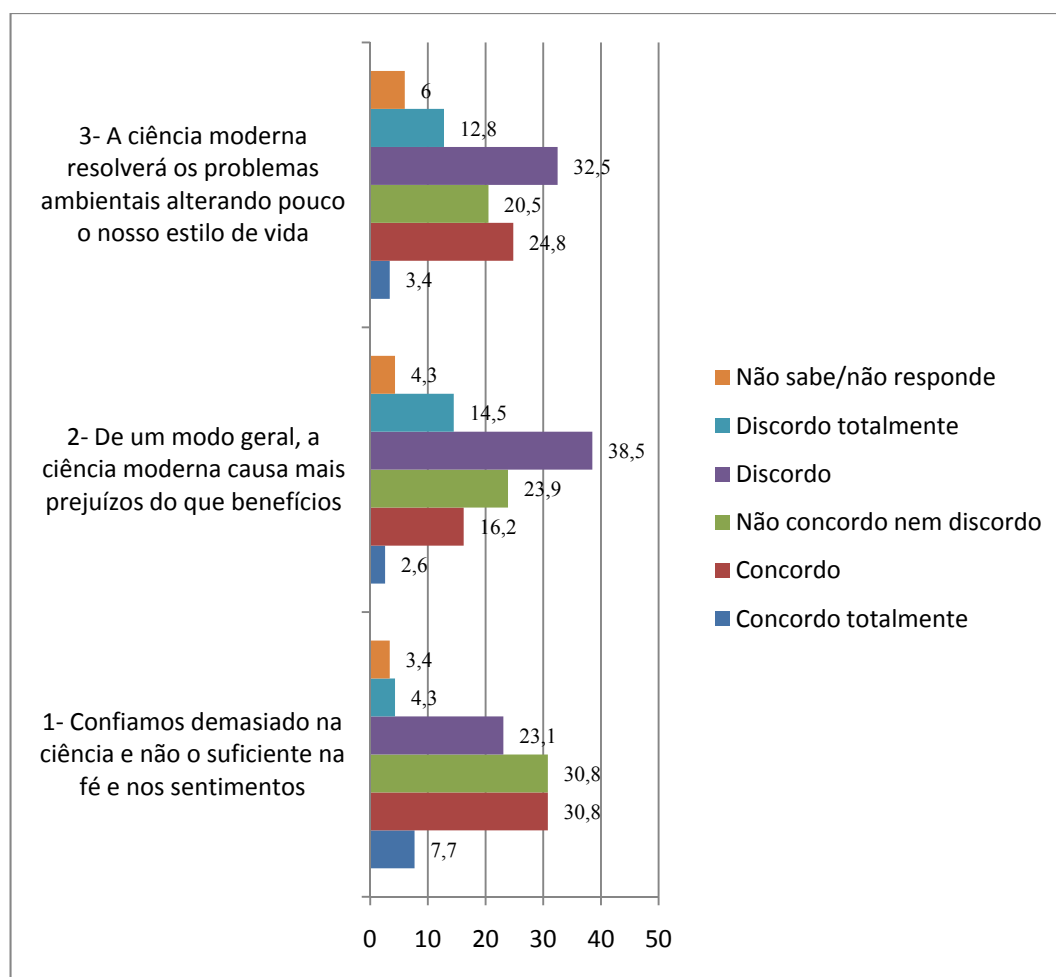


Figura 25: Atitudes face à ciência e à fé, em percentagem (NOEA) (n = 117).

Por último, é maior o número dos NOEA (28,2% em vez de 13,3% dos membros de uma OEA) que concorda ou concorda totalmente com a capacidade da “ciência moderna resolver os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida”.

Estes resultados, são bastante diferentes dos referidos por Gonçalves (2004). Com efeito, enquanto se obteve percentagens inferiores a 20% de concordância (concordo totalmente ou concordo) com a afirmação “de um modo geral, a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios”, em Portugal aquela percentagem era, em 2000, de 41%, na Europa, em 2001, era de 50% e nos EUA, também em 2001, a percentagem era de 28%.

De igual modo, é muito maior (49%), de acordo com “o inquérito às atitudes sociais dos portugueses (ISSP/ICS 2000)” (Gonçalves, 2004, p.77) a percentagem

dos portugueses que concordava ou concordava totalmente com a capacidade da “ciência moderna resolver os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida” do que a se obteve (28,2% para os NOEA e 13,3% para os OEA).

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre as atitudes face à ciência e ser ou não membro de uma OEA, tendo-se chegado à conclusão que é mais frequente encontrar entre os NOEA quem concorde totalmente ou concorde com a afirmação “a ciência moderna resolverá os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida” ($\chi^2(1) = 8,634; p = 0,003$).

De seguida, foi-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião e as atitudes face à ciência.

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem concorde totalmente ou concorde com a frase “a ciência moderna resolverá os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida” entre os que não têm como habilitação um curso superior ($p = 0,022$, Fisher) e os que têm uma profissão não ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 10,641; p = 0,001$).

Todos os membros de uma OEA que não seguem uma religião escolheram, em relação à frase “De um modo geral, a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios” as seguintes três opções: não concordam nem discordam, discordam e discordam totalmente.

Para os NOEA é mais frequente encontrar quem:

- Concorde totalmente ou concorde com a frase “Confiamos demasiado na ciência e não o suficiente na fé e nos sentimentos”, entre os respondentes que têm idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 7,164; p = 0,007$), os que têm como habilitação ensino superior ($\chi^2(1) = 5,601; p = 0,018$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 4,193; p = 0,041$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 4,383; p = 0,036$).

- Concorde totalmente ou concorde com a frase “a ciência moderna resolverá os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida”, entre os que não têm como habilitação um curso superior ($p = 0,027$, Fisher) e os que têm uma profissão não ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 10,641$; $p = 0,001$).

Em síntese, sempre que há relações entre as variáveis, são os respondentes que têm 30 anos ou mais, os que têm ensino superior, os que exercem profissão a tempo inteiro e os que não seguem nenhuma religião quem confia mais na ciência e desvaloriza a fé e os sentimentos. São os que não têm como habilitação o ensino superior e os que não têm uma profissão ligada ao ensino quem mais confia que a ciência moderna tem capacidade para resolver os problemas ambientais sem a necessidade de alterar o nosso estilo de vida e todos os não crentes ou não concordam nem discordam ou discordam do facto da ciência moderna causar mais prejuízos do que benefícios.

2.2 - Atitudes e Valores Ambientais (Escala NEP)

Para melhor conhecer as atitudes ambientais, recorreu-se a uma das escalas mais utilizadas, a escala do novo paradigma ecológico (NEP).

A leitura dos resultados, constantes na figura 26, permite concluir que, de modo geral, todos os respondentes pertencentes a uma OEA aderiram aos valores do NEP, já que em todos os casos o número dos que concordam é sempre superior aos que discordam. Embora tal aconteça, a percentagem de concordância varia muito, desde 47,3% (na afirmação 6.NEP) até 99,1% (na afirmação 9.NEP).

Ainda em relação aos membros de uma OEA, as afirmações nove (9), cinco (5) e sete (7) receberam uma concordância quase generalizada, 99,1%, 97,3% e 96,4%, respectivamente. A única afirmação em que a percentagem de concordância foi inferior a 50% foi a primeira “Estamos a aproximarmo-nos do número máximo de pessoas que a Terra pode suportar” (48,5%)

Os dados expostos na figura 27 permitem verificar que, para o caso dos NOEA, exceptuando as respostas à afirmação 6, em que não é aceite o novo paradigma

ecológico, nos restantes itens a opção é pelos valores do NEP, sendo as afirmações que receberam uma maior concordância as 7, 5 e 9, com 95,5%, 89,5% e 84,8%, respectivamente.

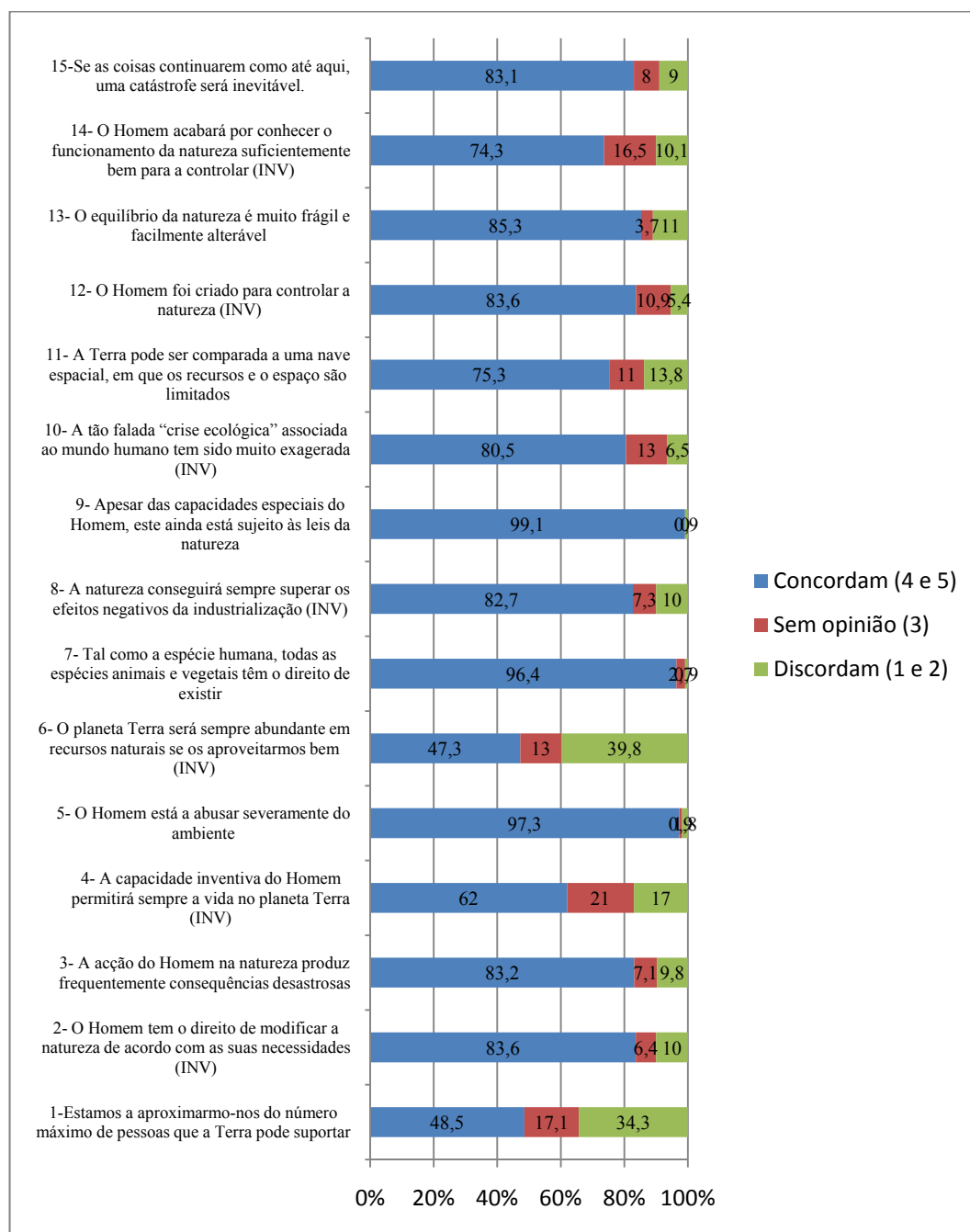


Figura 26: Respostas dos membros de uma OEA, em percentagem, à escala do novo paradigma ecológico (n = 113). (As respostas aos itens ímpares estão recodificadas de modo a que uma maior percentagem corresponde a um maior pro-ambientalismo)

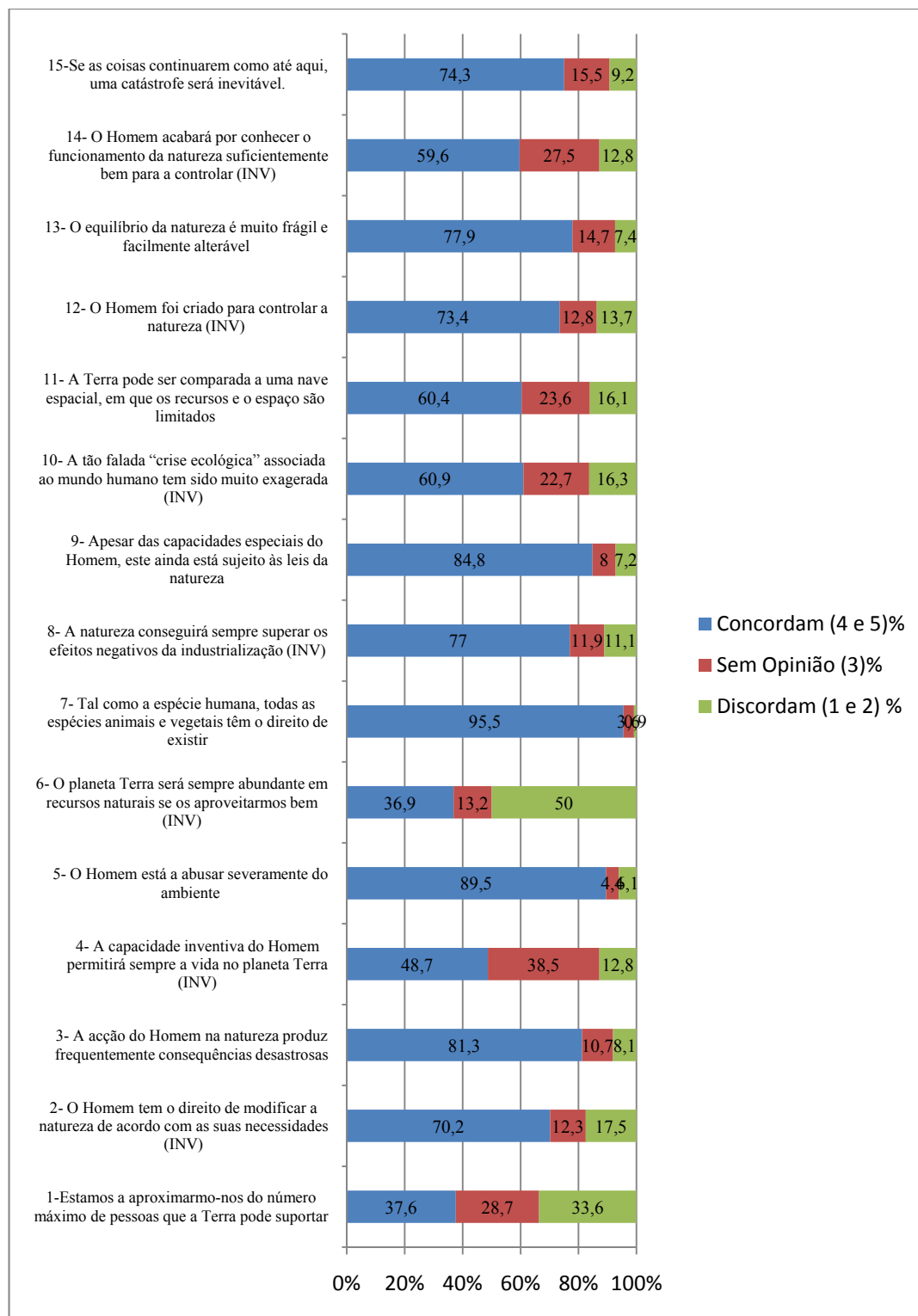


Figura 27: Respostas dos NOEA, em percentagem, à escala do novo paradigma ecológico (n = 117). (As respostas aos itens ímpares estão recodificadas de modo a que uma maior percentagem corresponde a um maior pro-ambientalismo)

Analisando, comparativamente, os dois gráficos, pode-se concluir que entre os não membros de uma OEA é maior o número dos que não têm opinião.

Para uma melhor análise dos resultados, criou-se um índice que aglutinou todas as respostas às quinze asserções da escala NEP e calculou-se a média, como se pode verificar através do quadro 7, tendo-se apurado que a adesão aos valores do NEP é maior entre os membros de uma OEA do que entre os não membros. Com efeito, numa escala com um mínimo de 15 pontos e um máximo de 75 pontos, com a neutralidade a 45 pontos, obteve-se 59,4 pontos para os membros de uma OEA e 57,4 pontos para os não membros de uma OEA.

Quadro 7: Média das Posições dos membros de uma OEA e dos NOEA na Escala NEP

Questões	Média OEA	Média NOEA
1	3,2	3,0
2	4,1	3,8
3	4,1	4,1
4	3,3	3,5
5	4,5	4,3
6	3,2	2,9
7	4,5	4,6
8	4,0	4,0
9	4,4	4,1
10	4,0	3,6
11	3,9	3,6
12	4,3	4,5
13	4,0	4,0
14	3,9	3,6
15	4,0	3,9
Total	59,4	57,4
Média	4,0	3,8

As médias obtidas serviram para comparar os resultados obtidos com os encontrados por Lima e Guerra (2004b) que analisaram as respostas ao II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente, cujo questionário foi aplicado no ano 2000. Assim, para os membros de uma OEA., a média dos valores mencionados foi 4,0 pontos, para os membros de uma OEA, e 3,8 ponto, para os NOEA, o que corresponde a um forte pendor NEP. Com efeito, aqueles autores consideram valores menores que 2,5 como correspondentes a um pendor PSD- Paradigma social dominante, valores entre 2,5 e 3,5 como correspondentes a um médio NEP- Novo paradigma ecológico e superiores a 3,5 correspondentes a um forte pendor NEP.

Embora não seja possível comparar os valores que se obteve, por não serem representativos da população açoriana, verifica-se que os mesmos são bastante diferentes dos analisados por Lima e Guerra (2004b) que afirmaram o seguinte: “os inquiridos açorianos, ao invés, - porventura porque os impactos da sociedade industrial /capitalista são aqui menos evidentes - assumem as posições mais antropocêntricas (30,6% revêem-se no pendor DSP, 55,1% no médio pendor NEP e apenas 2% na posição mais pro-ecológica” (p. 53)

Através dos dados expostos na figura 28, comparou-se os resultados que se obteve e os obtidos por Silva e Gabriel (2007), tendo-se chegado a resultados semelhantes. Isto é, o valor mais baixo da moda foi dois (6.NEP) o que traduz a confiança “na abundância relativa de recursos quando são utilizados de forma racional e alguma descrença no esgotamento dos recursos naturais” (p. 53), o valor da moda mais abundante foi o quatro, em onze dos itens, o que revela uma grande percepção ambiental e em três dos itens o valor da moda foi cinco, o mais alto possível.

A existência em três dos itens de um valor da moda superior aos encontrados por Silva e Gabriel (2007) poderá ser explicado pelo facto de haver diferença nas duas amostras, enquanto a usada neste trabalho era constituída por 230 indivíduos (113 membros de uma OEA e 117 não membros) a das autoras mencionadas era constituída por 600 indivíduos estratificada de acordo com a idade e espaço residencial.

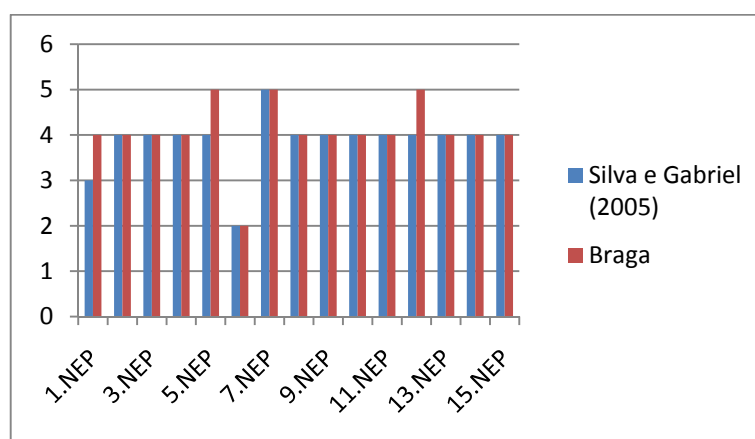


Figura 28: Comparação dos valores das modas para cada uma das quinze afirmações da escala NEP obtidos por Silva & Gabriel (2007) e obtidos no decurso do presente trabalho de investigação.

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre a adesão aos novos valores do NEP e ser ou não membro de uma OEA, tendo-se verificado que embora seja mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem mais adira àqueles valores, a relação não é estatisticamente significativa ($\chi^2(1) = 2,752$; n.s.).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião e a adesão aos valores do NEP, tendo-se verificado que havia apenas uma para o caso do grupo membros de uma OEA e uma para os NOEA. Assim, para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem tenha aderido aos valores do NEP entre os que seguem uma religião mas não a praticam ($p = 0,022$, Fisher), para os NOEA é mais frequente encontrar quem tenha aderido aos valores do NEP entre os respondentes de idade igual ou inferior a 29 anos de idade ($p = 0,012$, Fisher).

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que sempre que existe uma relação entre a adesão aos valores do NEP (concordo ou concordo totalmente) e as variáveis de caracterização pessoal, a adesão é maior para os indivíduos que seguem uma religião mas não a praticam e os que têm uma idade igual ou inferior a 29 anos de idade.

A conclusão que se obteve para os NOEA, isto é, os mais novos são os que mais aderem aos valores do Novo Paradigma Ecológico é semelhante à obtida por Silva e Gabriel (2007), para os Açores e para Castelo Branco, e por Freitas (2007), para a Madeira.

Embora não se tenha encontrado uma relação estatisticamente significativa, tanto Silva e Gabriel (2007), quer para os Açores, quer para Castelo Branco, quer Freitas (2007), para a Madeira, chegaram à conclusão de que quanto maior é o nível de escolaridade maior é a adesão “aos novos valores ecológicos” (p.111).

2.3 - Ameaças Ambientais

Ainda no âmbito da dimensão “Atitudes Ambientais”, procurou-se saber como se posicionavam os respondentes face a um conjunto de ameaças ambientais.

Os dados apresentados na figura 29 permitem verificar que para os membros de uma OEA, as maiores ameaças ambientais são a elevada produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final, com 89,4% dos respondentes a considerar esta ameaça como extremamente perigosa ou muito perigosa para o ambiente, nos Açores. Em segundo lugar, com 85,9% dos respondentes a considerá-los como extremamente perigosos ou muito perigosos para o ambiente estão os pesticidas e adubos químicos usados na agricultura e em terceiro, o aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa, com 83,2%. Embora com a maioria a considerar que é extremamente perigosa ou muito perigosa para o ambiente, a ameaça que foi menos escolhida (64,6%) foi a presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras.

Por seu lado, os dados expostos na figura 30 permitem verificar que para os NOEA, as três maiores ameaças ambientais são, por ordem decrescente da percentagem de respostas: o aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa (82%), os pesticidas e adubos químicos usados na agricultura (68,3%) e a elevada produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final (67,5%). A ameaça em que houve uma menor opção pelas escolhas “perigosa ou muito perigosa para o ambiente” (29,1%), foi a presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras.

Comparando as respostas dos dois grupos, verifica-se que para todas as questões é maior o número de respondentes, NOEA, que assinalou a opção não sabe não responde do que os pertencentes a uma OEA.

Enquanto apenas um número muito reduzido de respondentes, membros de uma OEA, considera que todas as “actividades” referidas são pouco ou nada perigosas para o ambiente, 34,2% dos NOEA consideram a presença nos Açores de espécies

(de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras, pouco ou nada perigosa para o ambiente.

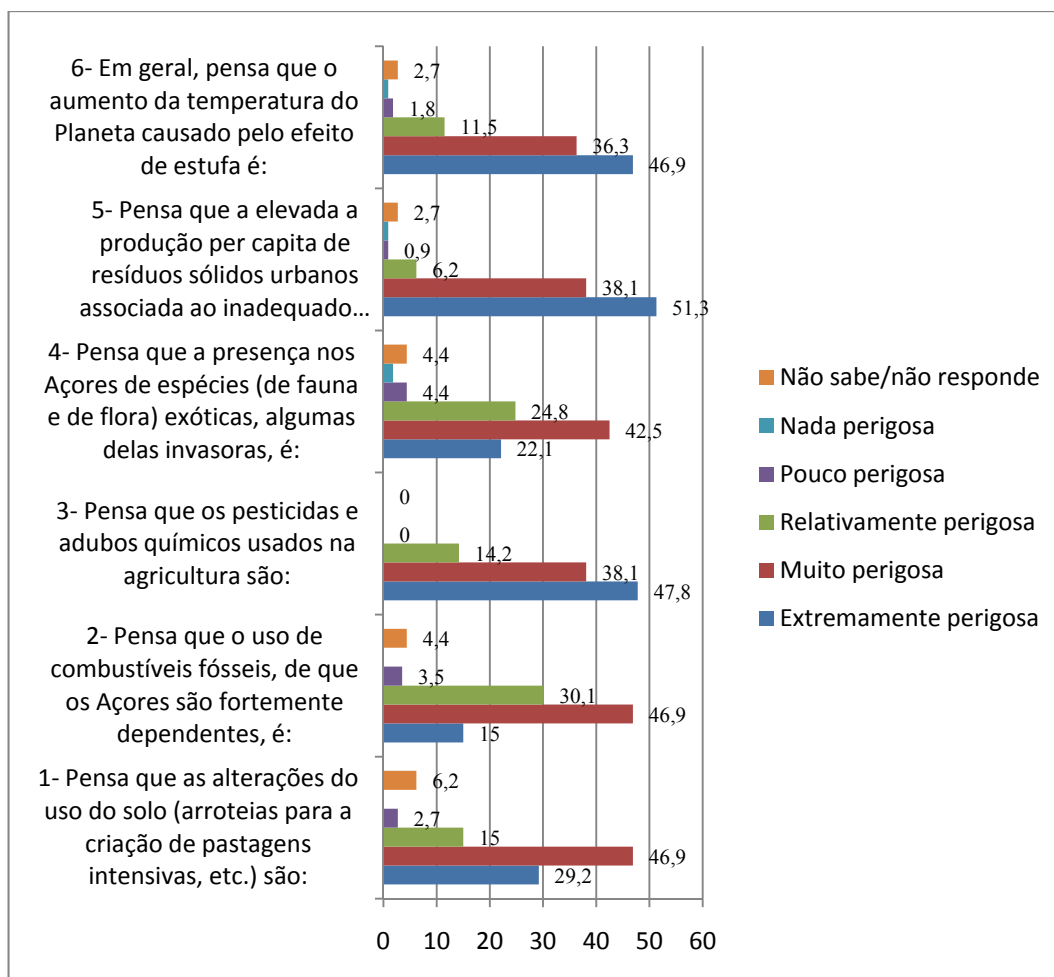


Figura 29: Opinião dos membros de uma OEA, em percentagem, face a diferentes ameaças ambientais (n = 113).

Existe uma maior proximidade de opiniões quando está em causa o aumento da temperatura do planeta causado pelo efeito de estufa. Assim, 94,7 % dos membros de uma OEA consideram que é extremamente, muito ou relativamente perigoso aquele aumento, a mesma opinião têm 91,4% dos NOEA.

Os valores obtidos são comparáveis e um pouco superiores aos obtidos, pelo Observa, através do Inquérito os Portugueses e os Novos Riscos, de 2003. Com efeito, 88% dos portugueses consideravam as alterações climáticas como um risco global grave e muito grave (Gonçalves, 2004).

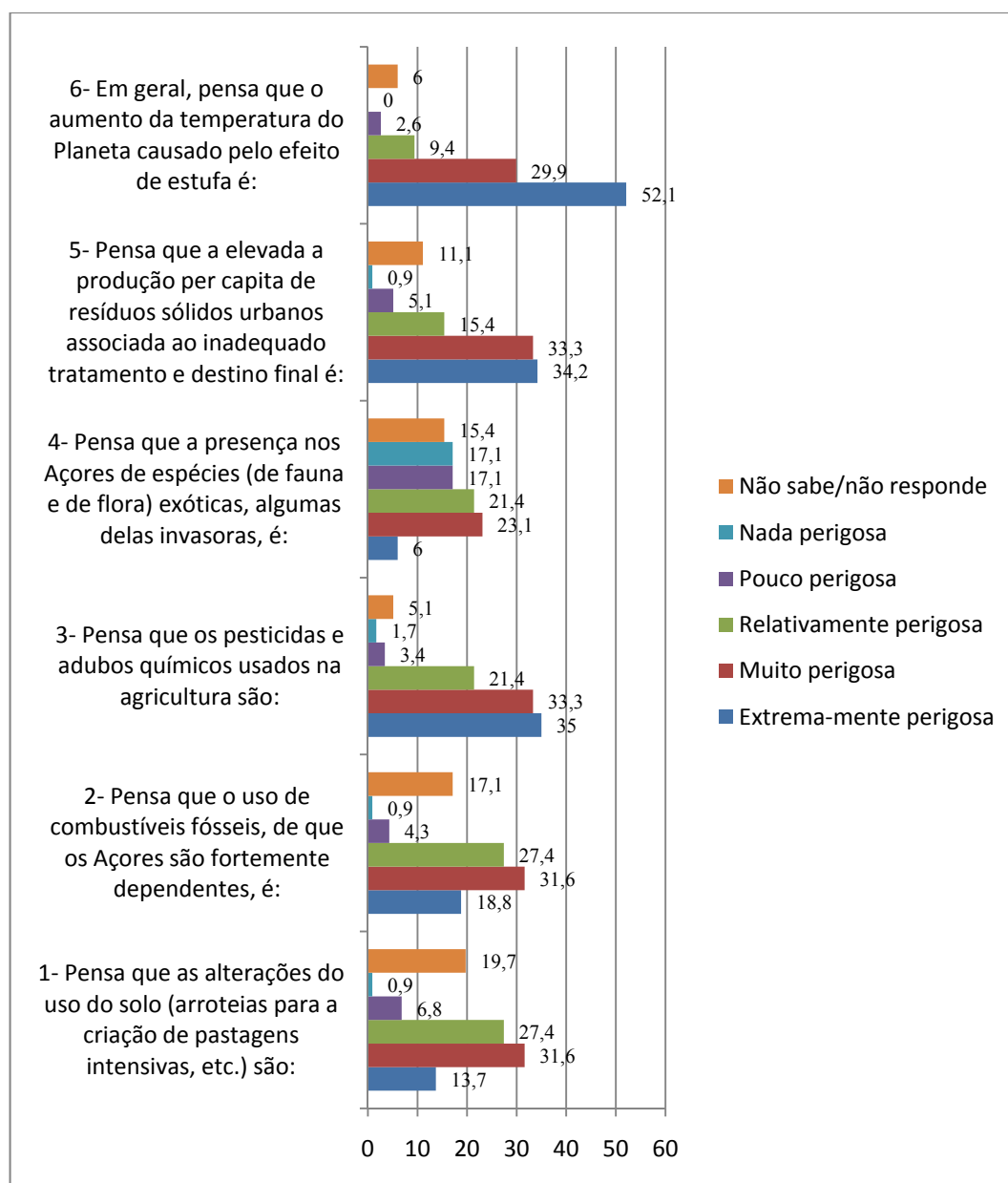


Figura 30: Opinião dos NOEA, em percentagem, face a diferentes ameaças ambientais (n = 117)

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre a opinião relativamente a alguns problemas ambientais dos Açores e a pertença ou não a uma OEA, tendo-se chegado à conclusão que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem considere, extremamente perigosa ou muito perigosa para o ambiente dos Açores, as alterações do uso do solo (arroteias para a criação de pastagens intensivas, etc.) ($\chi^2(1) = 14,396; p = 0,000$), os pesticidas e adubos químicos usados na agricultura ($\chi^2(1) = 6,403; p = 0,011$), a presença nos Açores de

espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras ($\chi^2(1) = 22,867$; $p = 0,000$) e a elevada a produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final ($\chi^2(1) = 10,266$; $p = 0,001$).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião, tendo-se obtido os seguintes resultados:

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem considere que:

- As alterações do uso do solo são extremamente ou muito perigosas para o ambiente nos Açores, entre os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) ($\chi^2(1) = 5,034$; $p = 0,025$);

- O uso de combustíveis fósseis é extremamente ou muito perigoso para o ambiente nos Açores, entre os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) ($\chi^2(1) = 4,483$; $p = 0,034$);

- O uso de pesticidas e adubos químicos na agricultura é extremamente ou muito perigoso para o ambiente nos Açores, entre as mulheres ($\chi^2(1) = 4,181$; $p = 0,041$) e entre os que seguem uma religião ($p = 0,045$, Fisher);

- A presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras é extremamente ou muito perigosa para o ambiente nos Açores, entre as mulheres ($\chi^2(1) = 4,181$; $p = 0,041$) e os seguidores de uma religião ($p = 0,045$, Fisher);

- O aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa é extremamente ou muito perigoso para o ambiente nos Açores, entre os de idade igual ou superior a 30 anos ($p = 0,026$, Fisher).

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem considere que:

- As alterações do uso do solo são extremamente ou muito perigosas para o ambiente nos Açores, entre os não crentes ($\chi^2(1) = 4,184; p = 0,041$);

- O uso de combustíveis fósseis é extremamente ou muito perigoso para o ambiente nos Açores, entre os respondentes que têm idade inferior ou igual a 29 anos de idade ($\chi^2(1) = 7,552; p = 0,006$) e os que exercem profissão a tempo parcial, ocupam-se das tarefas do lar, estudam, são reformados ou estão desempregados ($\chi^2(1) = 8,553; p = 0,003$);

- A presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras é extremamente ou muito perigosa para o ambiente nos Açores, entre os que têm como habilitação o ensino superior ($\chi^2(1) = 6,150; p = 0,013$) e os posicionados mais à esquerda ($\chi^2(1) = 7,695; p = 0,006$);

- A elevada a produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final é extremamente ou muito perigosa para o ambiente nos Açores, entre os que não seguem nenhuma religião ($p = 0,037$, Fisher);

- O aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa é extremamente ou muito perigoso para o ambiente nos Açores entre os mais jovens (idade inferior ou igual a 30 anos) ($\chi^2(1) = 11,006; p = 0,001$) e os que exercem a profissão a tempo parcial, ocupam-se das tarefas do lar, são estudantes, estão reformados ou desempregados ($\chi^2(1) = 5,445; p = 0,020$).

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que sempre que existe uma relação entre a opção por considerar uma ameaça extremamente e muito perigosa para o ambiente e as variáveis de caracterização pessoal, tal acontece para as mulheres, os isolados, os que exercem profissão a tempo parcial, os que se ocupam das tarefas do lar, os estudantes, os reformados e desempregados, os que têm como habilitação o ensino superior e os politicamente posicionados à esquerda.

2.4- Confiança nas Fontes de Informação

De seguida, averiguou-se o grau de confiança que as pessoas depositam nalgumas fontes de informação sobre questões ambientais.

Os dados expostos na figura 31 permitem verificar que, para os membros de uma OEA, são os Centros de Investigação das Universidades, com 80,6%, seguidos dos grupos ambientais, com 69,9%, os agentes que fornecem informação sobre problemas ambientais em que é maior o grau de confiança (absoluta e bastante confiança), no extremo oposto situam-se as empresas e indústrias e os serviços governamentais em que aquela (absoluta e bastante a confiança) é muito reduzida, 1,8% e 10,6%, respectivamente.

Para os NOEA, de acordo com os dados apresentados na figura 32, a situação é semelhante. São, também, os Centros de Investigação das Universidades, com 70,9%, seguidos dos grupos ambientais, com 64,9%, os agentes que fornecem informação sobre problemas ambientais em que é maior o grau de confiança (absoluta e bastante confiança), no extremo oposto situam-se, também, as empresas e indústrias e os serviços governamentais em que aquela (absoluta e bastante a confiança) é muito reduzida, 4,3% e 10,3%, respectivamente.

Comparando as respostas dos dois grupos referidos nos parágrafos anteriores, verifica-se que tantos os agentes que merecem mais confiança como os que se situam na posição oposta são os mesmos. A diferença é que para os NOEA, é menor o grau de confiança neles depositado, verificando-se um pouco de maior confiança nos agentes em que aquela é mais pequena (empresas e indústrias e serviços governamentais).

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre ser ou não membro de uma OEA e o grau de confiança nas várias fontes de informação referidas, tendo-se verificado que não havia qualquer relação estatisticamente significativa.

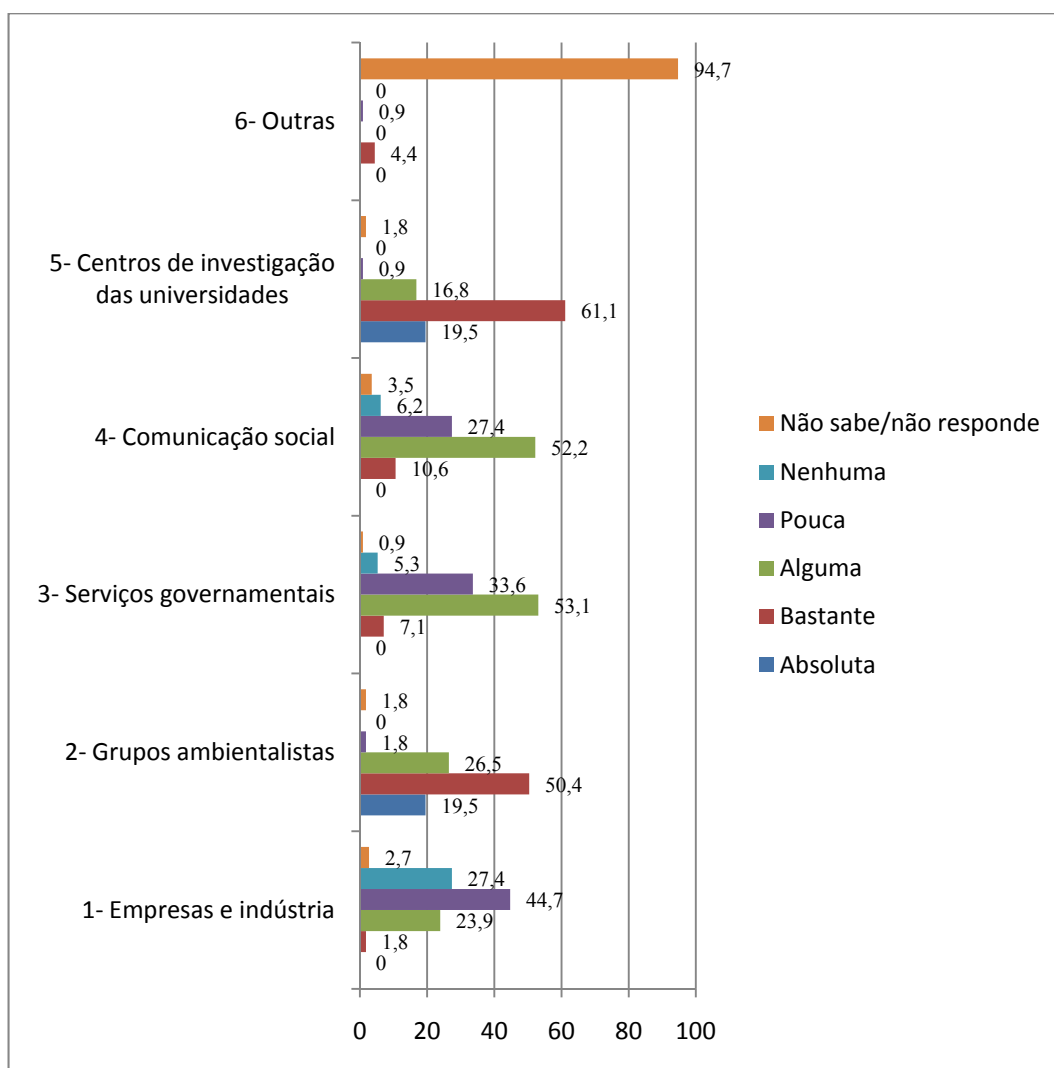


Figura 31: Confiança, em percentagem, nas fontes de informação para os membros de uma OEA (n=113).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião e o grau de confiança na informação fornecida pelos vários agentes referidos, tendo-se obtido os seguintes resultados:

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem:

- Considere de absoluta ou de bastante confiança a informação fornecida pelos grupos ambientalistas, entre as pessoas do grupo dos isolados (solteiros,

divorciados, separados e viúvos) (χ^2 (1) = 8,767; p = 0,003) e os que seguem uma religião (χ^2 (1) = 4,126; p = 0,042);

- Considere de absoluta ou bastante confiança a informação fornecida pelos Serviços governamentais, entre as pessoas do grupo dos isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) e as não ligadas à educação, (p = 0,021, Fisher) e (p = 0,049 Fisher), respectivamente.

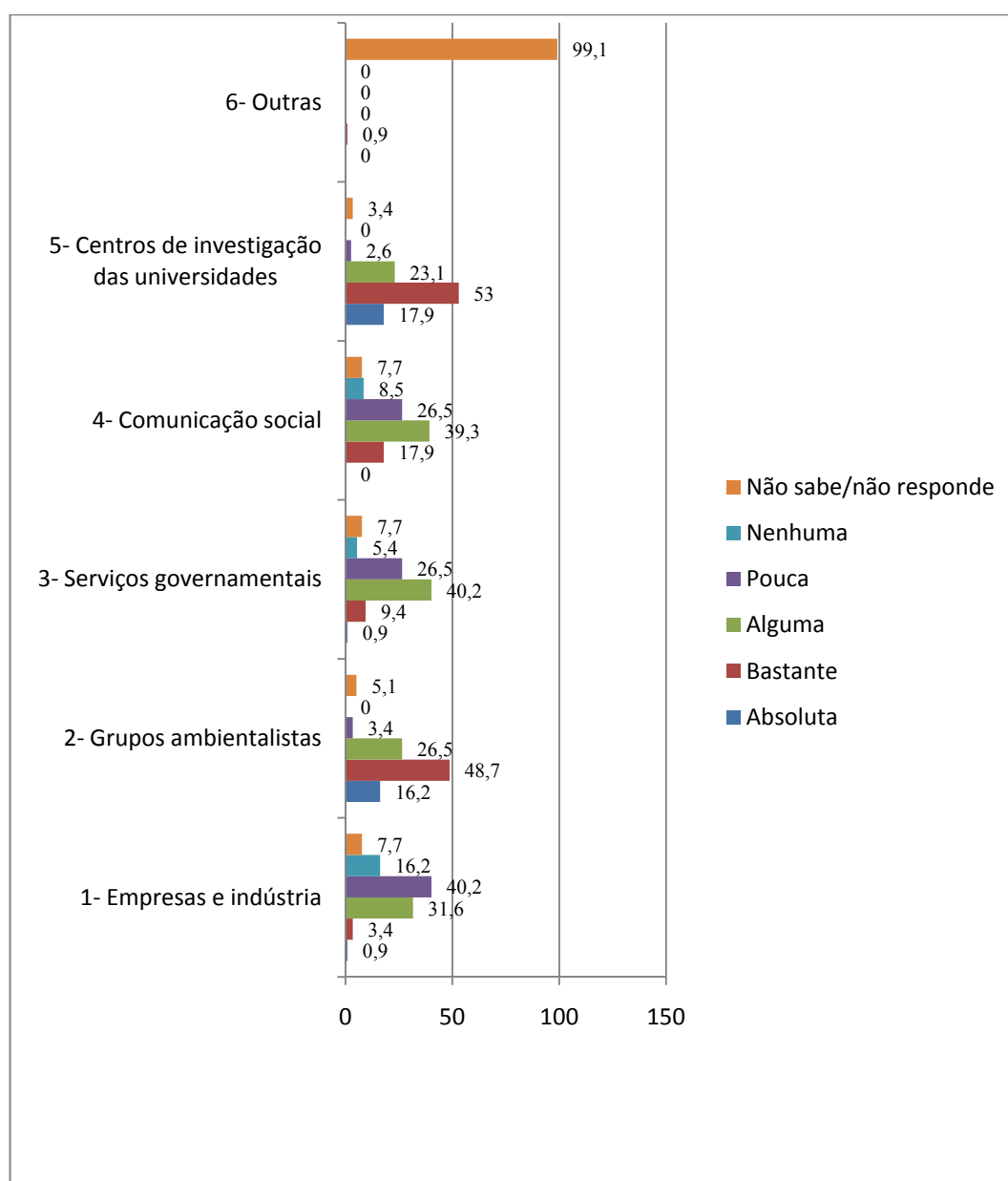


Figura 32: Confiança, em percentagem, nas fontes de informação para os NOEA (n=117).

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem:

- Considere de absoluta ou bastante confiança a informação fornecida pelos serviços governamentais entre as pessoas que seguem uma religião, mas não são praticantes ($p = 0,002$ Fisher);

- Considere de absoluta ou bastante confiança a informação fornecida pelos centros de investigação das universidades, entre as pessoas com idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 4,636; p = 0,031$).

Os resultados alcançados são idênticos aos obtidos em inquéritos efectuados no âmbito do projecto Eurobarómetro, nomeadamente em 1992 e 1995. Com efeito, de acordo com Silva e Gabriel (2007), os cientistas e as associações de defesa do ambiente eram as fontes de informação mais credíveis para os europeus.

De igual modo, há uma semelhança entre os resultados obtidos e os do Inquérito, de 1997, do Observa. De acordo com Schmidt, Trüniger e Valente (2004), embora os especialistas/investigadores e as associações de ambiente tenham um papel mais modesto como fontes de informação dos portugueses, quando comparadas com os meios de comunicação social, distinguem-se “como sendo as que despertavam o mais alto grau de confiança no inquérito de 1997” (p. 124).

2.5- Responsabilização de diferentes instâncias pela resolução de problemas ambientais

Foi-se, também, conhecer quais as acções que poderiam contribuir com mais eficácia para a resolução dos problemas ambientais.

Os dados expostos na figura 33 permitem verificar que para os membros de uma OEA, as acções mais escolhidas foram, em primeiro lugar, “aumentar a consciência ambiental”, com 77% de escolhas, em segundo lugar, “fazer cumprir/reforçar a legislação ambiental”, com 65,5%, e, em terceiro lugar, “fazer com que a legislação Nacional e da União Europeia seja mais rigorosa, aplicando multas aos prevaricadores”, com 46,9%. As acções menos escolhidas foram

“confiar nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc.”, (0,0%) e “fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais”, com 9,7%.

Através dos dados expostos na figura 33, conclui-se, também, que para os NOEA, em primeiro lugar foi escolhida a acção “aumentar a consciência ambiental”, com 69,2% de escolhas, em segundo lugar, “fazer cumprir/reforçar a legislação ambiental”, com 63,2%, e, em terceiro lugar, “fazer com que a legislação Nacional e da União Europeia seja mais rigorosa, aplicando multas aos prevaricadores”, com 59,8%. As acções menos escolhidas foram “confiar nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc.” e “fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais”, ambas com 6,8%.

Comparando os dois grupos, verifica-se que há coincidência tanto nas acções mais escolhidas como nas menos escolhidas. Uma diferença que pode ser apontada é que enquanto na acção mais escolhida, “aumentar a consciência ambiental”, a percentagem é maior para os membros de uma OEA (77,0% versus 69,2%) na terceira mais escolhida a situação inverte-se, isto é, é maior a percentagem dos NOEA que escolheu “fazer com que a legislação Nacional e da União Europeia seja mais rigorosa, aplicando multas aos prevaricadores” (59,8% em vez de 46,9% dos OEA). Em relação à acção menos escolhida verifica-se que enquanto nenhum membro de uma OEA escolheu “confiar nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc.”, 6,8% dos não membros optou por esta acção.

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre as diferentes acções que poderiam contribuir mais eficazmente para a resolução dos problemas ambientais e a pertença ou não a uma OEA, tendo-se chegado à conclusão de que havia apenas relativamente à confiança nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc.. Com efeito, apenas não membros de uma OEA escolheram esta acção ($p = 0,007$, Fisher).

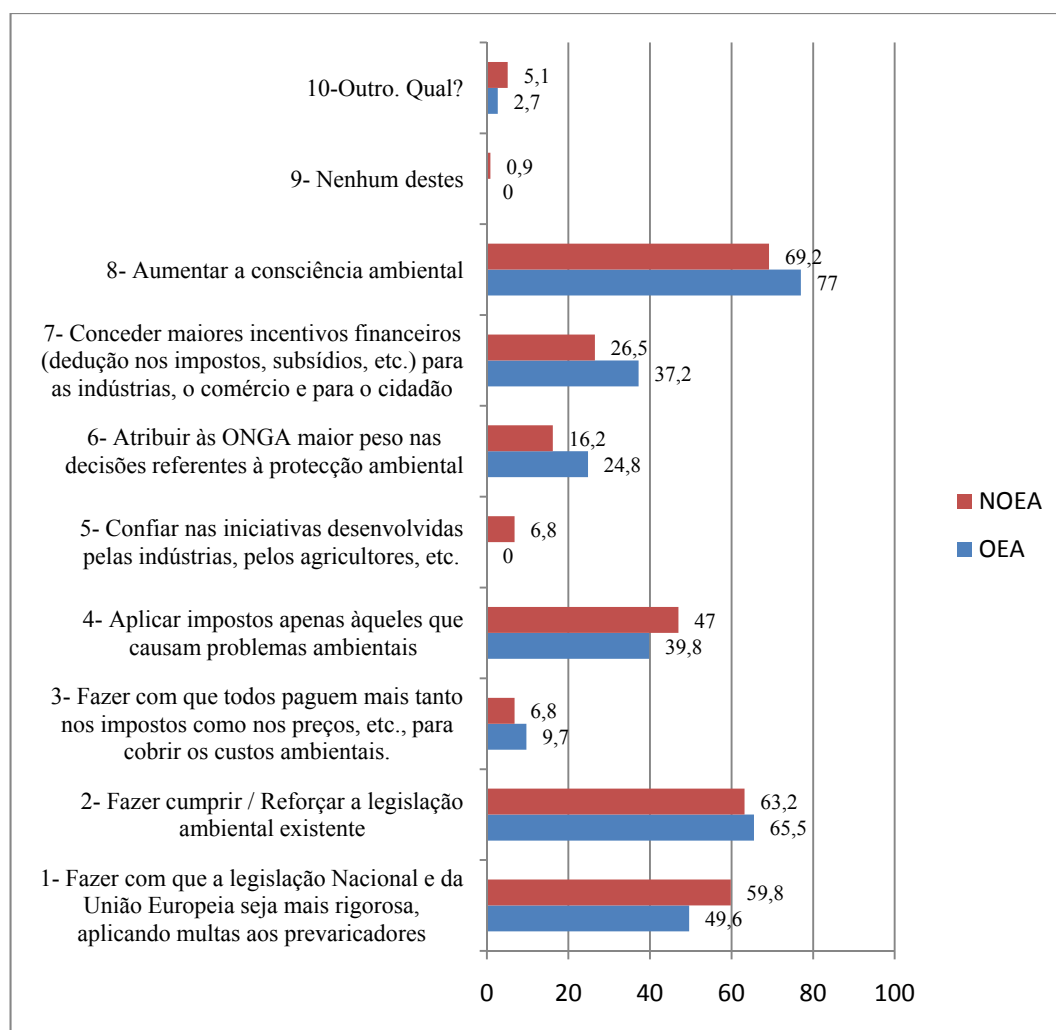


Figura 33: Melhores acções, em percentagem, para a resolução dos problemas ambientais (n (NOEA) = 117; n (membros de uma OEA) = 113)

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações do tipo de acções escolhidas para a resolução dos problemas ambientais com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião, tendo-se obtido os seguintes resultados:

Para os membros de uma OEA, é mais frequente encontrar quem considere como uma das acções que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais:

- Fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais, entre os respondentes que seguem uma religião mas não são praticantes ($p = 0,012$, Fisher);

- Aplicar impostos apenas àqueles que causam problemas ambientais, entre os que não estão ligados ao ensino ($\chi^2(1) = 4,879$; $p = 0,027$);

- Conceder maiores incentivos financeiros (dedução nos impostos, subsídios, etc.) para as indústrias, o comércio e para o cidadão, entre os que possuem idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 4,536$; $p = 0,033$);

- Aumentar a consciência ambiental, entre os casados ou os que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 4,022$; $p = 0,045$).

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem considere como uma das acções que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais:

- Fazer cumprir/reforçar a legislação ambiental existente, entre os que se situam à esquerda do espectro político ($\chi^2(1) = 5,419$; $p = 0,020$);

- Fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais, entre os que exercem uma profissão ligada ao ensino ($p = 0,022$);

- Conceder maiores incentivos financeiros (dedução nos impostos, subsídios, etc.) para as indústrias, o comércio e para o cidadão, entre os que têm um curso superior ($\chi^2(1) = 6,358$; $p = 0,012$);

- Aumentar a consciência ambiental, entre os respondentes que têm um curso superior ($\chi^2(1) = 5,700$; $p = 0,017$) e os que não seguem nenhuma religião ($\chi^2(1) = 4,362$; $p = 0,037$).

Enquanto os respondentes consideraram que para a resolução dos problemas ambientais, em primeiro lugar, deve-se aumentar a consciência ambiental, e depois fazer cumprir/reforçar a legislação ambiental e, em terceiro lugar, fazer

com que a legislação Nacional e da União Europeia seja mais rigorosa, aplicando multas aos prevaricadores, no âmbito de diversas sondagens efectuadas pelo Eurobarómetro, os europeus consideram que em primeiro lugar os problemas devem ser resolvidos a partir das instituições comunitárias (Directorate-General Environment, 2002; Silva & Gabriel, 2007).

A acção “confiar nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc.” foi a menos escolhida, o que parece estar de acordo com os resultados do Observa que mostram que os portugueses têm “uma atitude crítica e até de desconfiança face ao governo e às empresas/industria” (Schmidt & Valente, 2004, p. 27) no que diz respeito aos esforços para a protecção do ambiente.

3- Proteger o ambiente: das intenções às acções

3.1- As intenções

No âmbito da dimensão “práticas ambientais”, indagou-se até que ponto estavam as pessoas na disposição de pagar preços mais elevados e impostos mais elevados ou aceitar uma redução no nível de vida para proteger o ambiente.

Os dados apresentados, na figura 34, permitem verificar que os membros de uma OEA estão, maioritariamente, muito e bastante dispostos a pagar preços mais elevados para proteger o ambiente (65,5%), a aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente (68,1%) e a pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente (49,5%). Neste último caso, há um número elevado de pessoas que não respondeu (6,2%).

Para os NOEA, os dados expostos, na figura 35, permitem verificar que apenas 40,1% dos respondentes estão dispostos a pagar preços mais elevados para proteger o ambiente, que é maior o número dos que estão pouco ou nada dispostos a pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente (33,3%) e que 53% estão muito e bastante dispostos a aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente.

Comparando os dois grupos, verifica-se que é entre os membros de uma OEA que se encontra quem está mais disposto a fazer algum “sacrifício” para proteger o ambiente, pagando preços mais elevados e impostos mais elevados e aceitando uma redução do nível de vida. É, também, entre os NOEA que é maior o número dos indecisos (de 24,8% a 34,2%) e o dos que não sabem/não respondem (de 6,0% a 6,8%), enquanto para os OEA aqueles valores variam de 17,7% a 21,2% e de 2,7% a 6,2%, respectivamente.

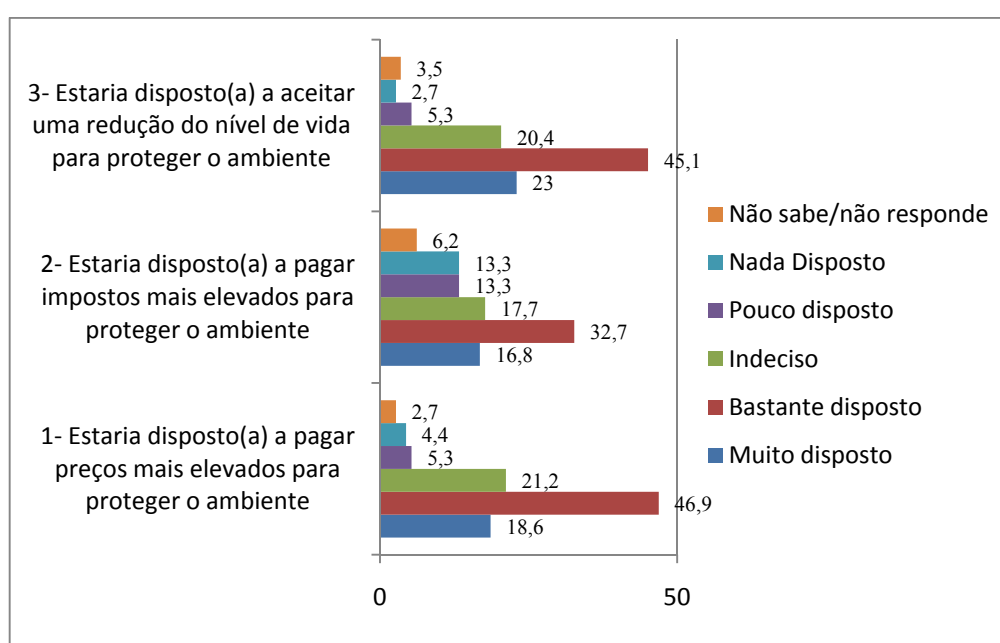


Figura 34: As intenções, em percentagem, para os membros de uma OEA (n=113).

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre a disposição para fazer algo para proteger o ambiente e ser ou não membro de uma OEA, tendo-se chegado à conclusão que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem esteja muito ou bastante disposto a pagar preços mais elevados para proteger o ambiente ($\chi^2(1) = 14,021$; $p = 0,00$), esteja disposto(a) a pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente ($\chi^2(1) = 7,051$; $p = 0,008$) e esteja disposto(a) a aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente ($\chi^2(1) = 4,467$; $p = 0,035$).

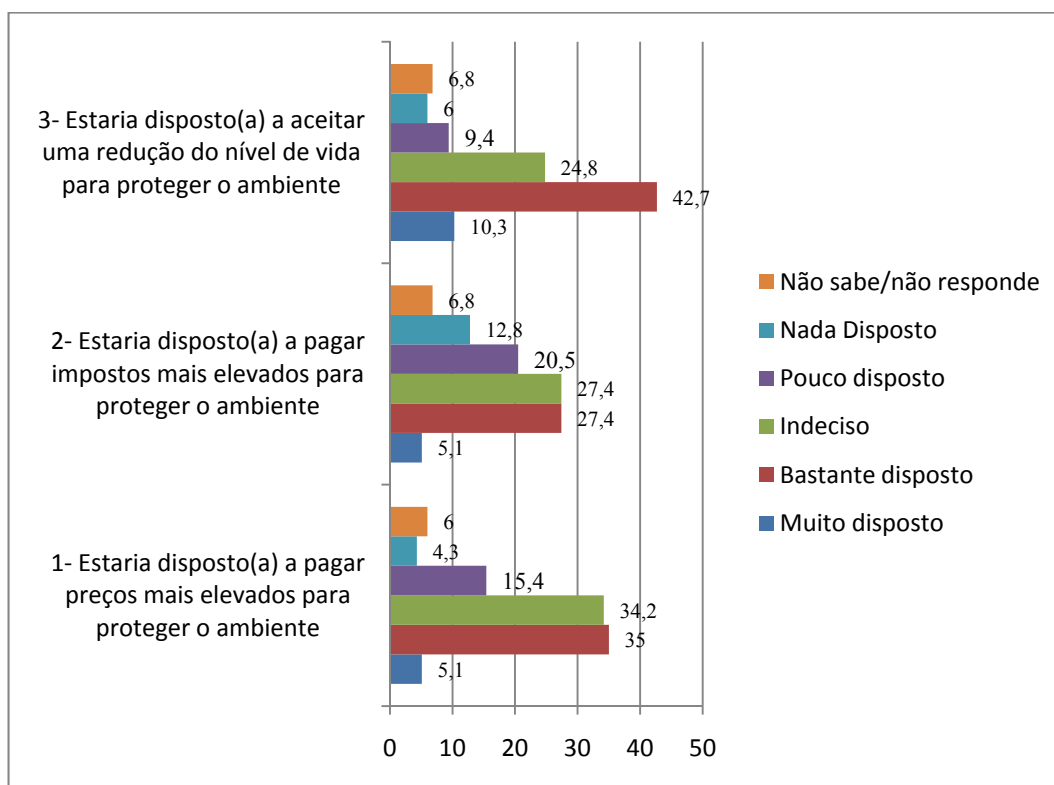


Figura 35: As intenções, em percentagem, para os NOEA (n=117).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião e a disposição para pagar preços mais elevados para proteger o ambiente, pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente e a aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente, sendo os resultados obtidos os seguintes:

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem esteja disposto(a) a aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente entre os que têm como escolaridade um curso superior ($\chi^2(1) = 4,559$; $p = 0,033$).

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem esteja muito disposto ou bastante disposto a pagar preços mais elevados para proteger o ambiente entre os que têm como escolaridade um curso superior ($\chi^2(1) = 6,224$; $p = 0,013$), os que exercem a profissão a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 6,808$; $p =$

0,009) e os que se posicionam da extrema-esquerda ao centro esquerda ($\chi^2(1) = 5,107; p = 0,024$).

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que sempre que existe uma relação estatisticamente significativa entre as diversas formas de “sacrifício” para proteger o ambiente e as variáveis de caracterização pessoal, são os que exercem profissão a tempo inteiro, os que têm como habilitação o ensino superior e os politicamente posicionados à esquerda (do centro esquerda à extrema-esquerda) os que estão muito e bastantes dispostos a tal.

Estabelecendo uma comparação com os dados obtidos por outros autores, verifica-se que a disposição para fazer sacrifícios para proteger o ambiente que se encontrou é muito superior à encontrada, em 2000, para os portugueses. Lima e Guerra (2004 a), em comentário aos resultados obtidos, depois de referirem que a percentagem dos portugueses dispostos a prescindir de algum “bem-estar material” para proteger o ambiente “é residual” (p. 118), mencionam que “se as evidências de degradação ambiental parecem começar a despertar consciências entre os portugueses, uma boa parte deles parece ainda pouco predisposta a aceitar sacrifícios que possam travar esse processo” (pp. 119-120)

3.2- Os comportamentos individuais

Depois de analisadas as intenções das pessoas, averiguou-se se havia uma correspondência entre a adopção de atitudes pro-ambientais e algumas formas de participação individual. Assim, seleccionou-se nove práticas associadas a comportamentos de protecção do ambiente e questionou-se a frequência com que elas foram seguidas, nos últimos doze meses.

Os dados expostos, na figura 36, mostram que para os membros de uma OEA, as práticas mais seguidas (frequentemente) são: apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas, com 87,6% das respostas, separar e colocar o papel em contentores próprios para ser reciclado, com 79,6%, e com 77,9%, separar e colocar o vidro em contentores próprios para ser reciclado e separar e colocar as embalagens em contentores próprios para ser reciclado. Por outro lado, as práticas

menos seguidas (frequentemente) são comprar produtos agrícolas biológicos, com 21,2% e utilizar transportes públicos ou ir a pé para curtas distâncias em vez do carro, com 47,8% das respostas.

Para os NOEA, através dos dados apresentados, na figura 37, é possível verificar que as práticas mais seguidas são: apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas, com 70,1% das respostas, fechar a torneira da água enquanto lava a loiça ou lava os dentes, com 59%, e separar e colocar o papel em contentores próprios para ser reciclado, com 50,4%. Como práticas menos seguidas (frequentemente) temos comprar produtos agrícolas biológicos, com 15,4% e comprar produtos em embalagens reutilizáveis (depósitos, recargas), com 29,1%.

Comparando, os dois grupos, pode-se concluir que os membros de uma OEA apresentam uma frequência de todas as práticas (frequentemente e algumas vezes) superior aos não membros.

Analisando globalmente os dados obtidos verifica-se que não só são as práticas associadas a algum benefício económico que apresentam valores elevados, mas de uma maneira geral quase todas elas, sendo a grande excepção a aquisição de produtos agrícolas biológicos que estará associada à baixa oferta no mercado regional.

Freitas (2007) chegou a conclusões que não diferem muito das que se obtiveram. Assim, as práticas mais seguidas pelos madeirenses são precisamente as que traduzem benefício económico directo, como “apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas” e “fechar a torneira da água enquanto lava a loiça ou lava os dentes” e tal como na amostra usada neste trabalho, na Madeira, a prática menos usual é a da compra de produtos agrícolas biológicos. Conclusões semelhantes já haviam sido obtidas pelo Observa, em 2000. Assim, de acordo com Nave e Fonseca (2004) são as práticas que “sugerem algum benefício económico directo para os agregados familiares as que conhecem maior adesão”, sendo os valores obtidos para os portugueses inquiridos os seguintes: “desligar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas” (75%) e “fechar a torneira da água enquanto lava a loiça ou lava os dentes” (60%).

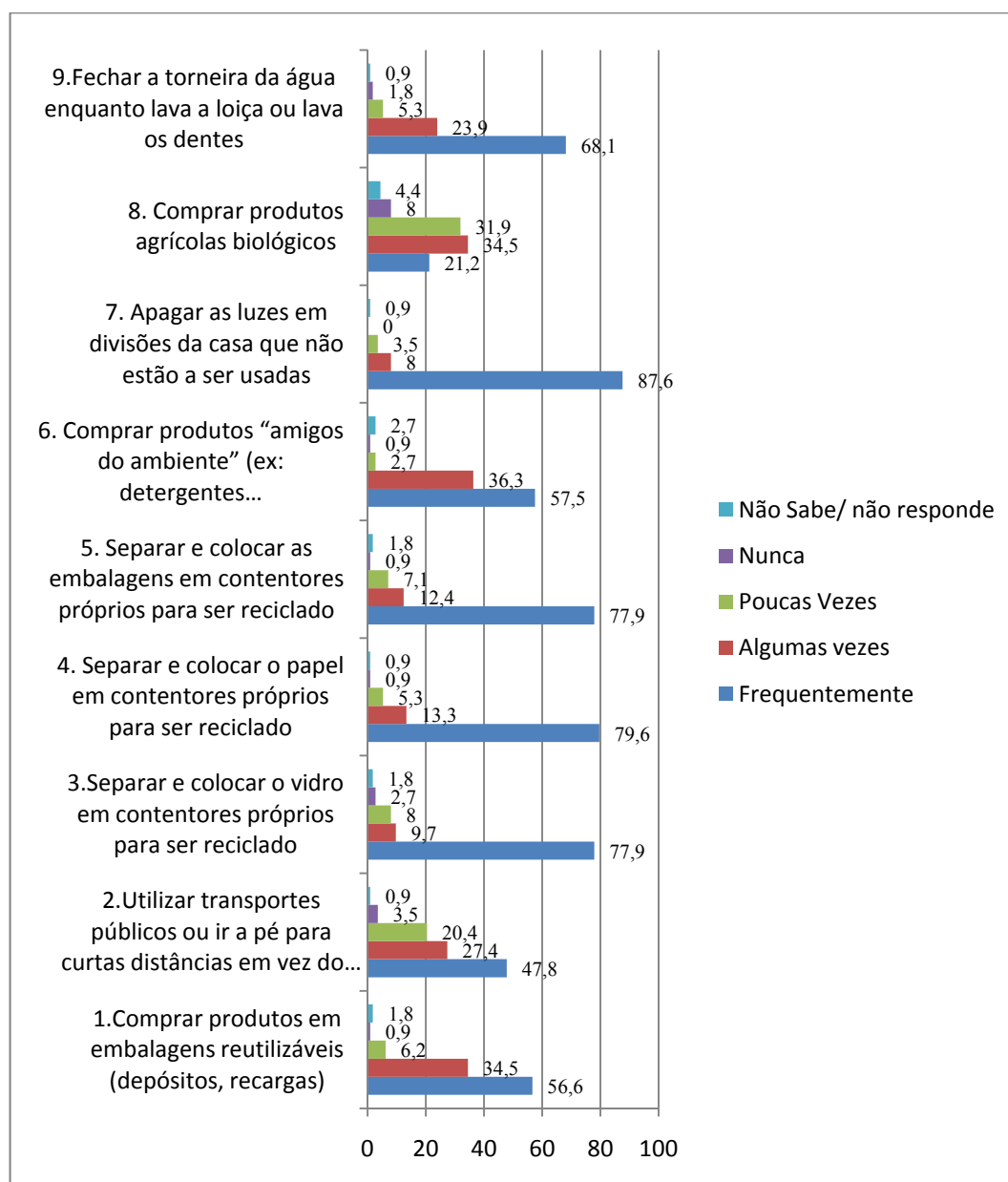


Figura 36: Frequência, em percentagem, de algumas práticas dos membros de uma OEA, nos últimos 12 meses (n=113).

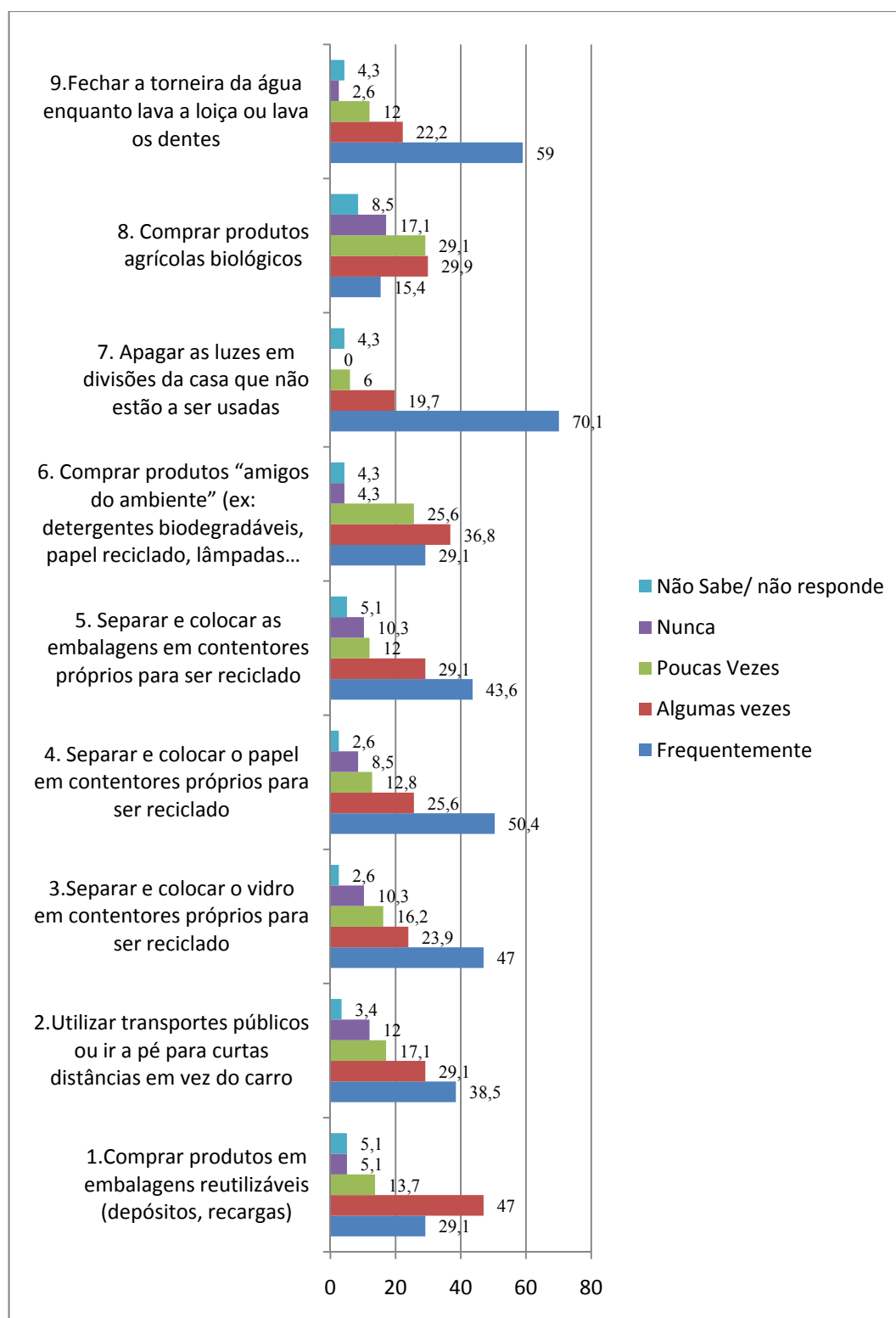


Figura 37: Frequência, em percentagem, de algumas práticas dos NOEA, nos últimos 12 meses (n=117).

Procurou-se indagar se havia alguma relação entre diferentes práticas e a pertença ou não a uma OEA, tendo-se chegado à conclusão que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem compre produtos em embalagens reutilizáveis (depósitos, recargas) ($\chi^2(1) = 7,554; p = 0,006$), separe e coloque o vidro em contentores próprios para ser reciclado ($\chi^2(1) = 9,764; p = 0,002$), separe e coloque o papel em contentores próprios para ser reciclado ($\chi^2(1) = 11,428; p = 0,001$), separe e coloque as embalagens em contentores próprios para ser reciclado ($\chi^2(1) = 9,803; p = 0,002$) e compre produtos “amigos do ambiente” (ex: detergentes biodegradáveis, papel reciclado, lâmpadas de baixo consumo) ($\chi^2(1) = 29,221; p = 0,000$).

Pretendeu-se, também, averiguar se haviam variações com o sexo, idade, estado civil, grau de escolaridade, condição perante o trabalho, horas de trabalho semanais, profissão, posicionamento político e religião e algumas práticas ambientais, sendo os resultados obtidos os seguintes:

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar quem frequentemente ou algumas vezes:

- Separe e coloque o papel em contentores próprios para ser reciclado, entre os respondentes ligados ao ensino ($p = 0,041$, Fisher);

- Separe e coloque as embalagens em contentores para ser reciclado, entre os que têm como habilitação o ensino superior ($p = 0,014$, Fisher);

Para os NOEA é mais frequente encontrar quem frequentemente ou algumas vezes:

- Em vez de carro use transportes públicos ou vai a pé para curtas distâncias, entre os de idade igual ou inferior a 30 anos ($\chi^2(1) = 3,973; p = 0,046$), os não licenciados ($\chi^2(1) = 11,356; p = 0,001$), os que não exercem profissão a tempo inteiro, os que se ocupam das tarefas do lar, os que são estudantes, os reformados ou desempregados ($\chi^2(1) = 8,111; p = 0,004$), os

isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) ($\chi^2(1) = 7,872; p = 0,005$) e os que exercem uma profissão não ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 8,612; p = 0,003$);

- Separe e coloque o vidro em contentores para ser reciclado, entre os que possuem como habilitação o ensino superior ($\chi^2(1) = 4,684; p = 0,030$);

- Separe e coloque o papel em contentores para ser reciclado, entre os que possuem como habilitação o ensino superior ($\chi^2(1) = 5,072; p = 0,024$), os que trabalham a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 6,208; p = 0,013$), os que não seguem nenhuma religião ($p=0,021$, Fisher) e os que exercem uma profissão ligada ao ensino ($\chi^2(1) = 4,489; p = 0,034$);

- Separe e coloque as embalagens em contentores para ser reciclado, entre quem possui 30 ou mais anos de idade ($\chi^2(1) = 4,280; p = 0,039$), quem tem como habilitação o ensino superior ($\chi^2(1) = 8,510; p = 0,004$) e quem trabalha a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 8,399; p = 0,004$);

- Compre produtos “amigos do ambiente”, entre quem trabalhe a tempo inteiro ($\chi^2(1) = 4,587; p = 0,032$) e quem tem como habilitação o ensino superior ($\chi^2(1) = 3,852; p = 0,050$);

- Compre produtos agrícolas biológicos, entre quem tem idade igual ou superior a 30 anos ($\chi^2(1) = 7,463; p = 0,006$) e entre os casados e os que vivem em união de facto ($\chi^2(1) = 8,244; p = 0,004$).

Enquanto na Região Autónoma da Madeira havia uma relação, embora ténue, entre a poupança de recursos (luz e água) e a escolaridade, sendo os indivíduos com menos habilitações literárias (sem diploma escolar ou apenas com o ensino básico) os que mais economizavam (Freitas, 2007), não encontramos qualquer relação estatisticamente significativa entre a escolaridade e aquelas duas práticas.

No que diz respeito ao consumo verde (comprar produtos amigos do ambiente, comprar produtos em embalagens reutilizáveis e comprar produtos agrícolas

biológicos) enquanto na Madeira está positivamente correlacionado com o grau de instrução, isto é quem mais consome são os indivíduos com maior escolaridade (Freitas, 2007), apenas encontrou-se uma relação estatisticamente significativa entre a escolaridade e a compra de produtos amigos do ambiente.

Por último, de acordo com Freitas (2007), o grau de instrução está positivamente correlacionado com a “reciclagem” (separar e colocar o vidro em contentores próprios para ser reciclado, separar e colocar o papel em contentores próprios para ser reciclado e separar e colocar as embalagens em contentores próprios para ser reciclado) para os indivíduos da Madeira, o mesmo acontece para a amostra usada, onde há uma relação estatisticamente significativa entre as referidas práticas e a escolaridade (os respondentes com o ensino superior são os que mais fazem a separação de resíduos), com excepção para a separação de vidro e papel, para o caso dos membros de uma OEA, em que não foi encontrada qualquer relação estatisticamente significativa.

Por último, em termos genéricos, e em síntese, verifica-se que, sempre que existe uma relação entre as diversas práticas seguidas e as variáveis de caracterização pessoal, a frequência (frequentemente e algumas vezes) é maior para os indivíduos de idade igual ou superior a trinta anos, os que exercem profissão a tempo inteiro, os que têm como habilitação o ensino superior, os que têm uma profissão ligada ao ensino, os que não seguem nenhuma religião, os que têm uma profissão ligada ao ensino e os casados ou que vivem em união de facto. Na utilização de transportes públicos em vez do carro a situação é diferente, aqui as frequências são maiores entre os que têm menos de 30 anos, os isolados, os que exercem profissão a tempo parcial, os que se ocupam de tarefas do lar, os que são estudantes, os reformados ou desempregados e os que têm uma profissão ligada ao ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a descrição e discussão dos resultados obtidos, nesta secção apresentam-se as principais conclusões e tecem-se algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido, que incluem um olhar crítico sobre todo o processo, resultados e limitações.

1- Há muitos pontos comuns entre os membros de uma OEA e os não membros no que diz respeito às diversas formas de participação na vida social e política dos Açores. Com efeito, embora a participação dos OEA seja globalmente maior do que a dos NOEA, com excepção do recurso à greve, as formas de participação mais assumidas são passivas, isto é são: votar em eleições e manter-se informado sobre questões sociais e políticas e subscrever abaixo – assinados. No pólo oposto, temos a pertença a um partido político, como a menos praticada, seguida de contactar jornais, rádios ou televisões para dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias.

A pertença a uma OEA é um factor de diferenciação relativamente às formas de participar na vida social e política. Com efeito, verificou-se que existe uma relação estatisticamente significativa entre aquela e dez das quinze formas de participação indicadas. Assim, verificou-se que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem faça donativos a instituições, pertença a associações profissionais, participe em discussões públicas, se mantenha informado sobre questões sociais e políticas, contacte instituições ou serviços, contacte jornais, rádios ou televisões, pertença a um sindicato, pertença a associações cívicas, subscreva abaixo-assinados e vote em eleições.

Relativamente às variáveis sócio-demográficas, verificou-se que para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os homens, quem faça donativos a instituições e procure estar informado sobre questões sociais e políticas, contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.) e contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias);

- Os que têm idade igual ou superior a 30 anos, quem faça donativos a instituições, pertença a um sindicato, vote em eleições, pertença a uma associação profissional e contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.)

- Os que trabalham 45 horas ou mais, quem pertença a uma associação profissional;

- Os que não pertencem ao grupo dos que exercem a profissão a tempo inteiro e os que seguem uma religião mas são não praticantes, quem participe em discussões públicas;

- Os que possuem como habilitação o ensino superior, quem participe em manifestações, contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias) e subscreva abaixo-assinados;

- Os que têm uma profissão ligada ao ensino, quem participe em manifestações, recorra à greve, contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias), pertença a um sindicato, contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.) e subscreva abaixo-assinados;

- Os que não professam qualquer religião, quem contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias) e participe em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc.);

- Os indivíduos que se posicionam à esquerda do espectro político, quem participe em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc.) e quem subscreva abaixo-assinados.

Para os não membros de uma OEA, é mais frequente encontrar entre:

- Os que têm idade igual ou superior a 30 anos, quem faça donativos a instituições, contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.), contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias), envie mensagens electrónicas de conteúdo político, pertença a um sindicato, subscreva abaixo-assinados e vote em eleições;

- Os indivíduos do sexo masculino, quem contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias);

- Os casados ou que vivem em união de facto, quem faça donativos a instituições, contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.), contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias), pertença a um sindicato, subscreva abaixo-assinados e vote em eleições;

- Os que têm como escolaridade o ensino superior, quem pertença a uma associação profissional, participe em manifestações, contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.), envie mensagens electrónicas de conteúdo político, pertença a um sindicato, recorra à greve, participe em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc.), subscreva abaixo-assinados e vote em eleições;

- Os que exercem a profissão a tempo inteiro, quem faça donativos a instituições, pertença a uma associação profissional, contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.), envie mensagens electrónicas de conteúdo político, pertença a um sindicato, subscreva abaixo-assinados e vote em eleições;

- Os que têm uma profissão ligada ao ensino, quem participe em manifestações, contacte instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.), envie mensagens electrónicas de conteúdo político, pertença a um sindicato, recorra à greve, participe em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc.), subscreva abaixo-assinados e vote em eleições;

- Os posicionados à esquerda (do centro esquerda à extrema-esquerda), quem contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias), participe em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc.) e subscreva abaixo-assinados;

- Os que não seguem nenhuma religião, quem pertença a uma associação profissional, participe em manifestações, envie mensagens electrónicas de

conteúdo político, contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias) e subscreva abaixo-assinados;

- Os praticantes de uma religião, quem contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias).

2- O tipo de associação, a que as pessoas mais (ou menos) aderem, difere consoante estamos perante membros de uma OEA ou não membros.

Assim, entre os membros de uma OEA, o tipo de associações em que os valores da pertença são mais elevados são as do tipo “Associação Recreativa, Cultural ou Educativa”, seguido de “Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre” e em terceiro lugar “Sindicato”. No pólo oposto, as menos escolhidas são as do tipo “Organização de Pensionistas ou Reformados” seguidas das do tipo “Associação de Moradores ou Associação de Desenvolvimento Local”.

Para os NOEA, o tipo mais escolhido foi o “Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre”, em segundo lugar os sindicatos e em terceiro lugar, as associações do tipo “Associação de Juventude (ex: Escuteiros, Clubes de Jovens). No lado oposto, ninguém faz parte de uma “Organização de Defesa dos Direitos Humanos, Pacifista ou Feminista” e um número muito residual pertence a uma organização do tipo “Associação de Moradores ou Associação de Desenvolvimento Local”.

Em termos globais, verifica-se, também, que os membros de uma OEA são também membros de outras associações em maior número do que os NOEA.

A pertença a uma OEA é um factor de diferenciação relativamente ao tipo de associação a que determinada pessoa pertence. Com efeito, verificou-se que havia uma relação estatisticamente significativa entre aquela e nove dos quinze tipos de associação indicados. Assim, chegou-se à conclusão que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem, também, pertença ao seguinte tipo de associações: “Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre”, “Organização de Defesa dos Direitos Humanos, Pacifista ou Feminista”, “Organização de Solidariedade Social (apoio a idosos, deficientes, crianças, doentes, etc.)”, “Associação Recreativa, Cultural ou Educativa”, “Partido

Político”, “Sindicato”, “Organização Socioprofissional”, “Associação de Consumidores ou de Automobilistas” e “Associação de Pais”.

Relativamente às variáveis sócio-demográficas, verificou-se que para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os que têm idade igual ou superior a 30 anos, quem pertença a um sindicato, uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...) e a uma associação de consumidores ou de automobilistas;

- Os indivíduos do sexo masculino, quem pertença a uma associação recreativa, cultural ou educativa e a uma associação de consumidores ou de automobilistas;

- Os casados, quem pertença a uma associação de pais;

- Os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos), quem pertença a uma associação de juventude;

- Os que têm habilitação de nível superior, quem pertença a um sindicato e a uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...);

- Os que exercem a profissão a tempo inteiro, quem pertença a uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...);

- Os que trabalham 45 e mais horas, quem pertença a uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...);

- Os que têm uma profissão ligada ao ensino, quem pertença a uma associação de juventude e a um sindicato;

- Os que se posicionam mais à esquerda, quem pertença a uma organização de pensionistas ou reformados;

- Os que não seguem nenhuma religião, quem pertença a uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...);

- Os praticantes de uma religião, quem pertença a uma associação religiosa.

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os que têm menos de 30 anos de idade, quem pertença a uma associação de juventude (ex: escuteiros, clubes de jovens);

- Os que têm idade igual ou superior a 30 anos, quem pertença a um partido político, a um sindicato e a uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...);

- Os respondentes do sexo masculino, quem pertença a um clube desportivo ou clube de actividades ao ar livre;

- Os isolados, quem pertença a uma associação de juventude (ex: escuteiros, clubes de jovens);

- Os casados ou que vivem em união de facto, quem pertença a um partido político, um sindicato, uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...) e uma associação de pais;

- Os que possuem habilitação de nível superior, quem pertença a um sindicato e a uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...);

- Os que trabalham a tempo inteiro, quem pertença a um sindicato e a uma organização socioprofissional (ordem, associações profissionais...);

- Os que exercem a profissão a tempo parcial, ocupam-se das tarefas do lar, estudantes, reformados e desempregados, quem pertença a uma associação de juventude (ex: escuteiros, clubes de jovens);

- Os que trabalham 45 e mais horas, quem pertença a uma organização de solidariedade social (apoio a idosos, deficientes, crianças, doentes, etc.)

- Os que exercem uma profissão ligada ao ensino, quem pertença a um partido político e a um sindicato;

- Os posicionados mais à direita (do centro à extrema-direita), quem pertença a uma associação de juventude (ex: escuteiros, clubes de jovens);

- Os praticantes de uma religião, quem pertença a uma associação religiosa.

3- É diferente o tipo de relação que membros de uma OEA e não membros mantêm com as associações de que fazem parte. Assim, os membros de uma OEA são os que mais se envolvem nas suas associações, isto é não se limitam apenas a serem membros.

A pertença a uma OEA é um factor de diferenciação relativamente ao tipo de envolvimento numa associação. Assim, é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem doe dinheiro, subscreva abaixo – assinados, participe em reuniões/sessões públicas e manifestações e denuncie situações “irregulares”.

No que diz respeito às variáveis sócio-demográficas, como se poderá ver a seguir, verifica-se que algumas delas são factor de diferenciação em relação ao modo de envolvimento nas associações.

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os homens, quem participe activamente na organização de actividades e denuncie situações irregulares;

- Os que têm 30 ou mais anos de idade, quem participe activamente na organização de actividades;

- Os que trabalham menos horas (até 44 h), quem seja apenas membro;

- Os que não seguem nenhuma religião, quem participe activamente na organização de actividades.

Para os não membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os que têm 30 ou mais anos de idade, quem doe dinheiro, subscreva abaixo – assinados e denuncie situações irregulares;

- Os homens, quem participe activamente na organização de actividades;

- Os casados e os que vivem em união de facto, quem denuncie situações irregulares;

- Os isolados (solteiros, divorciados, separados, e viúvos), quem seja apenas membro;
- Os que têm como habilitação um curso superior, quem subscreva abaixo-assinados;
- Os que trabalham a tempo inteiro, quem doe dinheiro e subscreva abaixo-assinados;
- Os que têm uma profissão ligada ao ensino, quem subscreva abaixo-assinados;
- Os situados à esquerda do espectro político, quem subscreva abaixo-assinados e denuncie situações irregulares;
- Os praticantes das diversas religiões, quem doe dinheiro;
- Os que não seguem nenhuma religião, quem subscreva abaixo-assinados.

4- Como seria de esperar, os membros de uma OEA participam mais nas questões ambientais (nos últimos cinco anos) do que os não membros. Assim, excluindo o fazer donativos a uma associação ambientalista em que a diferença é aproximadamente dez vezes maior e contactar com jornais, rádios ou televisões em que a relação apresentada é de aproximadamente 5 vezes maior, nos restantes casos, o número dos membros de uma OEA é aproximadamente o dobro do dos NOEA.

As três formas de participação mais praticadas, tanto para membros de uma OEA como para NOEA, foram: “assinou uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental”, “comprou deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais” e “não adquiriu certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.) ”, sendo que a assinatura de uma petição foi a mais praticada por ambos os grupos e a ordem da 2ª e a 3ª mais praticadas pelos OEA é a referida anteriormente, enquanto para os NOEA há uma troca das posições.

Relativamente às formas menos praticadas, foram para os membros de uma EOA: “participou numa manifestação sobre uma questão ambiental” e “contactou jornais, rádios ou televisões”. Para os NOE foram: “deu dinheiro a uma associação ambientalista” e “participou numa manifestação sobre uma questão ambiental”, neste caso com o mesmo número de respostas.

A pertença ou não a uma OEA é um factor diferenciador das diferentes formas de participação nas questões ambientais já que foram encontradas relações estatisticamente significativas entre a pertença a uma OEA e todas as formas de participação. Assim, é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem assinou uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental, deu dinheiro a uma associação ambientalista, participou numa manifestação sobre uma questão ambiental, fez uma reclamação, uma denúncia ou apresentou uma sugestão junto das entidades responsáveis pelo ambiente (governo ou autarquias), contactou jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias sobre questões ambientais), comprou deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais e não adquiriu certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.).

Relativamente às variáveis sócio-demográficas, abaixo apresentam-se os principais resultados obtidos.

Para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os indivíduos do sexo masculino, quem faça uma reclamação, uma denúncia ou apresente uma sugestão junto das entidades responsáveis pelo ambiente (governo ou autarquias) e contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias sobre questões ambientais);
- Os que possuem um curso superior, quem dê dinheiro a uma associação ambientalista e participe numa manifestação sobre uma questão ambiental e não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.);

- Os pertencentes ao grupo dos que trabalham a tempo parcial, os que se ocupam das tarefas do lar, os estudantes, os reformados e desempregados, quem contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias sobre questões ambientais);

- Os que trabalham 45 e mais horas, em média, por semana, quem assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental e não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.);

- Os que politicamente estão à esquerda, quem dê dinheiro a uma associação ambientalista;

- Os que não seguem nenhuma religião, quem dê dinheiro a uma associação ambientalista, faça uma reclamação, uma denúncia ou apresente uma sugestão junto das entidades responsáveis pelo ambiente (governo ou autarquias), contacte jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias sobre questões ambientais) e não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.);

- Os praticantes de uma religião, quem dê dinheiro a uma associação ambientalista.

Para os NOEA é mais frequente encontrar entre:

- Os que têm um curso superior, quem assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental, compre deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais e não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.);

- Os que têm uma profissão ligada ao ensino, quem assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental, compre deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais e não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais

(porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.);

- Os posicionados à esquerda (do centro esquerda à extrema esquerda), quem assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental, compre deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais e não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.);

- Os que não seguem nenhuma religião, quem assine uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental, participe numa manifestação sobre uma questão ambiental, compre deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais e não adquira certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc.) .

5- Conhecida a baixa participação social e política dos portugueses, foi-se tentar averiguar as principais razões para esse facto, tendo-se concluído que a ordem das razões eram as mesmas tanto para membros de uma OEA como para NOEA, embora de uma maneira geral as percentagens obtidas para os primeiros sejam superiores aos dos não membros. Assim, em primeiro lugar está a “ausência de cultura cívica”, em segundo as “debilidades do sistema político” e em terceiro a “ausência de formação/informação”, ficando em último lugar a categoria “disponibilidade pessoal”.

6 - No que diz respeito ao voluntariado ambiental, verificou-se que a amostra de voluntários em estudo era composta essencialmente por homens, com idade igual ou superior a 30 anos, casados ou vivendo em união de facto, com habilitação de nível superior, que exercem a profissão a tempo inteiro, a maioria exercendo uma profissão incluída no grupo dos especialistas, que se posicionam à esquerda (do centro esquerda à extrema-esquerda) e que professam uma religião, mas não são praticantes, que trabalham como voluntários há mais de seis anos e que dedicam, ao voluntariado, em média, até 300 horas anuais. Contudo, apenas houve relações estatisticamente significativa entre o ser voluntário e o posicionamento político.

Em relação ao tempo de permanência no voluntariado, verificou-se que é mais frequente encontrar quem seja voluntário há dez ou mais anos, entre os casados e os que vivem em união de facto e os que têm uma profissão ligada ao ensino.

No que concerne às razões para a realização de trabalho voluntário, a principal razão apontada foi a auto-realização, a segunda, o impacto social, a terceira a solidariedade e em último lugar as experiências grupais.

Por último, os incentivos que mais satisfazem os voluntários são os relacionados com a participação em outras actividades da organização, descontos e/ou ofertas de publicações, o aparecimento do nome em publicações e a participação em conferências.

7- Há algumas diferenças entre as respostas dos membros de uma OEA e dos NOEA no que diz respeito à confiança na ciência e ao seu papel no mundo de hoje. Assim, é ligeiramente maior a percentagem dos NOEA que concorda ou concorda totalmente com a afirmação: “confiamos demasiado na ciência e não o suficiente na fé e nos sentimentos”.

Embora seja um pequeno número, é entre os NOEA que há pessoas que concordam ou concordam totalmente com a afirmação “de um modo geral, a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios”.

Por último, embora seja maior o número dos que acham que não é possível resolver os problemas ambientais apenas recorrendo à ciência, é maior o número dos NOEA que concorda ou concorda totalmente com a capacidade da “ciência moderna resolver os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida”.

No que diz respeito às variáveis sócio-demográficas verifica-se que são os respondentes que têm 30 e mais anos de idade, os que têm ensino superior, os que exercem uma profissão a tempo inteiro e os que não seguem nenhuma religião quem confia mais na ciência e desvaloriza a fé e os sentimentos. De igual modo, são os que não têm como habilitação o ensino superior e os que não têm uma profissão ligada ao ensino, quem mais confia que a ciência moderna tem capacidade para resolver os problemas ambientais sem a necessidade de alterar o nosso estilo de vida. Todos os não crentes, ou não concordam nem discordam ou

discordam da afirmação “de um modo geral, a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios”.

8- Embora haja uma adesão aos novos valores ecológicos (medidos pela escala NEP), por parte de todos os respondentes, verificou-se que a mesma, como seria de esperar, é maior entre os membros de uma OEA do que entre os que não o são, mas a relação não é estatisticamente significativa.

As variáveis sócio-demográficas pouca “influência” têm na adesão aos novos valores ecológicos. Com efeito, apenas se verificou que é mais frequente a adesão aos valores NEP para os que seguem uma religião mas não a praticam, para os membros de uma OEA, e para os que têm idade igual ou inferior a 29 anos, para os NOEA.

9- Há também diferenças, entre a posição dos membros de uma OEA e dos NOEA, relativamente às ameaças ambientais. Assim, enquanto para os primeiros a principal ameaça é a elevada a produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final, para os segundos é o aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa. No que diz respeito à ameaça menos “escolhida”, esta foi a presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras, notando-se, também diferenças entre os dois grupos, isto é, enquanto a maioria dos membros de uma OEA a considera extremamente perigosa ou muito perigosa para o ambiente, há um número significativo (aproximadamente 1/3) de NOEA que a considera pouco ou nada perigosa para o ambiente.

No caso das ameaças ambientais, verifica-se que a pertença ou não a uma OEA é um factor diferenciador das atitudes já que, para quatro das seis ameaças apresentadas, houve uma relação estatisticamente significativa entre a pertença a uma OEA e a opinião acerca da perigosidade da mesma. Assim, concluiu-se que é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem considere, extremamente perigosa ou muito perigosa, para o ambiente dos Açores, as alterações do uso do solo (arroteias para a criação de pastagens intensivas, etc.), os pesticidas e adubos químicos usados na agricultura, a presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras, e a elevada

produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final. Ficaram de fora o uso de combustíveis fósseis e o aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa, possivelmente por se tratar de assuntos, relacionados entre si, a que a comunicação social tem dado muita ênfase nos últimos tempos.

Algumas variáveis sócio-demográficas relacionam-se diferentemente, com a opinião acerca das ameaças ambientais, quando estão em causa membros e não membros de uma OEA. Assim, para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos), quem considere que as alterações do uso do solo e o uso de combustíveis fósseis são extremamente ou muito perigosas para o ambiente nos Açores;

- As mulheres e os que seguem uma religião, quem considere que o uso de pesticidas e adubos químicos na agricultura e a presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras, são extremamente ou muito perigosas para o ambiente nos Açores;

- Os respondentes de idade igual ou superior a 30 anos, quem considere que o aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa é extremamente ou muito perigoso para o ambiente nos Açores.

Para os NOEA é mais frequente encontrar entre:

- Os que não seguem nenhuma religião quem considere que as alterações do uso do solo e a elevada produção *per capita* de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final são extremamente ou muito perigosas para o ambiente nos Açores;

- Os que têm idade inferior ou igual a 29 anos e os que exercem profissão a tempo parcial, os que se ocupam das tarefas do lar, os que estudam, os reformados ou desempregados, quem considere que o uso de combustíveis fósseis e o aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa são extremamente ou muito perigosos para o ambiente nos Açores;

- Os que têm como habilitação o ensino superior e os posicionados mais à esquerda, quem considere que a presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras é extremamente ou muito perigosa para o ambiente nos Açores.

10- Para todos os respondentes, são os Centros de Investigação das Universidades, seguidos dos grupos ambientais as fontes de informação sobre questões ambientais que merecem mais confiança. No pólo oposto, situam-se as empresas e indústrias e os serviços governamentais em que aquela é muito reduzida.

No caso presente, não se verificou qualquer relação estatisticamente significativa entre a pertença ou não a uma OEA e o grau de confiança nas várias fontes de informação apresentadas.

Algumas variáveis sócio-demográficas relacionam-se diferentemente, com a opinião acerca do grau de confiança nas fontes de informação, quando estão em causa membros e não membros de uma OEA.

Assim, para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) e os que seguem uma religião, quem considere de absoluta ou de bastante confiança a informação fornecida pelos grupos ambientalistas;

- Os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) e os não ligados à educação, quem considere de absoluta ou bastante confiança a informação fornecida pelos serviços governamentais.

Para os NOEA é mais frequente encontrar entre:

- As pessoas que seguem uma religião, mas não são praticantes, quem considere de absoluta ou bastante confiança a informação fornecida pelos serviços governamentais;

- As pessoas com idade igual ou superior a 30 anos quem considere de absoluta ou bastante confiança a informação fornecida pelos Centros de Investigação das Universidades.

11- Há coincidência nas acções que poderiam contribuir com mais eficácia para a resolução dos problemas ambientais, tanto nas mais escolhidas como nas menos escolhidas. Assim, tanto para os membros de uma OEA como para os NOEA, as acções mais escolhidas foram “aumentar a consciência ambiental”, em primeiro lugar, “fazer cumprir/reforçar a legislação ambiental”, em segundo lugar, e “fazer com que a legislação Nacional e da União Europeia seja mais rigorosa, aplicando multas aos prevaricadores”, em terceiro lugar. Quanto às menos escolhidas, foram “confiar nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc.” e “fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais”.

As opções anteriores podem querer dizer que todos os respondentes acreditam mais na acção das pessoas (alteração dos comportamentos individuais) para proteger o ambiente do que nas instituições ou em “imposições” vindas do “exterior”.

No que diz respeito há existência de alguma relação entre as diferentes acções que poderiam contribuir mais eficazmente para a resolução dos problemas ambientais e a pertença ou não a uma OEA, concluiu-se que apenas os NOEA escolheram confiar nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc..

Relativamente às variáveis sócio-demográficas, verificou-se que para os membros de uma OEA é mais frequente encontrar entre:

- Os que seguem uma religião mas não são praticantes, quem considere que fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais como uma das acções que poderiam mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais;

- Os que não estão ligados ao ensino, quem considere que aplicar impostos, apenas àqueles que causam problemas ambientais, é uma acção que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais;

- Os que possuem idade igual ou superior a 30 anos, quem considere que conceder maiores incentivos financeiros (dedução nos impostos, subsídios, etc.) para as indústrias, o comércio e para o cidadão é uma acção que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais;

- Os casados ou os que vivem em união de facto, quem considere que aumentar a consciência ambiental é uma acção que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais.

Para os NOEA é mais frequente encontrar entre:

- Os que se situam à esquerda do espectro político, quem considere que fazer cumprir/reforçar a legislação ambiental existente é uma acção que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais;

- Os que exercem uma profissão ligada ao ensino, quem considere que fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais é uma acção que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais;

- Os que têm um curso superior, quem considere que conceder maiores incentivos financeiros (dedução nos impostos, subsídios, etc.) para as indústrias, o comércio e para o cidadão e aumentar a consciência ambiental são duas acções que poderiam mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais;

- Os que não seguem nenhuma religião, quem considere que aumentar a consciência ambiental é uma acção que poderia mais eficazmente contribuir para a resolução dos problemas ambientais

12- Como seria previsível são os membros de uma OEA os que estão mais dispostos a fazer algum “sacrifício” para proteger o ambiente, pagando preços mais elevados, pagando impostos mais elevados e aceitando uma redução do nível de vida, sendo as relações entre a pertença uma OEA e as três formas referidas para contribuir para um melhor ambiente estatisticamente significativas.

Relativamente às variáveis sócio-demográficas, apenas a escolaridade para os OEA e a escolaridade, a condição perante o trabalho e o posicionamento político, para os NOEA, são factores de diferenciação no que diz respeito à disponibilidade para prescindirem de algo para melhorar o ambiente. Assim, é mais frequente encontrar, para os OEA, quem esteja disposto(a) a aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente entre os que têm como escolaridade um curso

superior. Por sua vez, para os NOEA é mais frequente encontrar quem esteja muito disposto ou bastante disposto a pagar preços mais elevados para proteger o ambiente entre os que têm como escolaridade um curso superior, os que exercem a profissão a tempo inteiro e os que se posicionam da extrema-esquerda ao centro esquerda.

13- No que diz respeito a comportamentos de protecção do ambiente verificou-se que para os membros de uma OEA as práticas mais seguidas (frequentemente) são, por ordem decrescente: apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas, separar e colocar o papel em contentores próprios para ser encaminhado para reciclagem, separar e colocar o vidro em contentores próprios para ser reciclado e separar e colocar as embalagens em contentores próprios para ser reciclado. Para os NOEA, por sua vez, as práticas mais seguidas, por ordem decrescente, são: apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas, fechar a torneira da água enquanto lava a loiça ou lava os dentes, separar e colocar o papel em contentores próprios para ser reciclado.

Por seu lado, a prática menos seguida, para ambos os grupos é comprar produtos agrícolas biológicos.

Comparando as práticas dos dois grupos, podemos concluir que os membros de uma OEA apresentam uma frequência de todas as práticas (frequentemente e algumas vezes) superior aos não membros. Além disso, não só as práticas associadas a algum benefício económico, como apagar as luzes, apresentam valores elevados, mas, de uma maneira geral, quase todas elas, sendo a grande excepção a aquisição de produtos agrícolas biológicos que estará associada à baixa oferta no mercado dos Açores.

Para cinco das nove práticas, verificou-se que a pertença a uma OEA constitui um factor de diferenciação. Assim, é mais frequente encontrar entre os membros de uma OEA quem compre produtos em embalagens reutilizáveis (depósitos, recargas), quem separe e coloque o vidro em contentores próprios para ser reciclado, quem separe e coloque o papel em contentores próprios para ser reciclado, quem separe e coloque as embalagens em contentores próprios para serem recicladas e quem compre produtos “amigos do ambiente” (ex: detergentes biodegradáveis, papel reciclado, lâmpadas de baixo consumo, etc.).

No caso das práticas ambientais, verifica-se que as características sócio-demográficas são um factor diferenciador sobretudo para os não membros de uma OEA, como se verá a seguir.

Para os membros de uma OEA, é mais frequente encontrar entre:

- Os ligados ao ensino, quem frequentemente ou algumas vezes, separe e coloque o papel em contentores próprios para ser reciclado;
- Os que têm como habilitação o ensino superior, quem separe e coloque as embalagens em contentores para ser reciclado.

Para os NOEA, é mais frequente encontrar entre:

- Os de idade igual ou inferior a 30 anos, os não licenciados, os que não exercem profissão a tempo inteiro, os que se ocupam das tarefas do lar, os estudantes, os reformados ou desempregados, os isolados (solteiros, divorciados, separados e viúvos) e os que exercem uma profissão não ligada ao ensino, quem frequentemente ou algumas vezes em vez de carro use transportes públicos ou vai a pé para curtas distâncias;
- Os que possuem como habilitação o ensino superior, quem, frequentemente ou algumas vezes, separe e coloque o vidro em contentores para ser reciclado, separe e coloque o papel em contentores para ser reciclado, separe e coloque as embalagens em contentores para serem recicladas e compre produtos “amigos do ambiente”;
- Os que trabalham a tempo inteiro, quem, frequentemente ou algumas vezes, separe e coloque o papel em contentores para ser reciclado, separe e coloque as embalagens em contentores para ser reciclado e compre produtos “amigos do ambiente”;
- Os que não seguem nenhuma religião e os que exercem uma profissão ligada ao ensino, quem, frequentemente ou algumas vezes, separe e coloque o papel em contentores para ser reciclado;

- Os que têm uma idade igual ou superior a 30 anos, os casados e os que vivem em união de facto quem, frequentemente ou algumas vezes, compre produtos agrícolas biológicos.

14- Para além das limitações associadas ao método quantitativo escolhido, considera-se que o alcance deste trabalho teria sido outro se se tivesse optado por amostras representativas, o que permitiria generalizar os resultados a toda a população.

Se é verdade que se conseguiu recolher informações úteis sobre a participação social e política e sobre as atitudes e as práticas ambientais de dois grupos de açorianos, talvez fosse possível ir mais longe se se tivesse optado, à partida, por uma metodologia mista, sacrificando um pouco o número de perguntas do questionário, cuja extensão acabou por merecer algumas queixas por parte de alguns dos respondentes. De igual modo, teria sido possível enriquecer as conclusões se se aprofundasse um pouco mais a análise dos dados recolhidos nas questões de resposta aberta.

15- Na maior parte das situações verificou-se que a pertença ou não a uma OEA é um factor diferenciador da participação cívica, das atitudes e dos comportamentos dos cidadãos, isto é a pertença a uma OEA está relacionada com uma maior participação e com atitudes e comportamentos mais amigos do ambiente. Em futura investigação seria de todo o interesse procurar saber se o associativismo, nomeadamente o ambiental, é um factor preditor da participação, atitudes e comportamentos.

16- No que respeita às variáveis sócio-demográficas, sempre que existem relações estatisticamente significativas, de uma maneira geral os respondentes que têm idade igual ou superior a 30 anos, os homens, os casados ou que vivem em união de facto, os que têm como grau de escolaridade o ensino superior, os que exercem a profissão a tempo inteiro, os que trabalham 45 e mais horas, os que têm uma profissão ligada ao ensino (professores, educadores de infância e educadores ambientais), os posicionados à esquerda do espectro político (do centro esquerda à extrema esquerda) e os que não seguem nenhuma religião são os que mais participam na vida social e política e os que apresentam atitudes e comportamentos mais amigos do ambiente. Em futura investigação, importava

tentar procurar explicações para o alheamento dos mais jovens, nomeadamente nas questões relativas ao ambiente, já que tem sido junto das populações de idades mais baixas que tem havido maior investimento em termos de educação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, A. (s/d). *Novos elementos teóricos para pensar as práticas ecológicas no Brasil*. Acedido em 28/12/2007 de http://www.helsinki.fi/hum/ibero/xaman/articulos/2004_01/novos_elementos_teoricos.pdf
- Almeida, A. (2007). *Educação Ambiental – A importância da dimensão ética*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Almeida, J. (Coord.). (2000), *Os Portugueses e o ambiente (representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente), II inquérito nacional - manual elaborado pela equipa do Observa*. Lisboa.
- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *Referência*, 5, 53- 63.
- Baquero, M. (2008). Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociología e Política*. 21, 83-108.
- Bookchin, M. (1984). El concepto de ecología social. *Cuaderno nº3 de la revista Integral*. Barcelona: Integral.
- Borges, P. (1983, 13 de Maio). Novas espécies de animais encontradas pelo C.J.N. *Diário Insular* nº11043, p. 2.
- Borrallho, A. (2000, Abril). *Formas de participação social e política das mulheres nos Açores*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra.
- Braga, T. (1983, 11 de Fevereiro). Conservação da Natureza: O que se faz nos Açores? *Directo*, nº 6, p. 8.
- Braga, T. (1992). *Vila Franca: o ambiente, suas potencialidades e problemas*. Acedido em 22 de Janeiro de 2009, de http://lutaecologica.blogspot.com/2007_10_01_archive.html.

- Braga, T. (2005). Ambiente, associativismo e cidadania. *Vidália*, 24, 4-6
- Braga, T., Botelho, F., Pontes, G., Brum, E., Lopes, C., Teixeira, M. (2006). *Amigos dos Açores - 20 anos em Prol do Ambiente*. Ponta Delgada: Amigos dos Açores - Associação Ecológica.
- Braga, T. (2007). *Protesto contra o Encerramento das Furnas do Cabrito e da Água*. Acedido em 22 de Janeiro de 2009, de <http://lutaecologica.blogspot.com/search/label/espeleologia>
- Cabral, M. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, 35 (154-155), 85-113.
- Cabral, M. (2008). Efeito metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa. In M. Cabral, F. Silva & T. Saraiva (Eds), *Cidade e Cidadania. Governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada* (pp. 213-241). Lisboa: ICS.
- Campos, G. (2001). *Estatística Prática para Docentes e Pós-Graduandos*. Acedido em 07/03/10, de http://www.forp.usp.br/restauradora/gmc/gmc_livro/gmc_livro.html.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação - guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castells, M. (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, R. (2002). Voluntariado, altruísmo y participación activa en la conservación del medio ambiente. [Versão electrónica]. *Intervencion Psicosocial*, 11 (3), 317-331.
- Coelho, J., Gouveia, V., & Milfont, T. (2006). *Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental*. Acedido em 24/02/09 de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a23.pdf>.
- Collado, A. (2007). *La democracia (radical) a debate: los nuevos movimientos globales*. Acedido em 15/05/08 de <http://www.iesaa.csic.es/archivos/Comunicaciones/CALLE.pdf>.

- Collado, A. (2008). *La producción social de democracia (radical)-Trabajo y cultivos sociales*. Acedido em 24/02/09 de <http://www.cgt.org.es/spip.php?article878>.
- Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1987). *O nosso futuro comum*. Lisboa: Meribérica/Liber Editores, Lda.
- Corral-Verdugo, V., & Pinheiro, J. (1999). Condições para o estudo do comportamento pro- ambiental. *Estudos de Psicologia*, 4 (1), 7-22.
- Cruz, H. (1985). *Ecologia e sociedade alternativa*. Lisboa: A Regra do Jogo, Edições Lda.
- Cruz, M. (1995). *Instituições políticas e processos sociais*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Cunha, M. (1982). Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 10 (2), 5-19.
- Decreto Regulamentar Regional nº 9/2001/A, de 10 de Agosto (Estabelece a composição e as normas de funcionamento do Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Acedido em 28/04/09 de: <http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2001/Serie+I+Nº+33+de+16+de+Agosto+de+2001/Decreto+Regulamentar+Regional+Nº+9+de+2001.htm>.
- Directorate-General Environment. (2002). *The attitudes of european towards the environment*. Eurobarometer 180/EB58.0. European Research Group.
- Duarte, M. (2004, Maio). *Novas e Velhas formas de protesto: O potencial emancipatório da lei nas lutas dos movimentos sociais*. Comunicação apresentada ao V Congresso Português de Sociologia. Braga.
- Eisman, L. (2003). La investigación por encuesta. In L. Eisman, P. Bravo & F. Pina (Eds), *Métodos de investigación en psicopedagogía* (pp. 119- 155). Madrid: McGraw-Hill Interamericana de España, S.A.U..
- Estanque, E. (2006). *A questão social e a democracia no início do século XXI- Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo*. Acedido em 23/02/10 de

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/263_EE2_A%20Questao%20Social_Finisterra06.pdf

- Esteves, M. (2006). Análise de Conteúdo. In J. Lima & J. Pacheco (Orgs.), *Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 105- 126). Porto: Porto Editora, Lda..
- Ferreira, P. (2008). Associações e Democracia. Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 57, 109-130.
- Figueiredo, E., & Fidélis, T. (2000, Abril). *No meu quintal não! Análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra.
- Filho, J. (2007). Medindo uma nova percepção do meio ambiente: a escala do “Novo Paradigma Ecológico”. *Educação Ambiental em Ação*. Acedido em 06/07/2009, de <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=505&class=21>.
- Freitas, A. (2007). Desenvolvimento e mudança paradigmática na Madeira - atitudes sociais sobre o ambiente. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, 101-125.
- Freitas, H., Cunha Jr., M., & Moscarola, J. (1996). Pelo resgate de alguns princípios da análise de conteúdo: aplicação prática qualitativa em marketing. *Anais do 20º ENANPAD*, 467-487.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O inquérito, teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Gomes, P. (2007). O trabalho voluntário nas organizações não governamentais e a importância do líder educador. *Scientia Una*, 8, 33-34. Acedido em 15/02/10 de http://www.praticanet.com/clientes/focca/revista_cientifica_8.pdf
- Gonçalves, M. (coord.). (2004). *Novos Riscos, Tecnologia e Ambiente*. Acedido em 15/02/10, de: <http://observa.iscte.pt/docs/03%20Relatorio%20Inquirito.pdf>.

Guerra, I. (2006). *Participação e acção colectiva - interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Principia.

Hernández, F. (2002). *Entretantos- guia práctica para dinamizar procesos participativos sobre problemas ambientales y sostenibilidad*. Valladolid: Gea.

Lei n.º 10/87, de 4 de Abril (Define os direitos de participação e de intervenção das associações de defesa do ambiente junto da administração central, regional e local com vista à promoção do direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado). Acedido em 28/04/09 de: http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/Leg_geral_docs/LEI_010_87.htm.

Lei nº35/98, de 18 de Julho (Define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente – revoga a Lei nº 10/87, de 4 de Abril). Diário da República – I Série- A, nº 164, pp. 3474-3477.

Lei nº 71/98, de 3 de Novembro (Promove e garante a todos os cidadãos a participação solidária em acções de voluntariado e define as Bases do seu enquadramento jurídico). Acedido em 28/04/09 de http://www.voluntariado.pt/preview_documentos.asp?r=116&m=PDF.

Léon, M. (2002). *La incidencia diferencial de los factores psicosociales en distintos tipos de voluntariado*. Tese de Doutoramento Universidade Complutense de Madrid. Madrid.

Lima, A., & Guerra, J. (2004a). Ambiente e cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus. In L. Lima, M. Cabral, J. Vala (Org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: Ambiente e Desenvolvimento* (pp.113-155). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Lima, A., & Guerra, J. (2004b). Degradação ambiental, representações e novos valores ecológicos. In J. Almeida (Org.), *Os portugueses e o ambiente. II Inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente* (pp. 7- 64). Oeiras: Celta Editora.

- Lima, L. (2002). O aparecimento das questões ambientais em Portugal - A propósito da apresentação do módulo sobre o ambiente do ISSP. In L. Lima, M. Cabral, J. Vala, & A. Ramos (Org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: Ambiente e Desenvolvimento - Base de dados 4* (pp. 9-24). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, J., Pimenta, C. (1993). *O que é a Ecologia e Ambiente*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Nave, J. G., & Fonseca, S. (2000, Abril). *Ação colectiva e participação na área do ambiente: fenomenologia e mobilização de recursos das organizações não governamentais do ambiente*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra.
- Nave, J. G., & Fonseca, S. (2004). Entre a cultura ambiental e o efeito nimby. As várias faces de uma cidadania para o ambiente. In J. Almeida (Org.), *Os portugueses e o ambiente. II Inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente* (pp. 237-334). Oeiras: Celta Editora.
- Pacheco, J. (2006). Um olhar global sobre o processo de investigação. In J. Lima & J. Pacheco (Orgs.), *Fazer investigação: contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 13- 28). Porto: Porto Editora, Lda..
- Pato, C. (2004). *Comportamento ecológico: relações com valores pessoais e crenças ambientais*. Tese de Doutoramento. Universidade de Brasília.
- Pato, C., & Tamayo, A. (2006). A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. *Estudos de Psicologia*, 11 (3), 289-296.
- Pina, F. (2003). Conceptualización del proceso de la investigación educativa. In L. Eisman, P. Bravo & F. Pina & (Eds.), *Métodos de investigación en psicopedagogía* (pp. 1- 60). Madrid: McGraw-Hill Interamericana de España, S.A.U..

- Pinto, J. (2004). *Participação social e educação ambiental: os processos participativos nas estratégias locais de sustentabilidade. Um estudo de caso.* Trabalho de Investigação Tutelado. Universidade de Santiago de Compostela.
- Pinto, J. (2006). De uma política de ambiente e educação ambiental em Portugal a uma estratégia nacional de educação ambiental: sucessos e fracassos. *Ambientalmente sustentable: Revista científica galego.lusófona de educación ambiental*, 1. Acedido em 03/02/08, de http://material.nerea-investiga.or/publicações/user_7/FICH_PT_48.pdf.
- Portaria nº 478/99, de 29 de Junho (Aprova o Regulamento do Registo Nacional das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas). Diário da República 1ª Série B, nº149, pág. 3983.
- Portaria nº 71/2003, de 20 de Janeiro (Aprova o Regulamento do Registo Nacional das Organizações não Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas, regulamentando o artigo 17º da Lei nº 35/98, de 18 de Julho), Diário da República - I Série - B, nº 16, pp. 312-313. Acedido em 28/04/09 de: <http://dre.pt/pdf1sdip/2003/01/016B00/03120313.PDF>.
- Quercus (s/d). *Petição sobre a Vegetação Autóctone dos Açores*. Acedido em 22 de Janeiro de 2009, de <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=4713&iLingua=1>.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramírez, L. (2008). *Gobierno local e participación ciudadana*. Acedido em 8/01/09, de <http://www.scribd.com/doc/192839/Gobierno-Localy-Participacion-Ciudadana->.
- Rivas, M. (2003). La dimensión individual de la acción colectiva. Activistas por la solidaridad y los derechos humanos. In M. Rivas & R. Argilés (Eds.). *Movimientos sociales: cambio social y participación* (pp. 225- 254). Madrid: Uned Ediciones.

- Rivas, M., & Tomàs, J. (2003). Perspectivas teóricas e aproximaciones metodológicas al estudio de la participación. In M. Rivas & R. Argilés (Eds.). *Movimientos sociales: cambio social y participación* (pp. 21- 58). Madrid: Uned Ediciones.
- Rocha, G., Medeiros, O., & Diogo, F. (1995). *Juventude açoriana – caracterização, valores e aspirações*. Ponta Delgada: Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia/ Direcção Regional da Juventude.
- Rocha, G., Medeiros, O., Tomás, L., Madeira, A., & Borralho, A. (1999). *A situação das mulheres nos Açores*. Horta: Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
- Rocha, R. (2006). Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental. *Educar*, 27, 55-73.
- Rodrigues, E. (1995). Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal. *Oficina do CES*, 60. Acedido em 28/02/10, de <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/060/60.pdf>
- Santos, B., & Avritzer, L. (2003). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In B. Santos (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (pp. 35-69). Porto: Afrontamento.
- Sauvé, L. (2005). Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In M. Sato & I. Carvalho (Eds.), *Educação Ambiental, Pesquisa e Desafios* (pp. 17-44). Porto Alegre: Artmed.
- Schmidt, L., & Valente, S. (2004). Factos e opiniões: uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável. In L. Lima, M. Cabral e J. Vala (Orgs.), *Ambiente e Desenvolvimento* (pp. 27-77). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, L., Trüninguer, M., & Valente, S. (2004). Problemas ambientais, prioridades e quadro de vida. In J. Almeida (Org.), *Os portugueses e o ambiente. II Inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente* (pp. 65-172). Oeiras: Celta Editora.

- Secretaria Regional do Ambiente. (2005). *Relatório do estado do ambiente dos Açores 2005*. Horta: Secretaria Regional do Ambiente.
- Secretaria Regional do Ambiente. (2006). *Perspectivas para a sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores*. Horta: Secretaria Regional do Ambiente.
- Seixas, J. (2008, Junho). *Os métodos quantitativos na sociologia: dificuldades de uma metodologia de investigação*. Comunicação apresentada ao VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa.
- Silva, E., & Gabriel, R. (2007). *As atitudes face ao ambiente em regiões periféricas*. Angra do Heroísmo: Fundação para a Ciência e Tecnologia. Universidade dos Açores.
- Silva, F. (2008). *Participação social e práticas ambientais: as organizações não governamentais de ambiente (ONGA) dos Açores*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade dos Açores, Angra do Heroísmo.
- Simonet, D. (1979). *O que é a ecologia?* Lisboa: Editorial Notícias.
- Soromenho-Marques, V. (1998). *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: Publicações Europa – América.
- Sorrentino, M., (2005). Prefácio. In M. Sato & I. Carvalho (Eds.), *Educação ambiental, pesquisa e desafios* (pp. vii-viii). Porto Alegre: Artmed.
- Stoleroff, A. Pereira, I. (2008). *A reforma da carreira docente e da gestão escolar: uma análise da conflituosidade profissional e sindical*. Acedido em 18/01/2009, de <http://www.grupolusofona.pt/pls/portal/docs/PAGE/OPECE/APRESENTACAO/COL%C3%93QUIOS%20-%20%20CONFER%C3%84NCIAS/STOLEROFF-PEREIRA%20CONFERENCIA%20ISA%20LUSOFONA%2026%20NOV%202008.PDF>
- Tabacow, J. (2006). Sustentabilidade, euforia utópica ou logorréia estéril. In A. Guerra (org), *Iniciativa Solvin 2006: arquitectura sustentável* (pp.11-21). São Paulo: Romano Guerra Editora.

Vargas, A., & Fonseca, T. (Org.) (2007). *Constituições Portuguesas 1976-revisões constitucionais*. Lisboa: Assembleia da República.

Veiga, B. (2007). *Participação social e políticas públicas de gestão das águas: olhares sobre as experiências do Brasil, Portugal e França*. Dissertação de doutoramento não publicada. Universidade de Brasília.

Viegas, J. (2004). *Implicações democráticas das associações voluntárias. O caso português numa perspectiva comparativa europeia*. Acedido em 18/01/2009, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n46/n46a02.pdf>

ANEXO

Questionário

QUESTIONÁRIO

(Associativismo e Participação)

Este questionário destina-se à realização de uma investigação, no âmbito de uma dissertação de mestrado em Educação Ambiental, da Universidade dos Açores, **cujos objectivos são perceber a participação dos açorianos na vida política e social, nomeadamente através do associativismo, bem como analisar as suas atitudes e práticas ambientais.**

Não existem respostas certas ou erradas. Antes de entregar o questionário certifique-se que respondeu a todas as questões e opções que traduzem a sua opinião.

Os dados disponibilizados por si têm interesse estritamente científico, **pelo que garantimos o anonimato e a total confidencialidade das suas respostas.**

Muito obrigado pela sua colaboração.

SECÇÃO 1- PARTICIPAÇÃO E VOLUNTARIADO

1.1. Há várias formas de participar na vida social e política dos Açores. Seguidamente apresentamos algumas dessas formas e gostaríamos que assinalasse todas as que praticou nos últimos cinco anos *(pode assinalar várias opções)*.

1-Pertencer a um partido político	
2- Fazer donativos a instituições	
3-Pertencer a associações profissionais	
4-Participar em discussões públicas (impacto ambiental, planeamento, etc.)	
5- Participar em manifestações	
6-Manter-se informado sobre questões sociais e políticas	
7-Contactar instituições ou serviços (fazer sugestões, reclamações, etc.)	
8-Enviar mensagens electrónicas de conteúdo político	
9-Contactar jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias)	
10- Pertencer a um sindicato	
11-Pertencer a associações cívicas (ambiente, consumo, património, etc.)	

12- Recorrer à greve	
13- Participar em actividades políticas através da internet (participação em blogues, debates, conferências, etc...)	
14- Subscrever abaixo-assinados	
15- Votar em eleições	
16- Outra (especificar) _____	

1.2. No caso de pertencer a uma associação, indique o tipo de associação a que pertence. *(se pertence a várias mencione todos os tipos)*

1- Clube Desportivo ou Clube de Actividades ao Ar Livre	
2- Associação de Juventude (ex: Escuteiros, Clubes de Jovens)	
3- Organização Ambiental, Ecologista ou Associação de Protecção de animais e do Património	
4- Organização de Defesa dos Direitos Humanos, Pacifista ou Feminista	
5- Organização de solidariedade social (apoio a idosos, deficientes, crianças, doentes, etc.)	
6- Associação recreativa, cultural ou educativa	
7- Organização de Pensionistas ou Reformados	
8- Partido Político	
9- Sindicato	
10- Associação Empresarial (agricultores, indústria, comércio, serviços, etc.)	
11- Organização socioprofissional (Ordem, associações profissionais...)	
12- Associação de Consumidores ou de automobilistas	
13- Associação de Pais	
14- Associação de Moradores ou Associação de Desenvolvimento Local	
15- Associação Religiosa	
16- Outra Qual? _____	

1.3. Em relação a estas associações: *(pode assinalar mais do que uma resposta, se for caso disso)*

1-É apenas membro	
2-Doa dinheiro	
3-Subscreve abaixo-assinados	
4- Participa em reuniões/ sessões públicas e manifestações	
5- Denuncia situações “irregulares”	
6- Participa activamente na organização de actividades	
7- Outra (especifique) _____	

1.4. Das formas de participar nas questões ambientais mencionadas abaixo, diga quais as que praticou nos últimos cinco anos *(se praticou várias mencione-as todas)*

1- Assinou uma petição/abaixo-assinado relacionada com uma questão ambiental	
2- Deu dinheiro a uma associação ambientalista	
3- Participou numa manifestação sobre uma questão ambiental	
4- Fez uma reclamação, uma denúncia ou apresentou uma sugestão junto das entidades responsáveis pelo ambiente (governo ou autarquias)	
5- Contactou jornais, rádios ou televisões (dar a sua opinião, fazer reclamações e denúncias sobre questões ambientais)	
6- Comprou deliberadamente certos produtos por razões éticas, políticas ou ambientais	
7- Não adquiriu certos produtos de consumo por razões éticas, políticas ou ambientais (porque são produzidos por crianças, utilizam animais na sua experimentação, etc...)	

1.5. Em muitas sondagens europeias os portugueses aparecem como os menos participativos em termos políticos e sociais. Gostaríamos que nos indicasse as **três principais razões** que em sua opinião justificam esta fraca participação cívica dos portugueses:

1^a _____

2^a _____

3^a _____

1.6. É voluntário em alguma Associação de Defesa do Ambiente dos Açores?

1- Sim ☐

2- Não ☐ ➔ (neste caso, passe para a questão 2.1)

Nota: “Voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora” e estas acções têm de revestir “interesse social e comunitário” (Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro de 1998).

1.7. São muitas as razões que levam uma pessoa a fazer trabalho voluntário. Gostaríamos que nos indicasse as três principais razões que o levam a ser voluntário na organização ambiental:

1^a _____

2^a _____

3^a _____

1.8. Assinale quais dos seguintes incentivos recebeu por parte da organização ambiental onde colabora como voluntário(a) e qual o seu grau de satisfação com os mesmos:

	Insatisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Totalmente satisfeito	Não se aplica	Não responde
1- Descontos e/ou oferta de publicações							
2- Viagens para participar em eventos							
3- Cartas de agradecimento							
4- Aparecimento do seu nome em publicações							
5- Participação em conferências							
6- Participar nas actividades de ar livre (passeios pedestres) e/ou receber publicações sobre a natureza.							
7- Outro. Qual?							

1.9. Há quanto tempo trabalha como voluntário(a), na organização ambiental?
 _____ anos , _____ meses.

1.10. Quanto tempo, em média, dedica ao trabalho voluntário, na organização ambiental?

_____ horas /semana ou _____ dias/ mês ou _____ dias/ano

SECÇÃO 2 -ATITUDES E PRÁTICAS AMBIENTAIS

2.1.Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sabe/Não responde
1- Confiamos demasiado na ciência e não o suficiente na fé e nos sentimentos						
2- De um modo geral, a ciência moderna causa mais prejuízos do que benefícios						
3- A ciência moderna resolverá os problemas ambientais alterando pouco o nosso estilo de vida						

2.2. Diga, por favor, em que medida concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não sabe/Não responde
1- Estamos a aproximarmos do número máximo de pessoas que a Terra pode suportar						
2- O Homem tem o direito de modificar a natureza de acordo com as suas necessidades						
3- A acção do Homem na natureza produz frequentemente consequências desastrosas						

4- A capacidade inventiva do Homem permitirá sempre a vida no planeta Terra						
5- O Homem está a abusar severamente do ambiente						
6- O planeta Terra será sempre abundante em recursos naturais se os aproveitarmos bem;						
7- Tal como a espécie humana, todas as espécies animais e vegetais têm o direito de existir						
8- A natureza conseguirá sempre superar os efeitos negativos da industrialização						
9- Apesar das capacidades especiais do Homem, este ainda está sujeito às leis da natureza						
10- A tão falada “crise ecológica” associada ao mundo humano tem sido muito exagerada						
11- A Terra pode ser comparada a uma nave espacial, em que os recursos e o espaço são limitados						
12- O Homem foi criado para controlar a natureza						
13- O equilíbrio da natureza é muito frágil e facilmente alterável						
14- O Homem acabará por conhecer o funcionamento da natureza suficientemente bem para a controlar						
15-Se as coisas continuarem como até aqui, uma catástrofe será inevitável.						

2.3. Por favor, indique a sua opinião relativamente a cada uma das afirmações que se seguem:

	Extremamente perigosa para o ambiente, nos Açores	Muito perigosa para o ambiente, nos Açores	Relativamente perigosa para o ambiente, nos Açores	Pouco perigosa para o ambiente, nos Açores	Nada perigosa para o ambiente, nos Açores	Não sabe/Não responde
1- Pensa que as alterações do uso do solo (arroteias para a criação de pastagens intensivas, etc.) são:						
2- Pensa que o uso de combustíveis fósseis, de que os Açores são fortemente dependentes, é:						
3- Pensa que os pesticidas e adubos químicos usados na agricultura são:						
4- Pensa que a presença nos Açores de espécies (de fauna e de flora) exóticas, algumas delas invasoras, é:						
5- Pensa que a elevada a produção <i>per capita</i> de resíduos sólidos urbanos associada ao inadequado tratamento e destino final é:						
6- Em geral, pensa que o aumento da temperatura do Planeta causado pelo efeito de estufa é:						

2.4. Seguidamente apresentamos um conjunto de agentes que nos podem fornecer informações sobre problemas ambientais. Por favor, indique qual é o seu grau de confiança na informação fornecida por cada um destes agentes:

	Absoluta confiança	Bastante confiança	Alguma confiança	Pouca confiança	Nenhuma confiança	Não sabe/Não responde
1- Empresas e indústria						
2- Grupos ambientalistas						
3- Serviços governamentais						
4- Comunicação social						
5- Centros de investigação das universidades						
6- Outros. Quais?						

2.5. Indique, por favor, qual é a sua opinião acerca de cada uma das afirmações que se seguem:

	Muito disposto	Bastante disposto	Indeciso	Pouco disposto	Nada disposto	Não sabe/Não responde
1- Estaria disposto(a) a pagar preços mais elevados para proteger o ambiente						
2- Estaria disposto(a) a pagar impostos mais elevados para proteger o ambiente						
3- Estaria disposto(a) a aceitar uma redução do nível de vida para proteger o ambiente						

2.6. Durante os últimos 12 meses, indique com que frequência efectuou algumas das seguintes acções:

	Frequentemente	Algumas vezes	Poucas vezes	Nunca	Não sabe/Não responde
1. Comprar produtos em embalagens reutilizáveis (depósitos, recargas)					
2. Utilizar transportes públicos ou ir a pé para curtas distâncias em vez do carro					
3. Separar e colocar o vidro em contentores próprios para ser reciclado					
4. Separar e colocar o papel em contentores próprios para ser reciclado					
5. Separar e colocar as embalagens em contentores próprios para ser reciclado					
6. Comprar produtos “amigos do ambiente” (ex: detergentes biodegradáveis, papel reciclado, lâmpadas de baixo consumo, etc.)					
7. Apagar as luzes em divisões da casa que não estão a ser usadas					
8. Comprar produtos agrícolas biológicos					
9. Fechar a torneira da água enquanto lava a loiça ou lava os dentes					

2.7. Na sua opinião, quais das seguintes acções poderiam contribuir mais eficazmente para a resolução dos problemas ambientais? *(escolha apenas três opções)*

1- Fazer com que a legislação Nacional e da União Europeia seja mais rigorosa, aplicando multas aos prevaricadores	
2- Fazer cumprir / Reforçar a legislação ambiental existente	
3- Fazer com que todos paguem mais tanto nos impostos como nos preços, etc., para cobrir os custos ambientais.	
4- Aplicar impostos apenas àqueles que causam problemas ambientais.	
5- Confiar nas iniciativas desenvolvidas pelas indústrias, pelos agricultores, etc.	
6- Atribuir às ONGA maior peso nas decisões referentes à protecção ambiental	
7- Conceder maiores incentivos financeiros (dedução nos impostos, subsídios, etc.) para as indústrias, o comércio e para o cidadão	
8- Aumentar a consciência ambiental	
9- Nenhum destes	
10-Outro. Qual? _____	

SECÇÃO 3-CARACTERIZAÇÃO PESSOAL

3.1. Idade (anos completos): _____

3.2. Sexo: 1- Feminino ☐ 2- Masculino ☐

3.3. Estado Civil:

1- Casado(a)	
2- União de facto	
3- Solteiro(a)	
4- Divorciado(a)	
5- Separado(a)	
6- Viúvo(a)	

3.4. Indique o grau de escolaridade que completou:

1- Não sabe ler nem escrever	
2- 1º Ciclo do Ensino Básico	
3- 2º Ciclo do Ensino Básico	
4- 3º Ciclo do Ensino Básico	
5- Ensino Secundário	
6- Ensino Médio ou Pós – Secundário	
7- Ensino Superior	

3.5. Condição perante o trabalho:

1- Exerce profissão a tempo inteiro	
2- Exerce profissão a tempo parcial	
3- Ocupa-se das tarefas do lar	
4- Estudante	
5- Reformado(a)	
6- Desempregado(a)	
7- Outra situação Qual? _____	

3.6. Qual o número de horas que trabalha, em média, por semana? (*caso tenha assinalado que “Exerce profissão a tempo inteiro” ou “Exerce profissão a tempo parcial” ou “Ocupa-se das tarefas do lar” ou “Estudante”*)

1- Até 14 horas	
2- 15- 24 horas	
3- 25-34 horas	
4- 35-44 horas	
5- 45-54 horas	
6- 55 e mais horas	
7- Outro Especifique _____	

3.7. Indique abaixo a sua profissão (*evite designações vagas como “empregado de escritório” ou “funcionário público”*)

3.8. Em termos políticos é habitual utilizar-se a expressão “sou de direita “ e “sou de esquerda”. No seu caso, como se situaria, quanto às suas posições políticas? (*Por favor, rodeie um número nesta escala em que 1 representa a posição mais à esquerda e 7 a posição mais à direita*)

Esquerda

Direita

1 2 3 4 5 6 7

3.9. Pode indicar-nos a sua religião actual? (*coloque uma cruz no espaço correspondente*)

1- Católica	
2- Judaica	
3- Protestante	
4- Outra religião cristã	
5- Outra religião não cristã	
6- Não segue nenhuma religião (ateu ou agnóstico)	
7- Não sabe/Não responde	

3.10. Na religião que segue é:

1- Praticante ☐

2- Não Praticante ☐

MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!

POR FAVOR, CONFIRA SE NÃO SE ESQUECEU DE RESPONDER A ALGUMA PERGUNTA